

EPISTEMOLOGIA GERAL E TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO

JOSÉ EDUARDO MOURA



EPISTEMOLOGIA GERAL E TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO

JOSÉ EDUARDO MOURA

PRODUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Núcleo de Educação a Distância (NEaD) do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN)

DESIGNER INSTRUCIONAL

Cristiane Clébia Barbosa

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

José Eduardo Moura

CAPA E PRODUÇÃO

Núcleo de Educação a Distância (NEAD) do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN)



© 2022 José Eduardo Moura & UNI-RN
Qualquer parte desta publicação pode ser
reproduzida, desde que citada a fonte.

REITOR:

Daladier Pessoa Cunha Lima

VICE-REITORA:

Ângela Maria Guerra Fonseca

PRÓ-REITORA ACADÊMICA:

Fátima Cristina de Lara M. Medeiros

DIRETORA ACADÊMICA:

Wannise de Santana Lima

COORDENADORA INSTITUCIONAL:

Carla Andressa de Azevedo Costa

**COORDENADOR DE PESQUISA E
PÓS-GRADUAÇÃO:**

Aluísio Alberto Dantas

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO:

Alcir Veras

**NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA:**

Coordenação e designer instrucional
Wannise de Santana Lima

Designers instrucionais
Cristiane Clébia Barbosa
Everlane Ferreira Moura
José Lucas de Paiva Victor

Especialistas do Ambiente Virtual de
Aprendizagem (AVA)
Leonardo Gonçalves de Almeida
Luciano Medeiros de Araújo

Audiovisual
Artur Torres de Oliveira Bezerra
Vanessa Lima da Silva Melo

Projeto gráfico e diagramação
Marina Beatriz de Medeiros Santos

Equipe multimídia
Ana Karla Araújo da Silva Ferreira
Fernando Roberto Brandão da Silva
Ivanildo Soares da Silva

Catálogo na Publicação - Biblioteca UNI-RN
Setor de Processos Técnicos

Moura, José Eduardo.

Epistemologia geral e teoria da argumentação / José Eduardo Moura; Designer instrucional: Cristiane Clébia Barbosa; Projeto gráfico e diagramação: José Eduardo Moura; Capa e produção: Núcleo de Educação a Distância (NEaD). – 2. ed. – Natal: UNI-RN, 2022.
162 p.

Material didático-pedagógico.
Material atualizado e revisado.
ISBN: 978-65-88305-12-6 .

1. Epistemologia. 2. Argumentação. 3. Justificação. 4. Validade. 5. Lógica. 6. Teoria clássica da argumentação. I. Barbosa, Cristiane Clébia. II. Moura, José Eduardo. III. Núcleo de Educação a Distância (NEaD). III. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 165

Larissa Inês da Costa (CRB 15/657)



Sumário

Sumário	2
Apresentação do Professor	5
Apresentação da Disciplina	6
Plano de Ensino	7
Primeiras orientações	12
Unidade I	15
Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação	16
Plano de Ensino	16
Bibliografia	16
Introdução	18
Capítulo 1 Epistemologia e Lógica como filosofia	23
Um complicador.	26
Capítulo 2 Preliminares	28
2.1 Pensamento e linguagem	28
2.2 Dizer e significar	32
Proposição e sentença	39
2.3 Uso e menção	41
2.4 Conhecer e argumentar	43
Capítulo 3 O conhecimento	45
3.1 A definição tripartida de conhecimento (“CVJ”)	46
3.2.1 A Crença	47
3.2.1.0 Lógica Proposicional, uma introdução	52
TABELAS DE VERDADE SIMPLES	54
3.2.1.00 O TESTE DA VALIDADE DE ARGUMENTOS PELA TABELA DE VERDADE	56
3.2.1.1 As Crenças e os Estados de Representação	59
3.2.1.2 As Crenças e a Atribuição de Crenças	60
3.2.1.3 Acaso as Crenças são Transparentes?	61
3.2.1.4 As Crenças e os Ideais Teóricos	63
3.2.1.5 O Eliminativismo e suas Previsões	65
3.2.2 A Verdade	67
3.2.2.1 Introdução	68
3.2.2.2 O Relativismo	69
3.2.2.3 A verdade e a correspondência	71

3.2.2.4 A verdade e a coerência	72
3.2.2.5 A verdade e o valor pragmático	73
3.2.2.6 Espécies e noções de verdade	74
3.2.3.A Justificação	76
3.2.3.1 A Justificação, a Verdade e a Anulabilidade	77
3.2.3.2 Justificação pela inferência, o problema da regressão	78
3.2.3.2.1 O problema da regressão	78
3.2.3.2.2 O infinitismo epistêmico	79
3.2.3.2.3 O coerentismo epistêmico	80
3.2.3.2.4 O fundacionalismo e o confiabilismo epistêmicos	81
3.2.3.2.5 O contextualismo epistêmico	85
3.3 O problema de Gettier	87
3.4 A justificação e a argumentação	87
Unidade II	88
Capítulo 4 - Apresentação da Unidade II	89
Capítulo 5 - Anotações de Leitura de Fragmentos de Analíticos Posteriores	91
5.1 Livro I	91
5.2 Livro II	101
5.3 Nota 28	104
5.4 Nota 78	105
Capítulo 6 - A teoria clássica da argumentação	107
6.1 Temas importantes de Argumentação e Retórica (de Álvaro Nunes)	109
6.1.0 Introdução	109
6.1.1 Preâmbulo histórico	110
6.1.2 A definição de Retórica	111
6.1.3 A Retórica antiga	111
6.1.3.1 A natureza da Retórica	112
6.1.3.2 Definição aristotélica de Retórica	112
6.1.3.3 Gêneros de discurso retórico	112
6.1.3.4 Tipos de provas	112
6.1.3.5 Partes da Retórica	114
6.1.4. A nova Retórica	116
6.1.4.1 Demonstração e argumentação	116
6.1.4.2 A lógica do preferível	117
6.1.4.3 Os pontos de partida da argumentação	118
Fatos, verdades, presunções, valores e lugares	118
Figuras retóricas	119
6.1.4.4 O auditório	120
Auditório particular e auditório universal	120

Discurso persuasivo e discurso convincente	120
6.1.4.5 As técnicas argumentativas	121
6.1.4.6 A eficácia da argumentação	123
6.1.4.7 Retórica e filosofia	123
Capítulo 7 O argumento como estrutura discursiva/dialogal.	125
7.1 A identificação de argumentos.	127
Capítulo 8 A forma lógica	131
Capítulo 9 A representação e a análise dos argumentos	134
9.1 A representação dos argumentos	135
9.2 A análise dos argumentos	137
9.2.1 O Silogismo	137
9.2.2 O Teste Estrela	138
9.2.3 Argumentos em português	141
9.2.3.1 Faça duas análises por argumento	141
9.2.3.2 Cuidados com a formalização	142
9.2.4 Traduções mais complexas	142
9.3 O válido e o falacioso.	147
9.3.1 Argumento por enumeração (ou por exemplo)	150
9.3.2 Argumento por analogia	152
9.3.3 Argumento por uso da opinião de um perito (“especialista”)	154
9.3.4 Argumento por uso de posição de conhecimento	155
9.3.5 Argumento por uso de declaração de testemunha (“Witness Testimony”)	156
9.3.6 Argumento por uso da Opinião popular	157
9.3.7 Argumento de "Correlação à Causa"	157
9.3.8 Argumento da "Causa ao Efeito"	158
9.4 A refutação	159
Referências	161

Apresentação do Professor

Olá.

Meu nome é José Eduardo de Almeida Moura. Sou Licenciado em Pedagogia e, como me meti em ensino superior, fiz Mestrado e Doutorado em Filosofia. O pessoal que estuda comigo costuma me chamar de Zé.

Ensino há muito tempo e faço isso com gosto.

Essa vai ser uma das minhas primeiras experiências com essa metodologia de ensino e, por isso, conto com sua crítica para apontar meus erros e melhorar o material que utilizamos.

Vamos trabalhar duro nessa disciplina. Você contará comigo para as discussões necessárias e disporá, para isso, dos meios de discussão do AVA e do e-mail

joseeduardomoura@unirn.edu.br



Apresentação da Disciplina

A disciplina **Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação** é fundamental para sua formação, mas tem uma característica muito particular: não desenvolve conteúdos profissionalizantes (a não ser para Filósofos). Sua natureza é instrumental. Serão feitas leituras e discussões com o objetivo de melhorar suas práticas de ler e discutir, mas não vamos tratar de técnicas de leitura nem de oratória. Essa aprendizagem será consequência da aplicação, em qualquer conteúdo, do que será discutido.

Se você observar com cuidado suas práticas diárias de uso da linguagem comum, nas conversas, nas leituras, nas reclamações, nos seus monólogos solitários, nos murmúrios ininteligíveis do dia a dia, você se dará conta do quanto de conhecimento (matéria de análise da epistemologia) e de justificação, fundamentação, prova (temas de análise da teoria da argumentação) você usa. E, assim mesmo! Sem se dar conta que está argumentando sobre o que sabe ou faz, sem se dar conta que usa conhecimentos e saberes comuns e pessoais.

Essa disciplina, Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação, quer discutir essas coisas para melhorar seu desempenho nessas práticas comuns e na leitura e produção de textos científicos e jurídicos.

O exame do **Plano de Ensino** seguinte (e que tem cópia no AVA) fará as coisas ficarem mais claras.

Plano de Ensino

I – DISCIPLINA

Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação

PROFESSOR: José Eduardo de Almeida Moura

e-mail: joseeduardomoura@unirn.edu.br

PERÍODO: 1º

CARGA HORÁRIA: 60h

CURSO: Direito. Psicologia.

II – EMENTA

Teoria da Argumentação como Lógica. A Epistemologia e a Lógica como disciplinas filosóficas. O lugar da linguagem no processo de conhecimento. Conhecimento e ação: saber, saber-fazer, conhecer lugares e pessoas. A definição tripartida de conhecimento. Teorias sobre Crença, sobre Verdade, sobre Justificação. Justificação, Fundamentação, Argumentação. O lugar da lógica na argumentação. Os Esquemas de Argumentação comuns na ciência e no Direito. A avaliação dos argumentos científicos e jurídicos.

III. COMPETÊNCIAS – Conhecimentos, Habilidades e Atitudes

O aluno deve concluir a disciplina sendo capaz de:

(Conhecimentos:)

1. compreender as principais características do conhecimento e distingui-lo da opinião e da ignorância;
2. entender alguns problemas relativos às discussões sobre as teorias do conhecimento;
3. conhecer alguns instrumentos da metodologia da discussão crítica, compreender o impacto das novas tecnologias na ciência e na prática profissional;

(Habilidades:)

1. adotar uma metodologia crítica (filosófica) de leitura e discussão de textos e desenvolver competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, e documentos profissionais, bem como a devida utilização das normas técnicas;
2. desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação com o objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito profissional;
3. identificar dados da prática profissional que sejam indicadores da necessidade de novas explicações;
4. identificar argumentos e aplicar elementos de lógica para a análise da validade de argumentos;
5. identificar, dentre argumentos não-válidos, as falácias comuns, e avaliá-las e refutá-las através da prática da argumentação para defesa e refutação de pontos de vista comuns ou científicos;
6. demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão utilizando corretamente a terminologia e as categorias profissionais na elaboração e apresentação argumentos orais e escritos;
7. saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional;
8. desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
9. demonstrar o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do conhecimento;
10. desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais da área ou de caráter interdisciplinar;

(Atitudes:)

1. aceitar criticamente a diversidade e o pluralismo cultural;
2. compreender criticamente os fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão;
3. atuar em diferentes contextos, entendendo o que define as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;
4. ser capaz de utilizar o raciocínio lógico-dialético, a argumentação, a persuasão e a reflexão crítica, a partir da realidade fática circundante.

IV. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

1. Epistemologia e Lógica como filosofia

- 1.1. As áreas / disciplinas filosóficas
2. Preliminares:
 - 2.1. Pensamento e linguagem
 - 2.2. Linguagem: jogo, uso e significado
 - 2.3. Proposição e sentença
 - 2.4. Uso e menção
 - 2.5. Conhecimento e argumentação
 - 2.6. Introdução à lógica proposicional
3. O conhecimento
 - 3.1. A definição tripartida de conhecimento (“CVJ”)
 - 3.2. A justificação como argumentação

UNIDADE II

1. A teoria clássica da argumentação
 1. A lógica
 2. A retórica
2. O argumento como estrutura discursiva/dialogal.
 1. A identificação de argumentos.
3. A forma lógica dos argumentos.
4. A representação e a análise dos argumentos.
 1. A representação dos argumentos.
 2. A análise dos argumentos.
 3. O válido e o falacioso.
5. A refutação.

V – METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida considerando-se a ideia de que professor e estudante são responsáveis pelo processo de ensino/aprendizagem. Neste sentido, caberá ao professor o papel de definir o conteúdo, elaborar material de apoio, estimular os estudantes, bem como identificar métodos didáticos capazes de promover da melhor forma possível o aprendizado. Ao estudante, por sua vez, caberá dedicar-se ao estudo e colaborar com sua participação em sala de aula e em atividades extraclasse, quando for o caso, assim como procurar aprofundar os estudos sobre assuntos de seu interesse.

O estudo do conteúdo proposto dar-se-á através das seguintes técnicas de ensino: exposição dialogada, estudo de caso, estudo e discussão em grupos, e resolução de exercícios, através do AVA, utilizando-se inclusive meios de comunicação eletrônicos, como Fóruns, Conversas (“chats”), Vídeo-aulas ...

VI – AVALIAÇÃO

O processo de avaliação da aprendizagem do estudante realizar-se-á de forma

continua levando-se em consideração: as provas e a participação em outras atividades acadêmicas desenvolvidas em sala de aula (trabalhos individuais e em grupo); a resolução de exercícios postados no AVA; e a presença (frequência) às aulas presenciais ou virtuais.

A nota de Primeira Unidade (Primeira Avaliação) será a média aritmética simples dos exercícios (40%) e prova (50%) realizados e a frequência (10%). A atribuição da nota de frequência será feita pela apuração da presença e pontuada proporcionalmente, na mesma escala dos exercícios e prova (i.e. 100 pontos (ou nota 10) para frequência integral). A nota da Segunda Unidade (Segunda Avaliação) será a média aritmética simples dos exercícios (40%) e prova (50%) realizados e a frequência (10%). A atribuição da nota de frequência será feita pela apuração da presença e pontuada proporcionalmente, na mesma escala dos exercícios e prova (i.e. 100 pontos (ou nota 10) para frequência integral), conforme as normas vigentes.

VII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

AJDUKIEWICZ, Kazimierz. *Problemas e teorias da filosofia: teoria do conhecimento e metafísica*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979. 180 p.

ATIENZA, Manuel. *As razões do direito*. São Paulo: Landi. 2000.

WALTON, D. *Lógica informal*. Um manual de argumentação crítica. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

COMPLEMENTAR

ARISTÓTELES. *Segundos Analíticos*.

ARISTÓTELES. *Tópicos. Refutações Sofísticas*.

PLATÃO. *Teeteto*.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1997.

MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT, J. D. *A Teoria do Conhecimento*. Uma Introdução Temática. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Textos disponíveis na Internet

CHISHOLM, R. *O que é a teoria do conhecimento?*. <https://criticanarede.com/epiqueeapist.html>

GETTIER, Edmund. *É a crença verdadeira justificada conhecimento?*.
<https://criticanarede.com/epigetier.html>

NUNES, Álvaro. *O que é o conhecimento?*.
<https://criticanarede.com/anunesoqueeoconhecimento.html>

SHAND, John. *O que é a filosofia?*. <https://criticanarede.com/oqefilosofia.html>

STEFANI, Jacqueline. *Conhecimento e argumentação em Aristóteles*. *Hypnos* 31:199-218 (2013)

P. D. Magnus; Tim Button; com acréscimos de J. Robert Loftis Robert Trueman. Remixado e revisado por Aaron Thomas-Bolduc, Richard Zach. Adaptado, re-remixado, re-revisado e ampliado pelo Grupo de Estudos em Lógica da UFRN (GEL–Carolina Blasio). *Para Todxs: Natal uma introdução à lógica formal*.

Disponível em:

<https://github.com/Grupo-de-Estudos-em-Logica-da-UFRN/Para-Todxs-Natal/blob/main/paratodxsnatal.pdf>

IX – CRONOGRAMA

Ajustável, de acordo com o desempenho da turma. Parte fixa: avaliações, conforme o Calendário Acadêmico do semestre publicado no AVA.

Primeiras orientações

Releia, com atenção, o item III do Plano de ensino: Competências.

Você deve ter observado que somente os conhecimentos 1, 2 e 3 da lista de Competências fazem referência a algum conteúdo específico. Todas as outras competências listadas são de natureza não conteudista. São construídas através de verbos como “adotar, identificar, elaborar, praticar, saber buscar, definir e formular questões”. Isso caracteriza bem essa disciplina, quando ministrada no primeiro semestre de um curso superior. Não há um conteúdo profissionalizante a ser aprendido. Há um conteúdo que permite o desenvolvimento de técnicas de refinamento intelectual para melhorar padrões de análise e crítica de textos orais e escritos.

Você verá!!

Para complementar, veja as habilidades. Tudo é coisa geral, que serve para tudo. Tudo isso exige uma Metodologia de Ensino/Aprendizagem muito adequada ao seu envolvimento nesse processo.

Releia a METODOLOGIA.

Entendeu? Entendeu que sua parte é maior que a do professor?

Pois é.

A disciplina será desenvolvida considerando-se a ideia de que professor e estudante são responsáveis pelo processo de ensino/aprendizagem. Neste sentido, caberá ao professor o papel de definir o conteúdo, elaborar material de apoio, estimular os estudantes, bem como identificar métodos didáticos capazes de promover da melhor forma possível o aprendizado. Ao estudante, por sua vez, caberá dedicar-se ao estudo e colaborar com sua participação em sala de aula e em atividades extraclasse, quando for o caso, assim como procurar aprofundar os estudos sobre assuntos de seu interesse.

O estudo do conteúdo proposto dar-se-á através das seguintes técnicas de ensino: exposição dialogada, estudo de caso, estudo e discussão em grupos, e resolução de exercícios, através do AVA, utilizando-se inclusive meios de comunicação eletrônicos, como Fóruns, Conversas (“chats”), Vídeo-aulas ...

Viu que não existe isso de o professor ensinar?! O processo de ensino/aprendizagem é resultado de uma ação comum entre aluno e professor.

Pense no seguinte: as informações que são frutos das artes, da ciência, da tecnologia, dos meios de comunicação de massa, e de todos os meios de geração e manipulação de dados, estão à disposição de quem tem acesso à *Rede*, à *Web*, à *Internet*. (Um problema, de natureza política e social é o acesso à *Internet*. Nem todos dispõem de um provedor de acesso ou de um computador, televisão ou telefone celular que permita conexão com a *Internet*. Vamos supor que, mesmo com dificuldade, todos temos algum tipo de conexão com a *Rede*.) Então, tudo o que alguém quer saber está lá. É só fazer a pergunta certa através do instrumento de busca preferido e virão respostas, informações de todo tipo e qualidade. Pronto!

Qual é o problema?

A qualidade e a usabilidade das informações obtidas.

Qual o filtro que pode ser usado para qualificar a boa informação?

A análise crítica das informações. É isto o que tentaremos desenvolver: ferramentas para melhorar a qualidade da análise que pode ser feita sobre as informações disponíveis. E essas ferramentas advirão da compreensão que permita distinguir o conhecimento da mera opinião, a fundamentação da mera indicação de razões.

Pois, vamos adiante.

Como isso vai se desenvolver em ambiente acadêmico de ensino/aprendizagem, deve haver AVALIAÇÃO. A famosa avaliação da aprendizagem, o que significa que haverá exercícios e provas para nota, e exigência de frequência, de acordo com as normas do UNI-RN, i.e., exercícios (40%) e prova (50%) realizados e a frequência (10%). A atribuição da nota de frequência será feita pela apuração da presença e pontuada proporcionalmente, na mesma escala dos exercícios e prova (i.e. 100 pontos (ou nota 10) para frequência integral).

Os exercícios e a prova deverão ser feitos para avaliar aquelas competências e habilidades que se espera sejam desenvolvidas através da disciplina e sempre exigirão alguma atenção e dedicação aos textos e às preleções orais (aulas), presenciais ou via *internet*, conforme as circunstâncias. Mas, uma coisa é certa: estes trabalhos sempre serão uma ocasião para você **exibir o que aprendeu** de novo. O que você não aprender deve ser trazido para as discussões, por quem tenha problemas que os textos e as aulas não tenham resolvido.

A BIBLIOGRAFIA, além de alguns textos clássicos, contará com artigos disponíveis na internet. Alguns porque são interessantes, outros porque são atuais. Sobre eles haverá, também, exercícios de leitura, i.e., exercícios de cobrança de

leitura.

O CRONOGRAMA é apresentado à parte, para maior facilidade de adequação ao desenvolvimento do curso.

Pronto! Isto tudo é a apresentação da disciplina.

A **Unidade 1** desenvolve algumas ideias que são fundamentais para a continuidade de toda a reflexão sobre conhecimento e argumentação. Estabelece alguns pressupostos fundamentais sobre linguagem e fixa um vocabulário inicial para a discussão sobre os temas que serão desenvolvidos.

Veja a seguir o que o Plano de Ensino apresenta.

Unidade I

Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação

Plano de Ensino

1. Epistemologia e Lógica como filosofia
 - 1.1. As áreas / disciplinas filosóficas
2. Preliminares:
 - 2.1. Pensamento e linguagem
 - 2.2. Linguagem: jogo, uso e significado
 - 2.3. Proposição e sentença
 - 2.4. Uso e menção
 - 2.5. Conhecimento e argumentação
 - 2.6. Introdução à lógica proposicional
3. O conhecimento
 - 3.1. A definição tripartida de conhecimento (“CVJ”)
 - 3.2. A justificação como argumentação

Bibliografia

Os principais textos para acompanhar as discussões dessa Unidade são:

P. D. Magnus; Tim Button; *et alia*. *Para Todxs: Natal uma introdução à lógica formal*. Disponível em:

<https://github.com/Grupo-de-Estudos-em-Logica-da-UFRN/Para-Todxs-Natal>

Este livro é resultado de um trabalho coletivo que ainda se desenvolve e hoje conta com com acréscimos de J. Robert Loftis Robert Trueman. Remixado e revisado por Aaron Thomas-Bolduc, Richard Zach. Adaptado, re-remixado, re-revisado e ampliado pelo Grupo de Estudos em Lógica da UFRN (GEL–Carolina Blasio).

COSTA, C. *Filosofia da linguagem*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

FREGE, G. Sobre a Justificação Científica de uma Conceitografia. *Os Pensadores: Peirce, Frege*. Vol.XXXVI. São Paulo: Abril Cultural, 19xx, pág. 195-199.

SHAND, J. *O que é a filosofia?* <https://criticanarede.com/oqefilosofia.html>

STONE, J. *Jogos e semelhanças de família*. <https://criticanarede.com/stone.html>

WITTGENSTEIN, L. *Tratado lógico-filosófico e Investigações Filosóficas*. Acesso à versão portuguesa da Fundação Calouste Gulbenkian, através do endereço: <https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2020/09/16235147/ISBN-978-972-31-0383-0-225h.pdf>

Introdução

Há várias maneiras de introduzir as discussões sobre Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação, isto é, sobre o conhecimento e a fundamentação. Vamos tentar fazer isto através de alguns argumentos.

Para começar, leia o texto seguinte:

Sei que, em razão de meu voto e de minha conhecida posição em defesa dos direitos das minorias (que compõem** os denominados “*grupos vulneráveis*”), **serei inevitavelmente incluído** no “*Index*” mantido pelos *cultores da intolerância* **cujas mentes sombrias – que rejeitam** o pensamento crítico, **que repudiam** o direito ao dissenso, **que ignoram** o sentido democrático da alteridade e do pluralismo de ideias, **que se apresentam** como corifeus e epígonos de sectárias doutrinas fundamentalistas – **desconhecem a importância do convívio harmonioso e respeitoso** entre visões de mundo antagônicas!!!!**

Este trecho é o fragmento inicial do primeiro parágrafo do voto do ex-Ministro Celso de Mello, proferido no dia 20 de fevereiro de 2019 sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26 Distrito Federal --- ADO26 DF, disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/leia-voto-ministro-celso-mello2.pdf> (09dez2021, 15h35). (Há cópia do Voto no AVA.) É a famosa discussão sobre a criminalização da Homofobia e semelhantes. Mas, isso não é o caso, agora.

Preste atenção a outros detalhes:

- primeiro, veja a quantidade de recursos usados para por ênfase em algumas expressões. Isso é, certamente, exagero, em um texto escrito. Não tem muito sentido usar negrito e sublinhado na mesma expressão, ou semelhantemente, aspas e itálico. Esse exagero de ênfase só tem sentido se for considerado como marcas de leitura. Afinal, o voto foi **lido** no Plenário do STF. Então, certamente, são marcas pessoais para definir recursos orais a serem utilizados na apresentação. Mas, não é isto o que interessa agora. Isto são recursos retóricos que poderão ser examinados posteriormente.
- segundo, olhe outra vez para o início do texto. Viu?

Sei que, em razão de [...]”

Gente inteligente, quando diz que sabe, é capaz de justificar o que diz. Isto é, argumenta. Sabe, além do que diz, que o conhecimento é expresso em uma frase para a qual é capaz de apresentar razões, fundamento, justificação.

- por fim, esse fragmento inicial do voto **contém um argumento**, cuja conclusão é: **"serei inevitavelmente incluído no "Index" mantido pelos cultores da intolerância."** E as premissas? Todo argumento é formado por conclusão e a(s) premissa(s) que a justifica(m). Aí entra sua parte!

Vá ao texto *Para Todxs: Natal uma introdução à lógica formal* (disponível em: <https://github.com/Grupo-de-Estudos-em-Logica-da-UFRN/Para-Todxs-Natal>) (há cópia no AVA) e leia os Capítulos 1, 2 e 3 da Parte I:

I Noções-chave da lógica

1. Argumentos
2. O alcance da lógica
3. Outras noções lógicas

Faça os exercícios. Vá ao AVA e coloque suas respostas nos exercícios correspondentes (PTN 01 a PTN 07).

Depois, organize o argumento de C. de Mello, mostre sua estrutura, liste as premissas e, em seguida, a conclusão (indique qual é a conclusão com "-->" , "∴" ou "Ptt,"). Leia o argumento assim estruturado e avalie se ele tem sentido, se dá para aceitar a conclusão, se o que justifica a conclusão está listado como premissa.

Coloque sua resposta no Ex. 0.

Veja outro belo argumento que está no parágrafo inicial do texto *A Crença* (MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT J. D. *A Crença*. In: MOSER, P. K. *et al..A Teoria do Conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 47-65.)

Se a análise epistêmica tradicional estiver correta, a crença é uma condição necessária para o conhecimento. Descrita desse modo, a crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento, e talvez isso explique porque diversos epistemólogos tradicionais não estudaram a crença como um estado psicológico complexo.

Agora, olhe para ele mais estruturado:

Se a análise epistêmica tradicional estiver correta, [então] a crença é uma condição necessária para o conhecimento.

Descrita desse modo, a crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento, e talvez isso explique porque diversos epistemólogos tradicionais não estudaram a crença como um estado psicológico complexo.

As expressões 'Descrita desse modo' e 'talvez isso explique porque' podem ser lidas como **indicadores de conclusão?**

Então, a frase regida por cada um desses 'indicadores' é uma conclusão extraída de frase(s) anterior(es).

Logo, há um argumento aí:

Premissa : Se a análise epistêmica tradicional estiver correta, [então] a crença é uma condição necessária para o conhecimento.

Conclusão 1 : A crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento.

Conclusão 2 : Diversos epistemólogos tradicionais não estudaram a crença como um estado psicológico complexo.

Primeira observação : **a cada conclusão corresponde um argumento.**

Logo, temos aí uma cadeia argumentativa, um argumento que contém outro argumento, um argumento composto.

Viu?

Um argumento da área jurídica e um argumento da filosofia. Vamos, agora, em busca de um bom argumento em um artigo de psicologia.

A literatura não tem se detido em explorar as bases epistemológicas da Psicologia Cognitiva Experimental em função de um ecletismo paradigmático encontrado em suas bases. Muitas vezes as bases epistemológicas da PCE encontram-se confundidas com os pressupostos de outras teorias como o Behaviorismo, as Ciências Cognitivas, o Cognitismo e algumas vezes até mesmo a Psicologia da Gestalt. Em outros casos, o aprofundamento teórico tem centrado na investigação das bases filosóficas das Ciências Cognitivas. (NEUFELD, Carmem Beatriz; BRUST, Priscila

Goergen; STEIN, Lilian Milnitsky. Bases Epistemológicas da Psicologia Cognitiva Experimental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Jan-Mar 2011, Vol. 27 n. 1, pp. 103-112)

Viu a conclusão: “a literatura não tem se detido em explorar as bases epistemológicas da Psicologia Cognitiva Experimental.”?

Pois bem! Aí há um argumento. Tente estruturá-lo. Liste as premissas e, depois, a conclusão (isto é o que se costuma chamar a "forma padrão" de um argumento). Lembre-se de indicar, de alguma forma, a conclusão. Vá ao AVA e faça o exercício correspondente (Ex. 00).

Você deve ter se dado conta que há uma vinculação entre saber, conhecer, poder dizer alguma coisa relevante com segurança e a justificação do que se pretende que os outros aceitem. **Isto, a justificação, é argumentação.**

Agora, trabalhe um pouco. Pense nas suas experiências de conhecimento e argumentação.

Faça o seguinte exercício: lembre-se de situações em que você disse alguma coisa e seu interlocutor perguntou "Por que você diz isso?"

Anote. Organize. Prepare um texto que mostre a forma do argumento que você construiu, usando sua afirmação inicial como conclusão e sua resposta ao "porquê?" de seu interlocutor como premissa(s).

Leia com cuidado o resultado. Você construiu um bom argumento?, seu interlocutor ficou satisfeito com a resposta ou "veio com mais porquês?"

Prepare este material para discussão em sala de aula. Depois, você vai relatar tudo no AVA, Ex. 000 Relato de uma reflexão sobre conhecimento.

Fez o Ex. 000?

Pois bem, é essa vinculação entre conhecimento (saber das coisas) e argumentação (justificação) que vamos explorar neste curso. Assim, este curso passará pela compreensão da função da linguagem e sua relação com o pensamento, com as relações que, através da linguagem, cada um estabelece com o mundo — com as coisas do mundo e com as pessoas que estão no mundo.

Durante nossas discussões, tente pensar nas justificações de frases comuns, nas justificações de afirmações religiosas, nas explanações de temas filosóficos, nas explicações científicas, nas manifestações — “explicações” — artísticas que pretendem dar conta da inserção do homem no mundo. Observe que algumas destas afirmações, explicações, resistem bem a qualquer crítica. Outras, estão mal formuladas ou, simplesmente, não se sustentam, não têm fundamento.

Vamos construir instrumentos para identificar com precisão esses processos de justificação e, a partir daí, fazer a crítica e refutar o que não tem fundamento ou se baseia em afirmações não verdadeiras. Tudo isto é conteúdo da Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação (Lógica).

Capítulo 1 Epistemologia e Lógica como filosofia

Agora, nos aproximamos mais ainda dos problemas do curso. Vamos começar com uma discussão tradicional sobre o caráter filosófico das áreas de estudos que enfrentaremos. A primeira visão da Epistemologia e da Lógica, a versão mais tradicional das discussões as caracteriza como Filosofia e não como Ciências.

Vamos ver essa caracterização através de um texto de J. Shand, disponível em www.criticanarede.com e com cópia no AVA.

No artigo *O que é a filosofia?*, (<https://criticanarede.com/oqefilosofia.html>) J. Shand apresenta ideias muito interessantes. Vá lá. Vá em criticanarede.com e leia o artigo do Shand. E leia outros sobre o mesmo tema e sobre outros temas caros à filosofia.

Para começar, veja a estrutura do artigo de J. Shand. Simplesmente, passe as páginas para ver como ele divide o assunto:

- Introdução
- A casa que os filósofos construíram
- As áreas da filosofia
- Os problemas da filosofia
- Intemporalidade
- Além do factual
- Os objetos de estudo da filosofia
 - Epistemologia
 - Metafísica
 - Lógica
 - Ética
 - Filosofia antiga
 - Filosofia medieval
 - Filosofia moderna: os séculos XVII e XVIII
 - Filosofia da mente
 - Filosofia da linguagem
 - Filosofia da ciência
 - Filosofia política
 - Filosofia das artes
 - Filosofia da religião
 - Filosofia continental
- O futuro da filosofia

Percebeu essa estrutura? Viu a Figura em que ele apresenta as relações entre diversas áreas da filosofia?

Agora, vou listar alguns trechos desse texto que apontam para algumas ideias que acho muito importantes, para você localizar no texto e aprofundá-las.

- Assim que nos libertamos dos hábitos das crenças recebidas, [...] e começamos realmente a pensar acerca daquilo em que devemos acreditar,
- à luz da razão (**argumentos**) e indícios,
- **começamos a fazer filosofia.** [...]

"A glória da filosofia — [...] — é nada estar interdito, nem mesmo o valor da razão, ou, na verdade (embora isto possa parecer paradoxal), o próprio estatuto da filosofia. Não há restrições."

O âmbito da filosofia é vasto e [...] divide as suas energias em **áreas de especialização** que têm duas características:

- algumas áreas têm um objecto de estudo que parece sustentar grande parte daquilo que pensamos e fazemos
- outras áreas sustentam preocupações mais particulares.

As áreas alimentam-se entre si e estão inter-relacionadas.

- os temas do Grupo 1 sustentam os problemas considerados no Grupo 2
- e têm consequências para as conclusões a que se chega no Grupo 2
- este grupo encontra-se em constante referência ao Grupo 1.
- Os temas no Grupo 3 não levantam considerações filosóficas fundamentais novas, mas aplicam a áreas específicas todos os problemas encontrados nesses grupos.

A Lista de alguns dos problemas filosóficos mais básicos e mais comumente tratados, que está no texto, é muito interessante. Examine-a com atenção e você terá uma visão muito ampla do alcance das

discussões filosóficas.

Siga o conselho do autor: pense em diversas maneiras possíveis de responder e que razões se tem para pensar que essas respostas são corretas.

[...] a filosofia é muito diferente da ciência — um químico raramente acharia interessante averiguar o que outro químico afirmou acerca de algo há cem anos.

- A filosofia não se preocupa normalmente com a recolha de fatos.
- Pode-se deixar isso para outras disciplinas, como a ciência, a história, a psicologia ou a antropologia.
- Há uma razão dupla para isto.
- Em primeiro lugar, a filosofia lida normalmente com assuntos que têm de estar pressupostos na recolha de fatos — questões acerca da verdade e cognoscibilidade da realidade, por exemplo.
- Em segundo lugar, os fatos são normalmente insuficientes para lidar com o problema filosófico. Isto é particularmente óbvio em ética.

Não é controverso afirmar que os problemas filosóficos são intemporais.

O esboço conciso dos objectos de estudo da filosofia dá uma boa ideia do que fazem os filósofos. Examine a lista.

- A filosofia continuará enquanto algumas pessoas mantiverem a perspectiva de que pensar cuidadosamente por si próprias é importante
- É difícil determinar que preocupações filosóficas estarão no centro das atenções das pessoas no futuro.
- Parece que haverá sempre alguém a tentar debater-se com as questões mais profundas, indisposto a aceitar sem questionar as respostas que por acaso estejam à mão.

E agora? deu para entender o que o J. Shand quer dizer sobre a Filosofia e

o lugar e os problemas característicos da Epistemologia Geral e da Teoria da Argumentação (Lógica) na Filosofia?

Reveja-os, para não esquecer. O que nos espera depende da compreensão dessas ideias.

É a isso que nos dedicaremos a seguir. Estudar a natureza do conhecimento e a natureza das boas inferências, para sermos capazes de distinguir o conhecimento das meras crenças e opiniões e ao justificar o que dizemos, que saibamos fazê-lo com os melhores argumentos que possamos construir.

Vá ao AVA e faça os exercícios Ex. 01a e Ex. 01b sobre o texto "O que é a filosofia?".

Um complicador.

As Ciências Cognitivas, a Psicologia Cognitiva, a Psicologia Cognitiva Experimental, as Neurociências, IA e muitas outras áreas de investigação científica semelhantes têm dedicado muito esforço, atualmente, para caracterizar o conhecimento e todas as operações cognitivas que, tradicionalmente, têm sido estudadas pela Epistemologia ou Teoria do Conhecimento tradicional.

Quine, filósofo americano que foi um dos primeiros professores do Departamento de Filosofia da USP e publicou, enquanto estava em São Paulo,

QUINE, W. V. O. *O Sentido da Nova Lógica*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1944, 252 pp. (Há uma edição recente, 2016, pela UFPR.).

publicou em 1969

QUINE, W. V. O. Epistemology Naturalized. In *Ontological Relativity and Other Essays*. New York: Columbia University Press, 1969, p. 69-90.

no qual discute (e, para muitos, estabelece) a possibilidade e a necessidade de um fundamento científico, "naturalizado", empírico, para a Epistemologia.

Se se quiser ir aos clássicos, Hume, na *Investigação sobre o Entendimento Humano*, 1748, fazendo a distinção entre o conhecimento das verdades da razão e o conhecimento das verdades de fato, atribui ao *hábito ou costume*, que parecem coisas da natureza e não da "mente" as inferências indutivas que permitem a descoberta das relações de *causa e efeito*. Há uma "interpretação biológica" do *Enquire* da qual participa, também o Prof. João Paulo Monteiro (ex-USP) (ver, p. ex. Monteiro, J. P. *Hume e a epistemologia*. São Paulo: UNESP. ISBN 9788571399051 ; Monteiro, J. P. *Novos estudos humeanos* São Paulo: Discurso. ISBN 8586590509).

Rudolf Carnap, do Círculo de Viena, é outra fonte, dos 1930, desta discussão, também inspirador de Quine.

Não entraremos, ainda, nesta discussão. Vamos seguir a tradição filosófica e discutir o Conhecimento a partir da definição "Conhecimento é crença verdadeira justificada" como apresentada pelos filósofos.

Capítulo 2 Preliminares

2.1 Pensamento e linguagem

Ao término da discussão seguinte você deverá ser capaz de entender a relação mais elementar entre pensamento e linguagem.

Uma coisa comum, a que ninguém dá mais atenção, é que todos vivemos no “mundo da linguagem”. Todos falamos das coisas e das relações com as coisas e pessoas como se isso fosse muito mais simples do que se pode imaginar. Ninguém se lembra que, um dia, não falava e ninguém tem a mínima lembrança de como começou a falar, como as palavras apareceram em sua experiência pessoal e como significados foram associados às palavras mais comuns do dia a dia. Ninguém se dá conta do que não pode ser dito.

Parece isso mesmo! Parece que é natural aprender a língua que se fala em casa e ninguém se lembra das consequências disso.

Examine algumas ideias de FREGE sobre a relação entre pensamento e linguagem. Há, no AVA, uma versão de *Sobre a Justificação Científica de uma Conceitografia*. Vá lá. Procure entender como ele relaciona linguagem e pensamento e descubra porque a riqueza da linguagem natural (ou ordinária) gera problemas na ciência e no próprio pensamento.

Você vai encontrar no texto de Frege algumas ideias interessantes, como as que transcrevo a seguir:

- mal-entendidos e erros na ciência e no pensamento têm origem na imperfeição da linguagem, mas não podemos dispensar os sinais sensíveis para pensar
- os sinais tornam presente o ausente, invisível e talvez insensível
- um sinal para uma representação reúne a sua volta outras representações

Os sinais têm para o pensamento o mesmo significado

que para a navegação a ideia de utilizar o vento para velejar contra o vento.

- pensamos em palavras, e sem sinais não nos elevaríamos ao pensamento conceitual

Atribuindo o mesmo sinal a coisas semelhantes, designamos propriamente não mais a coisa singular mas o que lhes é comum, o conceito.

- os sinais são indispensáveis, mas a linguagem é deficiente quando se trata de prevenir os erros de pensamento — não satisfaz à exigência de univocidade, não é regida por leis lógicas

- a palavra escrita prevalece diante da falada pela duração e as regras da lógica serão neste caso aplicadas como um fio de prumo

A razão dos defeitos salientados está em uma certa maleabilidade e mutabilidade da linguagem, que é por outro lado condição de sua capacidade de desenvolvimento e de sua aplicabilidade variada.

- *analogia com a mão*: carecemos de um conjunto de sinais do qual se expulse toda ambiguidade, e cuja forma rigorosamente lógica não deixe escapar o conteúdo.

- outra vantagem do sinal escrito é sua maior duração e imutabilidade: nisto assemelha-se ao conceito, como este deve ser, tanto menos decerto ao fluir incessante do curso efetivo de nosso pensamento

- faltam à linguagem de fórmulas de aritmética, expressões para conexões lógicas; e por isso ela não merece o nome de conceitografia em sentido pleno

- da conceitografia eu exigiria o seguinte:

ela deve possuir para as relações lógicas expressões simples que, limitadas em número ao necessário, possam ser fácil e seguramente dominadas. Estas formas devem ser apropriadas a se associarem a um conteúdo da maneira mais íntima. Deve-se esforçar por obter esta concisão, de modo a poder bem aproveitar a extensão bidimensional da superfície de escrita para a

compreensibilidade da exposição.

Tentei pois completar a linguagem de fórmulas da matemática com sinais para as relações lógicas, de modo a resultar para o domínio da matemática uma conceitografia da espécie que apresentei como desejável. [...] As relações lógicas repetem-se em toda parte, e os sinais para os conteúdos particulares podem ser escolhidos de modo a se acomodarem à armação da conceitografia. [...] Pudessem por isso também os filósofos dispensar alguma atenção ao assunto!

Conseguiu entender o texto? Os destaques acima ajudaram?
Vamos discutir.

Você é capaz de se lembrar de alguma ocasião em que você “teve de se explicar”, teve de responder a seu interlocutor com um “Não foi isso que eu quis dizer.” ou “Não foi **bem** isso que eu quis dizer.”?

O que estava acontecendo? Você estava “falando grego” para seu interlocutor ou, simplesmente, no meio em que ele vive a palavra que deu confusão significa outra coisa?

Pense em palavras com vários significados que você usa diariamente. Por exemplo, “manga”.

Você manga de seus amigos, quando eles dizem bobagens?

Quando você come manga na sobremesa, precisa trocar a camisa?

Quando você encontra alguém com mangas largas, você faz um convite para cavalgar?

Coveiro sabe fazer camisas de mangas cavadas?

Isso ajuda a entender o que Frege diz sobre a necessidade de **univocidade** para a linguagem científica? A maioria das palavras usadas no dia a dia é ambígua. Se você for a um dicionário vai poder observar isso com precisão. Os vários significados de cada palavra dicionarizada são apresentados, com indicação do âmbito do uso de cada significado e, muitas vezes, exemplos de frases em que ocorrem essas variações.

Veja, por exemplo, o Dicionário Online de Português:

[https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=manga:](https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=manga)

- manga
 - s.f. Fruto da mangueira, com um grande caroço central que envolve sua semente, muito conhecido por sua polpa amarelada, doce e...
- meia-manga
 - s.f. Manga curta, que cobre apenas a parte superior do braço.
- mangar
 - v.t. e v.i. Escarnecer, zombar, fazer mofa. V.i. Demorar, ser lento (na execução de uma tarefa).
- manga-larga
 - adj. Bras. Diz-se de uma raça de cavalos obtida em Minas Gerais. S.m. Cavalo dessa raça.

Então!? A linguagem comum, ordinária, do dia a dia, a mesma que é usada na ciência (junto com termos técnicos específicos ou significados tornados precisos através de definições) é como a mão. Lembra-se dessa analogia no texto de Frege? Serve para muita coisa (“A mão que afaga é a mesma que apedreja.” Augusto dos Anjos.)

A necessidade de construção de instrumentos para a realização de tarefas manuais específicas (martelo, alicate, tesoura...) é a mesma apontada por Frege para a construção de uma Conceitografia (da qual vamos trabalhar um fragmento, na forma da Lógica de Proposições, indispensável para se entender certas relações entre afirmações que expressam conhecimento). Além disso, o cuidado no uso das palavras e a atenção na “interpretação” do que se lê, ouve ou diz, é o primeiro passo para melhor trabalhar as informações que nos chegam.

Você prestou atenção na escolha de Frege pela linguagem escrita?

Pense na homofonia.

Leia em voz alta:

Ah! Há a beleza do não dito.

A sessão extraordinária de cessão de servidor tem base na seção 5 do estatuto.

Mas, mais más pessoas vivem nesse mundo.

Ouviu as diferenças?

É difícil. Por isso, também a escolha pelo escrito.

Vá a *Para Todxs* e leia o Capítulo 7 (Parte II). Vá ao AVA e faça os exercícios Ex.

2.2 Dizer e significar

O objetivo desta segunda parte é apresentar e discutir duas ideias muito interessantes desenvolvidas por Wittgenstein: a relação entre uso e significado (de expressões linguísticas) e jogo.

O fundamental é começar a se dar conta que dizer e significar são coisas diferentes. Para isto, vamos conhecer um pouco da teoria da linguagem de Wittgenstein que, primeiro, seguiu Frege (e desenvolveu uma teoria da linguagem ideal no *Tractatus Logico-Philosophicus* e depois, apresentou uma teoria que mudou completamente sua forma de pensar a linguagem e desenvolveu, nas *Investigações Filosóficas* e outros textos (seguintes?), uma teoria da linguagem comum. Ele se deu conta da complexidade dos usos da linguagem, comparou-os a jogos e definiu o significado das expressões linguísticas a partir desses elementos e da noção de semelhanças de família.

Para começar uma discussão produtiva, procure e leia o livro

COSTA, C. *Filosofia da linguagem*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

Há edições eletrônicas na *Internet*.

Lá na *Internet*, há muita coisa interessante sobre essas teorias de Wittgenstein, filósofo austríaco que nasceu em Viena, em abril de 1889 e morreu na Inglaterra, em Cambridge, em 1951, com 62 anos de idade. Veja, por exemplo:

- uma aula do Prof. Cláudio Costa (UFRN) sobre jogo de linguagem:
<https://www.youtube.com/watch?v=IQksldBy7xc>
- traduções do *Tractatus* e das *Investigações*, da Editora da Fundação Calouste Gulbenkian:
https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2020/09/16235147/ISBN-978-972-31-0383-0__225h.pdf
- um texto muito interessante de Sofia Miguens, *Filosofia da Linguagem*
— Uma introdução:
<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/>

Para iniciar a discussão, veja o texto seguinte:

UM ROTEIRO DO *TRACTATUS LÓGICO-PHILOSOPHICUS*, que é o Anexo I aos comentários de J. Tiago de Oliveira, que está na versão do *Tractatus Logico-Philosophicus* de L. Wittgenstein, traduzido por M. S. Lourenço e publicado em Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015. A versão original do *Tractatus* foi publicada em Londres, por Routledge and Kegan Paul, em 1922. Estamos no centésimo aniversário desta publicação e há comemorações em várias partes do mundo.

Esse texto, escrito em português de Portugal e utilizando uma tradução diferente da de M. S. Lourenço, ajuda a entender a estrutura do “Tractatus”.

Mantive como o encontrei na publicação citada, exceto por acrescentar, entre colchetes, após o enunciado de cada proposição original, a tradução de Lourenço e esquematizar o texto (listar em itens) para facilitar a leitura.

UM ROTEIRO DO “TRACTATUS LÓGICO-PHILOSOPHICUS”

Após o prólogo em que Wittgenstein refere procurar determinar os limites à expressão do pensamento, esclarecendo pensar ter resolvido a questão, o que considera pouco, segue-se uma longa série de pensamentos (versículos!), indexados de forma decimal, com graduação de importância e relação.

Para as sete suras vamos usar como título o primeiro versículo; a última reduz-se, apenas, ao título.

1. O mundo é tudo o que acontece [1 O mundo é tudo o que é o caso.]: trata do mundo e dos factos;

2. O que acontece, o facto, é a existência dos estados de coisas [2 O que é o caso, o facto, é a existência de estados de coisas.]: estuda

- os factos,
- as coisas,
- a independência mútua dos estados de coisas,
- o espaço lógico,
- os objectos e a sua simplicidade,
- a figura e a analogia (correspondência) entre a figura e o figurado;

3. A figura lógica dos factos é o pensamento [3 A imagem lógica dos factos é o pensamento.]: analisa

- o pensamento verdadeiro como figura do mundo,
- as proposições como símbolos de uma projecção (representação) do mundo e como figura das coisas,
- os sinais primitivos e as elucidações,
- as proposições e o sentido,
- os nomes a representar objectos,
- as proposições como junções de verdade das expressões que contém,
- a teoria dos tipos,
- a necessidade de um simbolismo rigoroso,
- as definições como traduções de linguagem;

4. O pensamento é a proposição com significado [4 O pensamento é a proposição com sentido.): descreve

- a linguagem,
- os conjuntos de proposições,
- a impossibilidade de captar a lógica da linguagem,
- de novo e mais detalhadamente a proposição como figura da realidade e a proposição e o seu sentido,
- a verdade ou falsidade da proposição ligada a ser figura da realidade,
- o espaço lógico e a verdade,
- os nomes e as coisas,
- a ciência como totalidade das expressões verdadeiras,
- o sem-sentido da maior parte dos escritos de Filosofia e esta como actividade logicamente esclarecedora do pensamento,
- a forma lógica e as proposições,
- a noção de número,
- as proposições elementares e os factos atómicos,
- as tabelas de verdade da Lógica,
- as tautologias e as contradições como não-figuras da realidade,
- as proposições como consequências das proposições elementares.

5. A proposição é uma função de verdade da proposição elementar [5 A proposição é uma função de verdade das proposições elementares. (A proposição elementar é uma função de verdade de se própria.)]: trata

- dos fundamentos da verdade das proposições,
- o significado da dedução,

- a negação da causalidade,
- a noção de probabilidade,
- o efeito (iterado) de operações,
- alguns elementos de lógica proposicional e funcional,
- as proposições do tipo «A crê p»,
- os limites da linguagem e os limites do mundo,
- o solipsismo;

6. A forma geral de uma função de verdade é $[p, \bar{\xi}, N(\bar{\xi})]$. [6 A forma geral de uma função de verdade é $[p, \bar{\xi}, N(\bar{\xi})]$. Esta é a forma geral da proposição.] descreve :

- a representação acima,
- os números (finitos),
- a Lógica como conjunto de tautologias,
- uma outra forma das relações de verdade,
- a Lógica não como doutrina mas como reflexo do mundo,
- a Matemática como método lógico,
- a causalidade como forma de lei,
- a antítese entre a Lógica e a Mecânica,
- a indução (experimental) como procura da lei mais simples compatível com a experiência,
- o mundo independente da vontade individual,
- a inexistência de proposições de ética e estética,
- pensamentos em torno da morte e de Deus,
- o sem-sentido do cepticismo,
- o místico,
- o inexpressável;

7. Do que se não pode falar, é melhor calar-se [7 Acerca daquilo de que se não pode falar, tem que se ficar calado.]: ...e mais nada, o que mostra que a linguagem não pode exprimir tudo.

Conseguiu entender?

Veja o que diz o Prof. C. Costa:

O *Tractatus Logico-Philosophicus* é um livro com cerca de oitenta páginas de aforismos numerados. O estilo oracular desses aforismos, tão sugestivos quanto ambíguos, e um insuficiente esclarecimento da maneira como devemos relacioná-los entre si, torna o entendimento quase impossível na falta de uma maior familiaridade com o

contexto no qual eles foram formulados. (Claudio Ferreira Costa. *Filosofia da Linguagem* (PAP - Filosofia). Apple Books. p. 30)

Isto não impede, no entanto, de continuar discutindo, para melhor entender. É o que têm feito muitos filósofos e, por isso, há muitos artigos bons escritos sobre o tema e disponíveis na *Internet*.

Agora, a **segunda teoria de Wittgenstein**. A teoria que ele elabora através de muitos textos que, ainda hoje, estão sendo organizados e publicados.

Mas, vamos lá. Vamos ver um pouco do que Cláudio Costa diz sobre isto em seu *Filosofia da Linguagem* já fartamente citado.

Veja essas Notas de leitura que elaborei para facilitar nossas discussões. Aí está, obviamente, a minha forma de destacar o que me parece importante do que diz o autor do texto. Não deixe de ler:

COSTA, C. Wittgenstein: linguagem como figuração e como instrumento. In: COSTA, C. *Filosofia da Linguagem*. PAP, Zahar, 4ª ed., 2011, (2002), p. 42-52.

Você pode ver as coisas de uma maneira diferente. Mas, analise o que anotei.

Na leitura desse trecho do livro de COSTA (“A linguagem como instrumento na filosofia posterior.”), prestar atenção a:

- Em Cambridge, em 1929, Wittgenstein concluiu que a tentativa do *Tractatus* de construir a linguagem e o mundo a partir de elementos atômicos havia falhado. *A deficiência fundamental é não atentar para o modo como a linguagem efetivamente funciona.*

- Passos para a construção da nova teoria:

- reformulação que deu ao chamado princípio da verificabilidade:

O significado de uma frase consiste no modo como ela pode ser verificada, isto é, na maneira através da qual pode ser sabido se ela é verdadeira ou não.

- Limites de significação: frases que não sabemos como

verificar não possuem sentido.

Exemplos clássicos de frases que carecem de meios de verificação:

- “Existe um Deus onipotente, onipresente e onisciente.”

- “Pão e vinho se transformam, durante a eucaristia, no corpo e no sangue de Cristo.”

- “Há, além do mundo tal como o experienciamos, um mundo da coisa em si (noumênico), que é incognoscível.” (Kant)

- “O absoluto se desdobra em tríades dialéticas sucessivas.” (Hegel)

- “O nada nadifica.” (Heidegger)

Ver crítica à relação com a definição de verdade por correspondência (Costa p. 45-46)

- **Significado e uso**

“As palavras”, escreveu Wittgenstein, “só adquirem significado no fluxo da vida; o signo, considerado separadamente de suas aplicações, parece morto, sendo no uso que ele ganha seu sopro vital.”

- Comparação da linguagem com as ferramentas de uma caixa de ferramentas ou com as alavancas de uma locomotiva — formas semelhantes, funções podem ser muito diversas. Uma mesma ferramenta pode ser usada de diferentes maneiras, de acordo com as circunstâncias.

- A palavra “uso” (*Gebrauch*) deve ser entendida no sentido de “modo de uso” (*Gebrauchsweise*) — a maneira, o modo como a expressão foi usada.

- Outra noção fundamental: a de jogos de linguagem

“Característico do jogo de linguagem é que ele é parte de uma forma de vida, sendo primariamente praticado em meio

ao contexto social em que os falantes vivem.”

- Ao jogo pertencem não só as palavras, mas os participantes, os objetos e outros elementos contextuais

“É, pois, fundamental notarmos que as regras do jogo de linguagem podem dizer respeito não somente a signos linguísticos, mas também aos participantes do jogo, aos objetos, às ações humanas, ao contexto. Eis por que considerar o significado das expressões nos jogos de linguagem é considerá-lo do ponto de vista do modo de uso, isto é, como parte natural das ações humanas radicadas em uma forma de vida.”

- Explicação para isso: aprendemos a maioria dos jogos de linguagem na infância, por meio de exemplos, em situações práticas, através de um exercício de “adestramento” (*Abrichtung*) no uso das expressões — caráter não-cognitivo do aprendizado dos significados.

“A filosofia”, escreve Wittgenstein nas *Investigações*, “é uma luta contra o enfeitiçamento de nosso entendimento pelos nossos meios de expressão.”

Então? Mais ou menos claro?

Com isso, terminamos essa parte de nossa discussão. Estão estabelecidas as ideias preliminares de linguagem, uso, significado, relação entre linguagem e pensamento. Vamos, agora, estabelecer mais duas ideias elementares também fundamentais para discussões posteriores: proposição e sentença.

Proposição e sentença

Para fixar a diferença e a relação entre uma proposição e uma sentença, observe, com atenção, o que diz C. Costa sobre a relação que Frege estabelece entre estes termos:

A interessante sugestão de Frege é a de que o sentido da frase é o pensamento que ela expressa, pois uma mudança no sentido de um nome no interior da frase produz uma mudança no pensamento: a frase “A estrela da manhã é Vênus” exprime um pensamento diferente da frase “A estrela da tarde é Vênus”. Além disso, o sentido de uma frase é o pensamento, a idéia que ela expressa, só na medida em que tal pensamento tenha a ver com o valor-de-verdade.

O que Frege chama de pensamento (e que nós geralmente chamamos de proposição ou enunciado) é importante por ser o portador da verdade ou da falsidade. Quando dizemos que algo é verdadeiro ou falso, referimo-nos primariamente não à frase ou à sua referência, mas ao seu sentido, ao pensamento por ela expresso. Assim, no caso de estar chovendo, as frases “It is raining”, “Es regnet” e “Il pleut” são todas verdadeiras, embora elas sejam muito diferentes, e isso é assim porque o pensamento por elas expresso, o portador da verdade, é o mesmo. Frases também têm referência. A referência de uma frase é considerada por Frege como a circunstância de ela ser verdadeira ou falsa.” (COSTA, C. *Filosofia da Linguagem (PAP - Filosofia)*. Apple Books. p. 14-15)

Entendeu? A diferença e as relações entre proposição e frase (ou sentença) são elementos fundamentais nos contextos de comunicação, portanto, para discussões sobre conhecimento e argumentação.

Para fixar essas ideias, pense na distinção que se pode fazer entre o que se pensa e o que é dito. Há várias formas de expressar o mesmo pensamento (a proposição). Isto é, várias frases (sentenças) diferentes podem expressar o mesmo pensamento. Observe o exemplo usado nesse fragmento citado de COSTA: quantas formas de expressar o pensamento “Está chovendo”, em línguas diferentes. Ou fazer referência ao planeta Vênus como a “Estrela de manhã” ou “Vésper”. Uma das formas de considerar a importância dessa distinção é quando o diálogo chega ao “Não estou entendendo!” e a primeira resposta é repetir com outras palavras o que não foi entendido.

Daí, fixemos: é importante cuidar das formas de dizer e levar em conta que, às vezes, não encontramos palavras adequadas para dizer o que estamos pensando. Do mesmo modo, o nosso interlocutor está querendo dizer exatamente o que estou ouvindo ou lendo?

Atenção!!

Observe que nem todas as frases exprimem proposições. Lembra-se da relação entre proposição e “verdadeiro” e “falso”? Veja. Há frases que não são verdadeiras nem falsas. Quer ver?

Frases que não exprimem proposições:

- Que horas são?
- Tira os pés da mesa!
- Ser sempre corajoso!
- Socorro!!
- Agora, veja!!
- Quem me dera saber lógica!
- Prometo que amanhã vou à praia contigo.

Então, acrescente a essas caracterizações a necessidade de dar atenção às **frases declarativas**, aquelas que podem ser **verdadeiras ou falsas**. Detalhe: não é necessário saber se a frase declarativa é, de fato, verdadeira ou falsa. Só a possibilidade de ser verdadeira ou falsa já a caracteriza como representante de uma proposição, um pensamento.

Ficou claro?

Qualquer manual de lógica elementar que você encontrar na *internet* detalhará essa discussão. Vá lá! Veja, por exemplo: **Para Todxs: Natal: uma introdução à lógica formal**, do qual há uma cópia no AVA.

Pronto!

Agora, vá ao AVA e faça o Ex. 03 para testar se você é bem capaz de identificar proposições.

Outra questão semelhante é a diferença entre **uso e menção** de expressões linguísticas. Vejamos.

2.3 Uso e menção

Nós, em geral, **usamos** as palavras para falar das coisas do mundo. Mas, às vezes, precisamos falar das palavras e para isso, as **mencionamos**. Quer ver? Pense nas situações seguintes:

Todo gato tem 4 patas.
O gato de Maria é preto.

Escreva 'gato' com 'g' maiúsculo.
'Gato' tem 4 letras.

Viu? Nas duas primeiras frases, **usei** a palavra 'gato'. Nas outras duas, **mencionei, citei** a palavra 'gato'.

Ficou claro?

Então, agora, só precisamos dispor de uma regra geral para informar quando estamos falando do objeto a que uma expressão linguística se refere e quando estamos falando da expressão linguística. Uma notação comum é a que usamos: as palavras, quando queremos falar delas, devem ser colocadas entre aspas simples, como em 'gato' e 'Gato' nas duas últimas frases. Assim como destacar em uma linha indica a menção a uma expressão e não seu uso.

Semelhantemente, precisamos ter cuidado com a diferença entre a linguagem que usamos para falar das coisas e a linguagem que usamos para falar de própria linguagem — a metalinguagem.

Parece novidade?

Não!

Todo mundo estudou Gramática e nunca confundiu as palavras 'nome', 'verbo' ou 'advérbio' que definem classes de palavras com os nomes, verbos e advérbios que usamos no dia a dia. É isso. A Gramática da língua portuguesa que estudamos “está escrita” em uma metalinguagem (do português), que “fala” do português que falamos.

Pense nisso. São coisas simples que sabemos, mas nunca explicitamos as distinções, porque aprendemos com a aprendizagem “natural” da linguagem do dia a dia.

Para ilustrar a discussão, dê uma olhada em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Distinção_uso-menção

Vá a Para Todxs e leia o Capítulo 8 da parte II.

Procure outros artigos na *internet* sobre isso e traga para nossas discussões o que você achar interessante.

Vá ao AVA e faça o Ex. 04 Sobre uso e menção.

2.4 Conhecer e argumentar

Agora, chegamos mais perto dos temas de nosso curso. As relações entre Conhecer e Argumentar nos ocuparão durante todo o resto do semestre e isto é o que vai definir nossas discussões epistemológicas e lógicas (da teoria da argumentação).

Em poucas palavras, somente para localizar a discussão, pense nas situações de diálogos comuns em que são colocados problemas do tipo:

- Como você pode dizer isso?
- Não acredito que você pense assim!!
- Você pode provar o que está dizendo?
- Isso não tem fundamento!!

e outras, semelhantes, que põem em dúvida o que você afirma ou pedem justificção para o que você acabou de dizer.

Essas situações exibem a relação comum, característica da prática diária, entre conhecer e justificar. Mais ainda, tendemos a justificar nossas ações além de nossas crenças e de nossos conhecimentos.

Se dermos uma olhada na prática da ciência, da psicologia, do direito, vamos encontrar a exigência formal de argumentação para justificar (provar) os resultados da pesquisa, a conclusão dos laudos, as decisões, os pedidos, as contestações.

É essa relação entre conhecimento e justificção que vai orientar nossas discussões em Epistemologia Geral e Teoria da Argumentação. Ela é clara em um texto de Aristóteles (Segundos Analíticos) que leremos.

Pronto!

Com isso, terminamos a primeira parte da Unidade I. Aí vimos que os cuidados com a linguagem levam a refletir sobre suas relações com o pensamento e os mecanismos de atribuição de significado a suas expressões. Dos multifacetados usos da linguagem nascem algumas imprecisões decorrentes da ambiguidade de seus termos, que geram, também, erros no pensamento e na ciência. Os esforços para reduzir esses efeitos que dificultam a compreensão, até de construções comuns, levam a distinguir o pensamento (a proposição) do que é expresso pelos sinais linguísticos, as frases declarativas ou sentenças declarativas, para que sejam estudadas separadamente. Um dos estudos que se desenvolveu, paralelamente aos esforços dos linguistas e teóricos da literatura, foi a **Lógica** que, além de instrumentos para a análise e desenvolvimento de aspectos particulares da matemática, põe à disposição uma variedade de ferramentas para o avanço da teoria da argumentação.

Começamos a mostrar como essas reflexões podem ajudar nas discussões sobre os problemas relativos ao conhecimento e à argumentação na ciência e no direito, chamando atenção para a prática de justificação do que se afirma conhecer e para exigências formais, dos códigos, de fundamentação das decisões, dos pedidos e das contestações no âmbito do direito.

Para enriquecer a discussão, dê uma examinada em:

https://criticanarede.com/epi_queeaepist.html

Capítulo 3 O conhecimento

Agora, a última parte da Unidade I: O conhecimento. Vamos discutir duas questões interessantes:

- A definição tripartida de conhecimento
- A justificação e a argumentação.

Vamos fazer essa discussão a partir de alguns textos que estarão no AVA, para acesso na ocasião oportuna.

Os textos fundamentais serão: o *Teeteto*, de Platão; e os *Segundos Analíticos* ou *Analíticos Posteriores*, de Aristóteles. São dois textos clássicos — você viu pelos autores — que contêm as primeiras discussões sistemáticas sobre o Conhecimento.

O *Teeteto* é, com certeza, uma das primeiras sistematizações dessas discussões. É um diálogo. Platão narra, através de um texto em que Euclides relata um diálogo entre Sócrates, Teodoro e Teeteto, que é o principal personagem, uma discussão que leva à “definição tradicional” de conhecimento. No AVA, há uma seleção de trechos — “Fragmentos de TEETETO” — que contém o que é o básico para seguir a discussão, sem perder aspectos importantes do desenvolvimento do método socrático de discussão, a Maiêutica. Versão do texto completo pode ser encontrada em

www.dominipublico.gov.br

O outro texto clássico que vamos examinar sobre essa mesma questão é de Aristóteles: *Segundos Analíticos* (ou *Analíticos Posteriores*). Semelhantemente, haverá um texto no AVA — “Fragmentos de Analíticos Posteriores” — com alguns trechos mais característicos sobre essa discussão, selecionados da tradução portuguesa indicada da obra de Aristóteles. As discussões sobre a aquisição do conhecimento em Aristóteles, porque vinculada a sua visão lógica da linguagem, será adiada até o começo das discussões sobre lógica, na Unidade II.

Você vai perceber que os temas e a forma de discussão são completamente diferentes do que está no *Teeteto*. Mas, o problema é o mesmo: o conhecimento, a aquisição do conhecimento, as formas de conhecimento.

Antes de continuar, faça um exercício:

- O que você pode dizer, com segurança, que caracteriza o que você diz que conhece, que sabe?

Para ajudar, pense no que está em jogo quando você diz:

- "Não conheço isso."

- "Nada sei sobre isso."

Nestas situações, o que falta?

Depois, relate sua experiência no AVA, no Ex. 000a Relato das características que você identifica no que você diz que conhece.

3.1 A definição tripartida de conhecimento ("CVJ")

Tradicionalmente, estuda-se o conhecimento a partir do Teeteto, de Platão, e chama-se de "definição tradicional" de conhecimento sua apresentação como **crença verdadeira justificada**. Para um primeiro contato com esta discussão, leia os "Fragmentos do Teeteto" no AVA. Preste atenção ao estilo -- diálogo -- e observe como a discussão é construída passo a passo através do esclarecimento do significado das expressões que Teeteto usa para responder às perguntas de Sócrates. Não deixe de reler o trecho em que Sócrates se define como "parteiro de ideias". Aí está o primeiro passo para entender o alardeado "só sei que nada sei".

Pois bem, para tudo isso ficar mais claro, vamos ler e discutir o texto de Álvaro Nunes, *O que é o conhecimento?*

(<https://criticanarede.com/anunesoqueeoconhecimento.html>),

que tem uma cópia no AVA.

Então, comecemos. Álvaro Nunes, em *O que é conhecimento?*, nos apresenta:

- Tipos de conhecimento:
 - Conhecimento de aptidões ou saber-fazer
 - Conhecimento por contato
 - Conhecimento proposicional
- A definição de conhecimento
 - Todo o conhecimento tem de ser uma crença
 - Todo o conhecimento tem de ser uma crença verdadeira
 - Só há conhecimento se a crença verdadeira for justificada

Até aí ele apresenta a definição do Teeteto. Entendeu? É essa a discussão que vamos continuar com o estudo das diversas teorias que tratam da Crença, da Verdade e da Justificação.

Vá lá. Vá ao AVA e leia esse texto do Nunes para a próxima discussão.

Depois desse estudo e da discussão do texto do Nunes, vamos discutir cada aspecto da definição, através de textos de

MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT J. D. *A Teoria do Conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Os capítulos a serem discutidos estarão no AVA.

3.2.1 A Crença

Temos, então, que **Conhecimento é Crença Verdadeira Justificada**. Vamos aprofundar esta discussão, estudando algumas teorias sobre o uso desses termos na discussão filosófica sobre o conhecimento.

O primeiro problema é caracterizar bem “Crença”. Vamos nos valer do texto

MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT J. D. **A Crença**. In: MOSER, P. K *et al.* *A Teoria do Conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 47-65.

Antes de uma leitura cuidadosa deste texto, observe sua estrutura (passe as páginas e veja as seções em que está dividido):

- Introdução
- As crenças e os estados de representação
- As crenças e a atribuição de crenças
- Acaso as crenças são transparentes?
- As crenças e os ideais teóricos
- O eliminativismo e suas previsões

Por aí, dá para ver que são discutidos vários problemas que afetam a definição de 'Crença'.

Relembrando: Quando J. Shand apresentou a Filosofia, teve o

cuidado de distingui-la das ciências. Estas buscam os fatos, fazem observação empírica, experimentação, para mostrar o que sustenta suas proposições fundamentais -- leis, teorias, explicações. Isto não ocorre na filosofia. A filosofia, que trata de esclarecer o significado de termos fundamentais que usamos para explicar o mundo (e nós, nele) usa outros recursos: as definições e a argumentação (para sustentar pontos de vista e para refutar pontos de vista. Por isso, às vezes, uma primeira leitura faz um texto parecer contraditório.). Pois bem, agora vamos olhar com mais cuidado para a estrutura argumentativa do texto que discutiremos.

Dê uma atenção especial ao primeiro parágrafo do texto. Lembra-se que já tratamos dele, quando introduzimos a necessidade de dar atenção a estruturas argumentativas?

Tente entender essa estrutura argumentativa e você verá uma forma de argumentação muito comum na filosofia. Aliás, já vimos que a filosofia depende da argumentação para estabelecer seus pontos de vista. Ela não apresenta comprovação “científica”, empírica, para suas afirmações.

Veja a definição seguinte de **Argumento**:

Um argumento é um **conjunto de proposições**, uma das quais é a **conclusão** (o que se quer provar, justificar, fundamentar) e as demais são **premissas** (o que se alega que prova, justifica, fundamenta a conclusão).

Para fazer uma boa análise de um argumento duas coisas devem ser levadas em conta: uma, a forma lógica do argumento. Isto é, a identificação e a forma das proposições que compõem o argumento; e outra, a relação entre estes componentes (proposições) e suas funções na fundamentação da conclusão.

Pois bem, voltemos àquele parágrafo inicial do texto A Crença. Lembra-se dele? A tarefa é exibir a estrutura do argumento contido no parágrafo e examinar se ele é um bom exemplo de argumento filosófico, i.e., argumento usado por filósofos para estabelecer um ponto de vista (conclusão).

Relembrando:

Para o bem ou para o mal, nossa mente é repleta de crenças. Além das crenças comuns que se referem à percepção, temos crenças científicas, morais, políticas e teológicas. Se a análise epistêmica tradicional estiver correta, a crença é uma condição necessária para o conhecimento. Descrita desse modo, a crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento, e talvez isso explique porque diversos epistemólogos tradicionais não estudaram a crença como um estado psicológico complexo. Pelo contrário, trataram a crença como um estado monolítico que pode tomar por objeto um número indefinido de proposições. Dada a análise tradicional, se você não compreender em certa medida o que a crença é, não compreenderá tampouco o que é o conhecimento. Desse modo, a crença deve ser estudada cuidadosamente pelas teorias do conhecimento. (p. 47)

Vamos fazer a parte inicial e deixar o resto para você se divertir e refazer no Ex. 12.

Lá vai.

Examine o seguinte fragmento do texto, logo depois das duas primeiras frases:

Se a análise epistêmica tradicional estiver correta, a crença é uma condição necessária para o conhecimento. Descrita desse modo, a crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento, e talvez isso explique porque diversos epistemólogos tradicionais não estudaram a crença como um estado psicológico complexo.

Agora, olhe para ele mais estruturado:

Se a análise epistêmica tradicional estiver correta, [então] a crença é uma condição necessária para o conhecimento.

Descrita desse modo, a crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento, e *talvez isso explique porque* diversos epistemólogos tradicionais não estudaram a crença como um estado psicológico complexo.

As expressões 'Descrita desse modo' e 'talvez isso explique porque' podem ser lidas como '*por isso*'?

Então, a frase regida por cada um desses “por isso” é uma **conclusão** extraída de frases anteriores.

Logo, há um argumento aí:

Premissa : Se a análise epistêmica tradicional estiver correta, [então] a crença é uma condição necessária para o conhecimento.

Conclusão 1 : A crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento.

Conclusão 2 : Diversos epistemólogos tradicionais não estudaram a crença como um estado psicológico complexo.

Primeira observação importante: **a cada conclusão corresponde um argumento**.

Logo, temos aí uma cadeia argumentativa, um argumento que contém outro argumento, um argumento composto.

Vamos avançar um pouco mais.

Veja a seguinte análise:

Premissa 1 : Se a análise epistêmica tradicional estiver correta,

[então] a crença é uma condição necessária para o conhecimento.

Premissa 2 (omissa) : A análise epistêmica tradicional está correta.

Conclusão 0.1 : A crença é uma condição necessária para o conhecimento.

Premissa 3 (antecedente omitido) : Se a crença é uma condição necessária para o conhecimento, então a crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento.

Conclusão 1 : A crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento.

Que tal? Aí está o primeiro argumento. Veja que foi necessário obter uma conclusão intermediária nova Conclusão 0.1, que se transformou em Premissa, para continuar.

Agora, vamos precisar de um pouco de Lógica Proposicional para avaliar o argumento que está aí. Lembre-se: "O principal objetivo da lógica é avaliar argumentos e separar os bons, chamados válidos, dos maus, os inválidos."

Vá ao AVA e estude o Capítulo 3 da Apostila (de Gensler).

Um texto excelente para acompanhar todas as discussões que faremos sobre Lógica é o livro do Grupo de Estudos de Lógica da UFRN -- Carol Blasio

Para Todxs. NATAL, uma introdução à lógica formal ,

que pode ser encontrado em <https://philarchive.org/archive/MAGPTN> e do qual há cópia no AVA.

3.2.1.0 Lógica Proposicional, uma introdução

Vou supor que, estudando a Apostila (Gensler) e Para Todxs: Natal, você aprendeu direitinho:

A LINGUAGEM da Lógica Proposicional:

Letras Maiúsculas	representam sentenças declarativas
parênteses: "(" e ")"	são usados para agrupar, como na matemática
\neg (ou \sim)	negação – "não"
\wedge (ou $\&$)	conjunção – "e"
\vee	disjunção – "ou"
\supset (ou \rightarrow)	implicação / condicional – "se-então"
\equiv (ou \leftrightarrow)	bi-implicação / bi-condicional – "se e somente se"

As FÓRMULAS BEM FORMADAS

As **sentenças declarativas** da linguagem natural são representadas por **fórmulas** da linguagem proposicional, as **fórmulas bem formadas** -- fbfs.

As **fbfs** dessa linguagem proposicional são sequências de símbolos formadas de acordo com as seguintes regras gramaticais:

[1.] Qualquer letra maiúscula é uma fbfs.

[2.] Colocar " \sim " à esquerda de qualquer fbfs resulta em uma fbfs.

[3.] Juntar duas fbfs com " \wedge ", ou " \vee ", ou " \supset ", ou " \equiv " e colocar o resultado entre parênteses resulta em uma fbfs.

Veja, com cuidado, alguns exemplos de fbfs que estas regras permitem construir:

P	Eu fui a Paris.
$\sim R$ (ou $\neg R$)	Eu não fui ao Rio de Janeiro.

$(P \wedge \sim R)$ (ou $(P \& \neg R)$)	Eu fui a Paris e não fui ao Rio de Janeiro.
$(N \supset (P \wedge \neg R))$ (ou $(N \rightarrow (P \& \sim R))$)	Se eu sou Napoleão, então eu fui a Paris e não fui ao Rio de Janeiro.

Cuide bem dos parênteses. Observe estas fórmulas:

Errado	$(\neg Q)$ $\neg P \wedge Q$ $P \wedge Q \supset R$
Correto	$\neg Q$ $(\neg P \wedge Q)$ $(P \wedge (Q \supset R))$ $\neg(P \wedge Q)$ $((P \wedge Q) \supset R)$

Os parênteses são usados para evitar ambiguidade. Veja a diferença entre essas fórmulas:

$(\neg P \wedge Q)$ $\neg(P \wedge Q)$ $((P \wedge (Q \supset R))$ $((P \wedge Q) \supset R)$	Não-P e Q Não é verdade que P e Q P, e se Q então R Se P e Q, então R
--	--

As sentenças longas, como o exemplo abaixo podem ser confusas para traduzir:

Se tentativas de provar "Deus existe" falham da mesma maneira que nossas melhores provas para "Há outros seres conscientes além de mim", então a crença em Deus é razoável se e somente se a crença em outros seres conscientes é razoável.

Concentre-se nos termos lógicos "se-então" e "se e somente se", e

traduza parte por parte.

Se tentativas de provar "Deus existe" falham da mesma maneira que nossas melhores provas para "Há outros seres conscientes além de mim", **então** a crença em Deus é razoável **se e somente se** a crença em outros seres conscientes é razoável.

``Se ... , então ... se e somente se ..." (F \supset (D \equiv O))
--

Lembra-se das Tabelas de Verdade?

TABELAS DE VERDADE SIMPLES

Verdadeiro e **Falso** são os **dois valores de verdade** possíveis para qualquer sentença.

Vamos representar o **verdadeiro** por "1" (ou **V**) e o **falso** por "0" (ou **F**) .

Uma tabela de verdade apresenta um diagrama lógico para uma fbf.

É uma lista com todas as combinações possíveis dos valores de verdade das letras da fbf, que afirma se a fbf é verdadeira ou falsa em cada caso.

As tabelas de verdade são como uma "TABUADA" da lógica. Aprendê-las, memorizá-las é tão importante para a lógica quanto aprender a tabuada é importante para a matemática.

Resumo das Tabelas de Verdade

P	Q	$\neg P$	$(P \wedge Q)$	$(P \vee Q)$	$(P \supset Q)$	$(P \equiv Q)$
V	V	F	V	V	V	V
V	F	F	F	V	F	F
F	V	V	F	V	V	F
F	F	V	F	F	V	V

Outra forma da mesma coisa:

P	Q	$\neg P$	$(P \wedge Q)$	$(P \vee Q)$	$(P \supset Q)$	$(P \equiv Q)$
1	1	0	1	1	1	1
1	0	0	0	1	0	0
0	1	1	0	1	1	0
0	0	1	0	0	1	1

Definições para não esquecer:

SENTENÇAS CONTINGENTES: dizemos que uma sentença (fbf) é contingente, quando é verdadeira em algumas situações, mas falsas em outras.

TAUTOLOGIAS: dizemos que uma sentença (fbf) é uma tautologia quando ela é sempre verdadeira, em todas as situações.

CONTRADIÇÕES: dizemos que uma sentença (fbf) é uma contradição quando ela é sempre falsa, em todas as situações.

3.2.1.00 O TESTE DA VALIDADE DE ARGUMENTOS PELA TABELA DE VERDADE

Regra Geral: Dado um argumento proposicional, construa uma tabela de verdade que expresse os valores de verdade de todas as premissas e da conclusão em todos os casos possíveis. O argumento é **VÁLIDO** se e somente se nenhum caso possível (nenhuma linha da tabela) tem todas as premissas verdadeiras e a conclusão falsa. I.e., a fbf de forma condicional que é formada pela conjunção das premissas (no antecedente) e a conclusão no conseqüente é uma tautologia.

Vamos voltar ao nosso argumento.

Vou reescrever o argumento para inserir, em parênteses após as frases declarativas, as letras que vão representá-las.

Premissa 1 : Se a análise epistêmica tradicional estiver correta (P),
[então] a crença é uma condição necessária para o conhecimento (Q).

Premissa 2 (omissa) : A análise epistêmica tradicional está correta.

Conclusão 0.1 : A crença é uma condição necessária para o conhecimento.

Premissa 3 (antecedente omitido) : Se a crença é uma condição necessária para o conhecimento, então a crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento (R).

Conclusão 1 : A crença pode afigurar-se como um simples traço lógico do conhecimento.

A **forma** deste argumento é, então:

Premissa 1 : $(P \supset Q)$

Premissa 2 (omissa) : P

Conclusão 0.1 : Q

Premissa 3 (antecedente omitido) : $(Q \supset R)$

Conclusão 1 : R

Gostou?

Fazendo a Tabela de Verdade, prova-se que este argumento é válido, i.e. se as premissas forem verdadeiras, é impossível a conclusão ser falsa.

Lembra-se disso?

Lá vai:

P	Q	$(P \supset Q)$	$((P \supset Q) \wedge P)$	$((((P \supset Q) \wedge P)) \supset Q)$
V	V	V	V	V
V	F	F	F	V
F	V	V	F	V
F	F	V	F	V

Aí está a primeira parte do argumento: até a Conclusão 0.1. Para o argumento completo, a tabela é mais tediosa. Vejamos:

P	Q	R	$(P \supset Q)$	$((P \supset Q) \wedge P)$	$((((P \supset Q) \wedge P)) \supset Q)$	$(Q \supset R)$
V	V	V	V	V	V	V
V	V	F	V	V	V	F
V	F	V	F	F	V	V
V	F	F	F	F	V	V
F	V	V	V	F	V	V
F	V	F	V	F	V	F
F	F	V	V	F	V	V
F	F	F	V	F	V	V

(continua)

(continuação)

$(((((P \supset Q) \wedge P)) \supset Q) \wedge (Q \supset R))$	$(((((P \supset Q) \wedge P)) \supset Q) \wedge (Q \supset R)) \supset R)$
V	V
F	V
V	V
V	V
V	V
F	V
V	V
V	V

Descobriu por que o argumento é válido?

Então!! Fizemos um exercício para mostrar que há argumentos interessantes nos textos filosóficos. Aliás, todo texto filosófico é argumentativo. Mostramos que o argumento inicial do texto que estamos lendo e discutindo é um **argumento válido**. Mais adiante, trabalharemos com uma lógica mais potente, capaz de dar conta de argumentos mais complexos que este.

Consulte o RESUMÃO.

Para fixar estes assuntos, vá ao AVA e faça os exercícios Ex. 07 e Ex. 08.

Então, voltando ao texto:

- a importância atribuída à análise filosófica geral do conhecimento gerou um conceito de crença (e de justificação) rarefeito e abstrato e
- deixou de englobar:
 - diversas diferenças epistemologicamente significativas entre vários estados cognitivos, e
 - também, muitas relações importantes entre a epistemologia e a psicologia.

Por isso, as Seções (temas) deste Capítulo sobre Crença.

Vamos revê-las rapidamente. (A esquematização seguinte é a reprodução do texto "itemizado" com alguns destaques e a omissão do que considere dispensável para nossas discussões.)

3.2.1.1 As Crenças e os Estados de Representação

- crença, segundo o uso comum do termo, é sempre uma crença em um determinado estado de coisas
- por isso, a crença é intencional ou tem *significado*
 - **o significado de uma frase** é dado pela **proposição** que expressa,
 - **o significado de um estado mental**, como uma crença, é proporcionado pelo estado de coisas, ou a **proposição**, que tem de existir para que a crença seja verdadeira
- por isso (intencionalidade), as crenças são sempre representativas e funcionam como mapas pelos quais retratamos o mundo que nos cerca e nele “navegamos” (ver Armstrong 1973, Cap. 1).
- cada “atitude propositiva” — estado psicológico como a crença, o desejo, a esperança e o medo — é especificada por dois fatores:
 - a relação psicológica e
 - o conteúdo propositivo
- pode haver várias “atitudes diferentes” em relação à mesma proposição (veja o exemplo dos Mastins):
 - acreditar **que** os mastins são os melhores,
 - desejar **que** os mastins são os melhores,
 - ter medo **que** os mastins são os melhores, ou
 - ter esperança **que** os mastins são os melhores,
- “qualquer relação psicológica (crença, desejo, medo, etc.) pode ter por objeto diversas proposições”
- o que torna esses estados diferentes entre si não é a “atitude propositiva”, mas sim o “conteúdo propositivo” de cada um deles, as proposições às quais a atitude (no caso, a crença) se refere.
- suposição tradicional: a noção de crença é algo muito claro.
- graus diversos de confiança: podemos estar mais ou menos confiantes na verdade de uma proposição.
- a confiança em uma crença faz variar a probabilidade que você atribui (ou atribuiria) a uma proposição na qual crê.
- a epistemologia contemporânea (décadas de 1960 e 1970) produziu análises volumosas e sutis da justificação e do conhecimento, mas

- "a noção de crença mereceu muito menos esforços por parte dos investigadores"
- há pouco tempo: filósofos e psicólogos passaram a estudar a crença em diversos de seus papéis cognitivos:
 - na formação de atitudes,
 - na indução,
 - na sua contribuição para os desvios cognitivos e
 - num sem número de outros processos psicológicos
- hoje em dia: as crenças são estados que contêm informações, estados de um tipo especial.
- o tipo da informação contida nas crenças depende do modo pelo qual essas crenças representam o mundo.
 - Se uma crença representa o mundo incorretamente — se o representa mal —, "a crença é falsa".
 - Se uma crença representa o mundo corretamente, "a crença é verdadeira ou factual".
- há estados mentais não representativos: podem ter um papel epistemológico diferente do das crenças.
- experiências qualitativas não propositivas são "incorrigíveis": não podemos cometer engano algum a respeito de seus conteúdos.
- A tese da incorrigibilidade, porém, só é correta na medida em que não haja nenhum juízo envolvido com os objetos dessas experiências.

As crenças são intrinsecamente propositivas, pois exigem um objeto propositivo.

Não são nem ações psicológicas nem episódios ocorrentes; **são estados de representação** psicológicos que podem ou não se manifestar no comportamento.

3.2.1.2 As Crenças e a Atribuição de Crenças

- é indispensável distinguir a **crença** da **atribuição de crenças**

A **atribuição de crenças** é um **procedimento pragmático**, na

medida em que tem relação com a linguagem, e particularmente com a linguagem das crenças.

- A tolerância com que atribuímos a uma pessoa a crença em P não exige necessariamente que a pessoa tenha a posse de todos os conceitos necessários para crer em P.

O **Princípio de Caridade**, como modalidade de atribuição de crenças, postula que devemos atribuir aos nossos interlocutores crenças que são em sua maioria verdadeiras.

- alguns filósofos utilizaram o Princípio de Caridade para argumentar contra o ceticismo.
- Donald Davidson: o ceticismo tem de ser falso porque o Princípio de Caridade é verdadeiro.
- o Princípio de Caridade induz a um erro filosófico que precisamos identificar
 - **a atribuição de crenças e preferências a outras pessoas, inclui o problema de traduzir a fala dos outros para uma linguagem que sejamos capazes de compreender**
- Princípio de Caridade nos oferece um método rápido de racionalização da explicação
 - a pressão de compreender favorece um método de interpretação que “coloque o intérprete numa posição de concordância geral com o falante” (Davidson 1980, p. 169).
- Davidson:

a caridade nos é imposta; quer gostemos disso, quer não, se quisermos compreender os outros, temos de partir do princípio de que eles estão certos com respeito à maioria das questões. (1980, p. 197). [...]

mesmo um intérprete onisciente “atribui crenças às outras pessoas e interpreta a fala delas com base em suas próprias crenças, como fazemos todos nós” (1980, p. 201).
- é duvidoso que o Princípio de Caridade possa lançar luz quer sobre a natureza das crenças, quer sobre o problema do ceticismo.

3.2.1.3 Acaso as Crenças são Transparentes?

- a epistemologia diz respeito, também, ao conhecimento que temos de nós mesmos: trata do **caráter do autoconhecimento**
- Kant e outros: "chegamos a conhecer o conteúdo da nossa mente do mesmo modo pelo qual chegamos a conhecer qualquer outro fato empírico."
- para certos filósofos: nossos estados mentais são imediatamente acessíveis à introspecção – **tese da transparência**

Nada pode haver em mim, ou seja, em minha mente, de que eu não tenha consciência. (Descartes ([1640]))

- às vezes a melhor explicação do nosso comportamento exige que nos seja atribuída uma atitude que não é imediatamente perceptível pela introspecção.
- certos estados intencionais importantes para o processamento psicológico não podem ser “acessados” à vontade, e não temos consciência deles enquanto estão em operação. Esses **estados** são chamados às vezes de **estados subdoxásticos**
- sobre a primeira consideração contra a tese da extrema transparência
 - podemos aceitar a afirmação de que temos estados mentais inconscientes e
 - ao mesmo tempo rejeitar quase tudo o que Freud, Adler ou Jung tinham a dizer a respeito desses estados
- estados mentais subdoxásticos — refletem convicções cognitivas de um tipo especial

Stich (1978): distinção entre os estados psicológicos comuns e os estados “subpessoais” ou “subdoxásticos” se define por duas características

- isolamento inferencial e
- inacessibilidade à consciência

- quando Stich afirma que os processos que operam nos estados subdoxásticos são “especializados e limitados”, ele antecipa a influente explicação que Jerry Fodor deu dos módulos psicológicos, chamando-os de “mecanismos computacionais altamente especializado” (ver Fodor, 1983).

Uma vez deixada de lado a idéia de que os conteúdos de nossas preferências epistêmicas têm de ser imediatamente transparentes ou acessíveis à nossa introspecção, podemos

reconhecer a importância psicológica daqueles estados que ocupam de fato um papel central nas melhores teorias contemporâneas da percepção e da cognição. (p.57)

3.2.1.4 As Crenças e os Ideais Teóricos

- O discurso epistemológico é cheio de idealizações:
 - idealização da classificação das crenças como “justificadas” e “injustificadas”
 - idealização da referência incondicional à crença “verdadeira”
 - idealização dos valores do que nunca conhecemos com exatidão
- os céticos aproveitam-se disso tudo para apregoar o pessimismo epistemológico global
 - existe um raciocínio para justificar a inclusão de casos de inexatidão de medida na categoria do conhecimento factual
 - dadas as metas intelectuais propostas:
 - as afirmações se justificam suficientemente;
 - e são adequadamente verdadeiras, embora imprecisas.

“dois motivos pelos quais seria epistemologicamente irresponsável a ideia de que uma afirmação aproximadamente verdadeira não é realmente verdadeira.”

1. não é recomendado usar-se de uma precisão desnecessária nas medidas em geral
2. a precisão geralmente se obtém à custa de mais tempo, dinheiro e esforço.

são os nossos objetivos teóricos que determinam qual é o grau de apoio ou confiabilidade necessários para que uma crença seja considerada justificada.

Os que submetem as nossas noções comuns de crença ao eliminativismo, como W V Quine (1954) e Paul Churchland (1989), não têm muita paciência com um ponto de vista epistemológico que tem por centro exatamente essa noção comum. O mesmo vale para a psicologia behaviorista radical.

o behaviorismo lógico pode ser citado aqui por dois motivos:

1. é um exemplo de como pontos de vista filosóficos em um campo dependem de pontos de vista filosóficos em outros campos
 - a exigência lógico-behaviorista de que as palavras que designam

estados mentais (como “crença” e “desejo”) sejam definidas em função do comportamento observável é um resquício de um ponto de vista empirista (ou seja, baseado na experiência) mais amplo.

- moral da história: os behavioristas lógicos vão defender uma teoria empírica da justificação; e
- os diversos pontos de vista de um filósofo sempre guardarão entre si um vínculo temático definido.
- **“Sob este aspecto, a filosofia é irremediavelmente holística.”**

2. o behaviorismo lógico diz respeito à opinião genérica, aqui apresentada, acerca da natureza da crença.

- partimos do princípio de que a crença é uma representação mental.
- Entretanto, a postulação de um estado interno não observável, como uma representação mental, tende a melindrar
 - os behavioristas lógicos e
 - os materialistas eliminativistas.

É difícil conciliar o eliminativismo (relativo especificamente às crenças) com os impressionantes resultados obtidos pela psicologia perceptiva, cognitiva e social.

Se tivermos o cuidado de distinguir as crenças propriamente ditas dos motivos que temos para atribuir uma crença a uma pessoa, podemos postular um modo de provar que alguém tem uma crença: se uma pessoa acredita em P, essa pessoa há de concordar com a proposição P em determinadas condições (entre as quais se inclui, por exemplo, a ausência da intenção de dissimular a própria crença). (p. 59-60)

- se a pessoa acredita em P, ela há de concordar com a proposição P nas circunstâncias adequadas.
- ONISCIÊNCIA: Se a crença inclui essa tendência ou disposição de concordar com uma proposição determinada, podemos nos perguntar *quantas outras crenças temos em virtude de ter uma crença particular?*
- Será que, se você crê nas leis da matemática, também crê em todas as consequências lógicas dessas leis, ou seja, nas consequências que delas decorrem pelas leis da lógica?

- certas crenças encontram-se abaixo do limiar da observação consciente sem afirmar que essas crenças permanecerão para sempre reprimidas na ausência da firme orientação de um psicanalista
- a suposição de que cremos em todas as consequências dedutivas de nossas crenças têm algumas implicações que vão contra a intuição
 - certos filósofos que defendem essa posição simplesmente engolem o sapo e afirmam que nós temos um número infinito de crenças
 - outros filósofos buscam um meio claro de distinguir a mera "disposição a crer em P" da "crença propriamente dita em P"

Conclusão:

3.2.1.5 O Eliminativismo e suas Previsões

- eliminativismo: assumiu diversas formas na filosofia recente com respeito às crenças
 - filósofos eliminativistas afirmam que nossas crenças são meros estados cerebrais
 - prevêem que o apelo às crenças nos discursos psicológicos e epistemológicos será eliminado em favor do apelo a estados neurológicos especificamente importantes do ponto de vista teórico.

a epistemologia será redefinida como um ramo das neurociências, ou será simplesmente substituída por elas.

Objeções ao eliminativismo em sua forma atual:

- a previsão feita pelo eliminativismo não é perfeitamente clara:
 - não está claro o que seria necessário para que um dia descobríssemos que "as crenças não existem" como se pensa comumente
 - em específico, os eliminativistas não ofereceram uma explicação adequada da redução radical

[Redução radical] Explicação que diga quando uma teoria pode tomar por completo o lugar da outra e quando uma teoria pode ratificar de fato a existência dos objetos postulados pela outra.

- os desenvolvimentos da neurociência cognitiva não

tolheram nem tornaram desnecessários os avanços ocorridos em campos da psicologia, que usa a noção comum de crença, como a psicologia cognitiva e a psicologia social. (Quanto a alguns desses desenvolvimentos, ver Goldman, 1986, 1992.)

- saber se o eliminativismo é verdadeiro, e
- saber qual o lugar ocupado pela noção comum ou popular de crença numa psicologia científica

"são semelhantes: pode ser decidido por uma investigação empírica"

- certos filósofos, sem fazer apelo aos dados empíricos, procuraram *provar que o eliminativismo é incoerente e falso*:
 - defesa dos eliminativistas (reconstrução do argumento):
 - os eliminativistas alegam que o eliminativismo prevê que a verdade eliminativista vai superar a capacidade de expressão das noções populares
 - a crença não é uma categoria teórica de um vocabulário científico amadurecido
 - mesmo que falte um substituto adequado do vocabulário da crença, disso não decorre que o vocabulário da crença reflita posições teóricas mais dignas de confiança
 - tudo o que se pode dizer é que, às vezes, o único vocabulário de que dispomos (neste caso, o vocabulário da crença) é errôneo
 - pode ser que, um dia, uma nova teoria científica forneça um vocabulário que expresse novas noções cognitivas e neurológicas que, juntas, substituam a noção popular de crença
 - se essas noções neurocientíficas surgirem, só então deveremos decidir, a partir dos novos dados empíricos obtidos, se o eliminativismo tem razão de ser e se a psicologia popular é falsa ou verdadeira.
 - a descrição dos estados subdóxicos (dos quais não temos

consciência) deixou claro que a psicologia científica tem importante papel a desempenhar para a formulação de uma teoria epistemológica

- "filósofos" se ocuparam de delinear noções epistemológicas gerais, como as de crença e justificação, ao passo que
- "psicólogos" se dedicaram a especificar, pelo menos em certa medida, os mecanismos que de fato são responsáveis pela formação e justificação das crenças

Em suma, pois, verificamos que as crenças são intrinsecamente representativas e que não devem ser confundidas com uma mera atribuição de crenças. Nossas crenças como estados de disposição não nos são sempre imediatamente acessíveis, mas essa falta de transparência não põe em xeque a realidade das crenças. Não encontramos motivo algum para adotar o eliminativismo no que diz respeito às crenças; muito pelo contrário, manifestamos nossas dúvidas acerca da previsão eliminativista de que o progresso da ciência virá um dia tornar dispensável a própria ideia de crença. Depois de assim delinear a natureza da crença, podemos nos voltar para a próxima condição essencial do conhecimento: a verdade. (p. 64-65)

Para encerrar esta discussão, vá ao AVA e faça o exercício Ex. 12.

3.2.2 A Verdade

O segundo problema é caracterizar bem "Verdade". Vamos nos valer do texto

MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT J. D. A Verdade. In: MOSER, P. K *et al.*.A Teoria do Conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 67-84.

Antes de uma leitura cuidadosa deste texto, observe sua estrutura (passe as páginas e veja o título das seções em que está dividido):

- Introdução

- O relativismo
- A verdade e a correspondência
- A verdade e a coerência
- A verdade e o valor pragmático
- Espécies e noções de verdade

Por aí dá para ver que são discutidos vários problemas que afetam a definição de Verdade. Agora, comece a ler com atenção e se detenha na distinção entre as discussões sobre "a Verdade" e sobre "as proposições Verdadeiras". Isso é altamente relevante. Lembre-se que esse problema se coloca a partir da definição de conhecimento proposicional que é apresentada:

Um sujeito, *S*, conhece *P*, se e somente se

- *S* acredita que *P*;
- ***P* é verdadeira**; e
- a crença de *S* que *P* está justificada.

Viu? O que interessa, no final das contas, é definir o que significa a expressão "*P* é verdadeira".

Quando terminar sua leitura, que você pode complementar com outros textos que encontrar, examine o esquema que vai adiante. Lembre-se: essa esquematização corresponde a minha leitura. Portanto, tem as distorções da minha forma de ver essa discussão. Essa esquematização é a reprodução do texto "itemizado" com alguns destaques e a omissão do que considere dispensável para nossas discussões.

3.2.2.1 Introdução

- outra condição essencial para o conhecimento: "verdade"
 - só sabemos *P* se cremos em *P* e *P* é verdadeira
- agora, a questão é: "o que é a verdade?"
 - parece uma pergunta filosófica excessivamente profunda
 - para muitos filósofos, a Verdade (com "V" maiúsculo) deve ser temida e venerada, mas não analisada
 - para muitos outros a pergunta não tem uma tal aura de profundidade está ligada às questões de:
 - "como as frases e afirmações verbais podem ser

verdadeiras" e

- "como as atitudes propositivas chamadas "crenças" podem ser verdadeiras"
- questão que interessa, então é descobrir a "que condições" uma frase, afirmação ou crença tem de atender para que seja verdadeira.

3.2.2.2 O Relativismo

- a idéia de que 'a verdade é relativa' é "popular" em muitos meios
 - por exemplo, há os que afirmam que "Deus existe" é verdadeira para o crente e falsa para o incrédulo
- De que serve dizer que algo é verdadeiro para uma pessoa, e não simplesmente verdadeiro?
- é fácil confundir a tese do relativista com a afirmação de que as pessoas podem, de algum modo, fabricar a própria verdade
- > "Não devemos confundir essa afirmação vulgar com as alegações mais controversas dos relativistas".
- a afirmação forte do relativista seria a de que pode ser verdade para mim que a janela está aberta e, ao mesmo tempo, isso ser falso para você
- isso não quer dizer que a janela pode me parecer aberta e lhe parecer fechada (aqui, não há controvérsia)
- outra afirmação parecida, mas que também não resume a tese relativista:
 - uma "crença é justificada para a pessoa *A* e não é justificada para a pessoa *B*, mas isso não é o mesmo que dizer que a crença é verdadeira para *A* e falsa para *B*."
- posição relativista pode afirmar que são os "critérios" usados para se "determinar ou identificar" o que é verdadeiro que constituem a verdade
- podemos discutir "o que torna algo verdadeiro": quais são as condições que definem quando uma crença ou uma afirmação é

verdadeira

- podemos discutir "que métodos uma pessoa deve empregar para identificar as crenças e afirmações verdadeiras": procurar ou escolher as crenças e afirmações que atendem às condições que definem a verdade

- pode ser que os relativistas eliminem a distinção entre as condições de identificação e as condições de definição do verdadeiro

- "se os critérios usados pelas duas pessoas para identificar a verdade também são as condições que definem o que é a verdade, chega-se à conclusão relativista"

- > Não temos motivo algum para eliminar a distinção entre os
> critérios de discernimento da verdade das afirmações e os
> critérios que definem quando uma afirmação é verdadeira.

- se se preservar essa "distinção" entre os critérios de discernimento da verdade e os critérios que definem a verdade de uma afirmação, "eliminamos" um argumento a favor do relativismo.

- "dilema dos relativistas": a suposta verdade do relativismo é também relativa? Ou seja, é relativa à crença de um indivíduo ou grupo de indivíduos?

- se for relativa desse modo, a suposta verdade do relativismo não será nem um pouco diferente da mera opinião de um indivíduo ou grupo de indivíduos

- se a verdade do relativismo não for relativa, teremos uma suposta verdade (a saber, a verdade do relativismo) incompatível com a afirmação relativista de que toda verdade é relativa a um indivíduo ou grupo de indivíduos

- ""Qualquer que seja a alternativa escolhida, o relativismo se vê em maus lençóis.""

3.2.2.3 A verdade e a correspondência

- Segundo uma antiga tradição do que é necessário para que uma afirmação seja verdadeira, "é preciso haver uma correspondência adequada" entre as afirmações verdadeiras e as características reais do mundo.

várias versões dessa idéia constam dos escritos de muitos filósofos

- afirmações verdadeiras correspondem de algum modo à realidade, e as afirmações falsas não correspondem ao estado real das coisas no mundo
- não leva ao relativismo
- uma afirmação pode ser “aproximadamente” verdadeira
 - a definição da verdade como correspondência tem de dispor de recursos para salvaguardar esse fato
 - numa crença aproximadamente verdadeira, a relação entre nossa representação mental do mundo e o mundo em si mesmo pode ser mais ou menos precisa

"definição da verdade" como correspondência tem sua raiz na proposição de Aristóteles:

“Negar aquilo que é, e afirmar aquilo que não é, é falso, enquanto afirmar o que é e negar o que não é, é a verdade.” (Met.,IV,7,1011b 26 e segs.).

ou

“Dizer do que é, que não é, e dizer do que não é, que é, é falso, enquanto dizer do que é, que é e dizer do que não é, que não é é verdadeiro.”

definição da verdade como uma correspondência enfrenta "algumas dificuldades"

é difícil definir exatamente em que consiste a relação de correspondência entre uma afirmação (ou crença) e o mundo

segundo uma hipótese, a correspondência seria uma espécie de retrato do mundo

- as afirmações verdadeiras retratam com exatidão o estado das coisas
- correspondência como um retrato se mostra insuficiente em muitos casos. Por Exemplo:

afirmações "subjuntivas": "Se você fosse presidente dos Estados Unidos, seria famoso." — é uma afirmação verdadeira, mas é difícil ver o que ela retrata

afirmações "contrafatuais": "Se você tivesse estudado mais, não teria sido reprovado."

afirmações "normativas": sobre o deve ou não deve ser ou acontecer.

Muitas das nossas afirmações verdadeiras mais complexas parecem não corresponder (pelo menos não diretamente) a nenhum aspecto do mundo.

para evitar os problemas ligados à noção de correspondência pode-se formular uma definição de verdade que não parta de um conceito tão específico

esta versão assemelha-se à afirmação de Aristóteles segundo a qual é verdadeiro dizer, do que é, que é

a "definição semântica" da verdade, proposta por Alfred Tarski, resolve muitos desses problemas:

"P" é verdadeira se e somente se P ,

onde P uma sentença declarativa, e "P" o nome dessa oração.

3.2.2.4 A verdade e a coerência

- dificuldades de se especificar o tipo de relação que deve haver entre uma afirmação e o mundo levaram filósofos a uma definição de verdade bastante diferente

- definiram "verdade como uma relação entre afirmações"

(apresentada por Espinosa (1632-1677) e Hegel (1770-1831) e mais recentemente por Brand Blanshard).

- uma das possibilidades: "implicação lógica"
 - coerentistas propõem o sistema das verdades matemáticas como paradigma de um sistema coerente, capaz de produzir a verdade
 - não é evidente que espécie de sistema real pode servir como base de coerência para todas as verdades

- a definição coerentista da verdade pode ser relativista, na medida em que as afirmações só são verdadeiras em relação a um determinado sistema de afirmações.

Portanto,

- qualquer versão da definição coerentista da verdade tem de especificar as condições que definem o sistema de afirmações coerentes que há de produzir a verdade. Sem uma tal especificação, temos todo o direito de nos negar a aceitar a definição da verdade como uma forma de coerência.

conclusão:

A importância atribuída à coerência — como quer que seja esta definida — parece ter mais relação com a questão da justificação epistêmica do que com a questão da verdade. [...] Por enquanto, devemos tomar cuidado para "não confundir" a coerência como "definição" da verdade com a coerência como "diretriz para o discernimento ou identificação" da verdade.

3.2.2.5 A verdade e o valor pragmático

- pragmatistas norte-americanos William James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952) defenderam a adoção do pragmatismo para definir a verdade
- definição pragmática da verdade afirma que

"uma afirmação só é verdadeira se for útil de um modo determinado: utilidade cognitiva" em vista da unificação da experiência que temos do mundo.

- não é a utilidade entendida no sentido geral e comum

Os pragmatistas insistem em que a verdade é uma espécie de validação ou "corroboração" que as idéias recebem quando são postas em uso em nossas interações com o mundo.

- definição pragmática da verdade é relativista porque o tipo de utilidade que pode definir a verdade pode variar de pessoa para pessoa e de cultura para cultura
- pode-se admitir a importância das considerações relativas à utilidade cognitiva para a justificação de uma crença, e ao mesmo tempo negar que tal utilidade sirva como uma definição da verdade

- parece que, para todas as noções específicas de utilidade apresentadas pelos pragmatistas, é possível que uma crença seja considerada útil mas mesmo assim seja falsa

É evidente que certas crenças falsas podem provar-se cognitivamente úteis. Os pragmatistas, porém, parecem ter a forte intuição de que uma afirmação *não pode* ser ao mesmo tempo cognitivamente útil e falsa.

3.2.2.6 Espécies e noções de verdade

- Aristóteles estabeleceu uma distinção entre a "verdade necessária" e a "verdade contingente"

Uma afirmação só será necessariamente verdadeira se não houver nenhuma possibilidade de que seja falsa.

As verdades contingentes são verdades que poderiam não sê-lo.

- Há uma distinção entre as "proposições sintéticas" e "proposições analíticas" (Kant).

A proposição analítica verdadeira é aquela cuja verdade se depreende simplesmente das definições dos termos que a compõem.

- A distinção entre proposições analíticas e sintéticas tem sido objeto de discussão para os filósofos contemporâneos desde 1951, quando Quine publicou, no texto "Os dois dogmas do empirismo" (1951), sua famosa objeção à dita distinção.

- Quine se baseia em argumentos que demonstrariam que nenhuma das grandes definições de "proposição analítica" (dadas até 1951) seria satisfatória, em virtude de algo que Quine qualifica como uma obscuridade ou uma circularidade inaceitável

- uma visão pluralista da natureza da verdade oferece análises e critérios diversos para as variadas espécies de verdade

- "pode-se, por exemplo, adotar a teoria da correspondência no que diz respeito às verdades sintéticas que dependem da observação, e "

- "adotar a teoria da coerência (ou talvez o pragmatismo) no que diz respeito às verdades sintéticas e analíticas teóricas."

- exame geral das teorias da verdade leva a tirar uma conclusão genérica:

mesmo que os filósofos concordem com uma definição geral e mais ou menos vaga da verdade, alguns evidentemente lançam mão de outros conceitos de verdade — os conceitos de correspondência, coerência e utilidade, por exemplo.

- isso não acarreta necessariamente um relativismo substantivo, que implicaria a veracidade automática das crenças de qualquer pessoa ou grupo
- não fica excluída a possibilidade de existência de noções não relativistas da verdade

A variabilidade dos conceitos de verdade não torna a simples crença (comum a várias pessoas) uma condição suficiente da veracidade de uma proposição. Em específico, a divergência das noções não acarreta uma atitude de “vale tudo” em relação à verdade.

- é importante distinguir os **critérios de definição** da verdade e os **critérios de justificação** epistêmica

Conclusão:

Em suma, pois, encontramos bons motivos para manter a distinção entre os critérios de definição e os critérios de identificação da verdade; estes últimos têm relação sobretudo com a justificação epistêmica. Em decorrência disso, expressamos dúvidas a respeito do relativismo. É claro que as crenças podem variar de acordo com os indivíduos e as culturas, mas disso não decorre que a verdade seja igualmente relativa. Se a busca da verdade é efetivamente uma busca de objetividade, como afirmaram muitos filósofos, a noção da verdade como uma correspondência é mais afim da objetividade desejada do que o coerentismo e o pragmatismo. Pode ser, portanto, que Aristóteles, mesmo há tanto tempo, já estivesse no caminho certo.

Para encerrar esta discussão, vá ao AVA e faça o exercício Ex. 13.

3.2.3.A Justificação

Agora, vamos pensar em **Justificação**.

Você se lembra da última parte do texto de A. Nunes?

Para você não perder tempo, aí está:

"Como deve a justificação ser entendida?"

Que conclusões resultam de tudo isto para a definição de conhecimento como crença verdadeira justificada? Em primeiro lugar, que essa definição de conhecimento é problemática. E, em segundo lugar, que o problema reside na justificação. De resto, o problema da justificação é o problema fundamental da definição de conhecimento. As tentativas de solução deste problema têm apontado no sentido de entender a justificação de duas formas diferentes. De acordo com uma dessas formas, a justificação deve tornar impossível que a crença seja falsa. Segundo a outra, a justificação deve apenas tornar plausível (ou provável) a verdade da crença, sem ter de a garantir. Estas duas formas de entender a justificação dão, na realidade, origem a duas concepções possíveis de conhecimento, consoante a justificação seja entendida num sentido ou no outro.

Tipos de justificação:

- A justificação deve garantir a verdade da proposição: *S* conhece *P* se e só se *S* acredita em *P*, *P* é verdadeira e está justificada de modo a "garantir" a sua verdade.
- A justificação não tem de garantir a verdade da proposição: *S* conhece *P* se e só se *S* acredita em *P*, *P* é verdadeira e está justificada de modo a "tornar plausível" a sua verdade.

Pronto!

Vamos ver o que o texto

MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT J. D. A Justificação e além. In:
MOSER, P. K *et al.*. *A Teoria do Conhecimento: uma introdução*

temática. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 85-109.

pode nos dizer sobre isso.

Como nas outras leituras, comece examinando a estrutura do texto:

- A justificação, a verdade e a anulabilidade
- A justificação pela inferência e o problema da regressão
 - O problema da regressão
 - O infinitismo epistêmico
 - O coerentismo epistêmico
 - O fundacionalismo e o confiabilismo epistêmicos
 - O contextualismo epistêmico
- Complemento à justificação: o problema de Gettier

Conseguiu ver a importância dessa discussão?

Depois desse Dever de Casa, veja como esquematizei o texto para entendê-lo melhor. Essa esquematização é a reprodução do texto *itemizado* com alguns destaques e a omissão do que considere dispensável para nossas discussões.

3.2.3.1 A Justificação, a Verdade e a Anulabilidade

a adivinhação e a sorte não geram o verdadeiro conhecimento

"Você não sabe que está apostando num cavalo vencedor."

O conhecimento verdadeiro não tem como únicas condições a verdade e a crença: é preciso que se estabeleça uma relação apropriada entre a satisfação da condição de crença e a satisfação da condição de verdade.

"o conhecimento tem de ser baseado em provas"

- isto é o que se chama: "justificação epistêmica"
 - uma crença justificada pode ser falsa
- admitindo a existência de crenças falsas e justificadas os epistemólogos contemporâneos aprovam o "falibilismo":
- uma proposição pode ser amparada por um grande número de indícios e mesmo assim pode ser falsa
 - distinção entre a justificação indutiva e a justificação dedutiva

- quando uma proposição justificativa acarreta logicamente aquilo que ela justifica, temos um caso de "justificação dedutiva"
- "justificação indutiva" ocorre quando uma proposição justificativa não acarreta logicamente o que ela justifica

para a maioria dos epistemólogos contemporâneos, a "justificação epistêmica é sempre anulável [*defeasible*]", ou seja, passível de anulação

3.2.3.2 Justificação pela inferência, o problema da regressão

- qual o tipo de justificação apresentamos para nossas crenças acerca do "mundo exterior"?
- "a maioria dos epistemólogos contemporâneos afirma que essas crenças são objeto de justificação indutiva"

3.2.3.2.1 O problema da regressão

- alguns cétricos exigiram corroborações de natureza dedutiva para as crenças que implicam a existência dos objetos exteriores (ou seja, independentes da mente)
 - corroborações indutivas podem nos conduzir ao erro com demasiada facilidade
- outros cétricos puseram em questão até mesmo a idéia de que é possível obter uma justificação indutiva, probabilística, das crenças que implicam a existência do mundo exterior.
- os cétricos lançaram mão do argumento da regressão:
 - acaso dispomos de algum motivo para ter alguma crença acerca do mundo exterior baseada em outras crenças, ou seja, através de uma justificação pela inferência? Em caso afirmativo, como isso ocorre?
 - se a crença na existência dos objetos externos é supostamente justificada por outra crença, como será justificada esta última?
 - Será justificada por outra crença ainda?

- Nesse caso, como será justificada essa outra crença?
- Esse questionamento perturbador pode continuar indefinidamente.
- essa regressão parece complexa demais para poder corroborar os nossos raciocínios cotidianos, ou mesmo para poder figurar neles.
- opções:
 - (i) explicar por que uma regressão infinita de crenças justificativas necessárias não representa um problema;
 - (ii) mostrar o que podemos fazer para estancar a ameaçadora regressão, identificando assim o seu final; ou
 - (iii) aceitar a conclusão cética de que a justificação pela inferência é impossível, ou que pelo menos nós não temos acesso a ela.
- os epistemólogos contemporâneos oferecem *quatro soluções* gerais para o problema da regressão infinita.

3.2.3.2.2 O infinitismo epistêmico

- A "primeira solução": infinitismo epistêmico
 - a regressão das justificativas pela inferência é infinita, mas que isso não anula o caráter justificativo das proposições em questão
 - para alguns céticos, uma cadeia infinita de supostas justificativas pela inferência não é e não pode ser uma fonte legítima de justificação — justificação condicional
 - outros céticos dirão ainda que a infinitude das crenças justificativas exige aparentemente uma quantidade infinita de tempo, uma vez que a formação de cada uma das crenças de sustentação leva um certo tempo
 - o infinitismo não contou com muitos defensores declarados no decorrer da história da epistemologia

3.2.3.2.3 O coerentismo epistêmico

- A "segunda solução": coerentismo epistêmico
 - toda justificação depende de um sistema, em virtude das

“relações de coerência” que existem entre as crenças

- a justificação de qualquer crença acaba num sistema de crenças com o qual a crença justificada é coerente
- razões específicas de nossas crenças podem ser encontradas numa curta sequência de crenças justificativas, ou seja, numa justificação pela inferência
- coerentistas costumam se inspirar na espécie de "justificação sistemática ou holística que as ciências oferecem"

A teoria coerentista da justificação epistêmica — o chamado coerentismo epistêmico — é diferente da teoria coerentista da verdade.

- duas questões importantes:
 - em "primeiro lugar", que espécie de relação de coerência é essencial para justificar uma crença?
 - relações de "necessidade lógica" e
 - relações de "explicação"
 - em "segundo lugar", com que espécie de sistema de crenças deve coerir a crença a ser justificada?
 - não é qualquer sistema de crenças coerente que pode conferir justificação
 - qual o tipo especial de sistema coerente confere a justificação epistêmica?
 - os coerentistas não chegaram a um acordo

- objeção do isolamento contra o coerentismo epistêmico:

“segundo o pensamento coerentista, uma pessoa pode ter justificação epistêmica para aceitar uma proposição empírica contingente que seja incompatível com o conjunto total dos seus dados empíricos, ou pelo menos improvável em vista desse conjunto, o qual engloba principalmente os dados da experiência sensorial.”

- proponentes dessa objeção admitem dados empíricos provenientes da

experiência perceptiva, que não envolvem o elemento crença — experiência sensorial, e não cognitiva, como são as crenças

Resumão

- As teorias coerentistas, por sua própria natureza, afirmam que a justificação epistêmica depende unicamente de relações de coerência entre as proposições que a pessoa aceita ou nas quais crê.
- Por essa mesma natureza, elas desconsideram a importância essencial do conteúdo dos estados perceptivos anteriores às crenças.
- Como já dissemos, alguns coerentistas dizem que os sistemas de crenças capazes de conferir justificação epistêmica são somente os que têm uma origem causal especial, como, por exemplo, as crenças que decorrem espontaneamente da percepção sensorial.
- Não obstante, os coerentistas ainda não chegaram a oferecer uma explicação amplamente aceita de quais são as origens das crenças especiais que compõem os sistemas passíveis de conferir a justificação empírica.
- Se não vier a fundamentar a justificação empírica em fatores anteriores às crenças, o coerentismo aparentemente continuará ameaçado pela objeção do isolamento.”

3.2.3.2.4 O fundacionalismo e o confiabilismo epistêmicos

- "terceira solução": fundacionalismo epistêmico
 - justificação epistêmica tem duas camadas:
 - alguns casos de justificação "não são" baseados em inferências, e logo são fundamentais,
 - todos os demais casos são inferenciais ou não fundamentais, na medida em que derivam, em última análise, da justificação fundamental
 - "crença não inferencial ou fundamental é uma crença justificada"
 - a visão estrutural de duas camadas que se chama fundacionalismo foi proposta por Aristóteles em seu "Segundos Analíticos" como uma visão geral do conhecimento e recebeu sua formulação extrema nas Meditações de Descartes.

- muitos fundacionalistas divergem em tópicos dignos de nota:
 - a explicação da justificação fundamental, não inferencial, e
 - a explicação de como a justificação pode se transmitir das crenças fundamentais para as não fundamentais
 - fundacionalistas contemporâneos defendem o "fundacionalismo modesto"
 - as crenças fundamentais não precisam nem possuir nem produzir a certeza
 - as crenças fundamentais não precisam dar sustentação dedutiva às crenças não fundamentais justificadas
 - uma crença fundamental, não justificada pela inferência, é uma crença cuja justificação epistêmica não deriva de outras crenças

O típico fundacionalista contemporâneo afirma que o fundacionalismo explica como uma crença (ou uma proposição) tem justificativa para uma pessoa, e não como a pessoa pode demonstrar que uma crença (ou uma proposição) é justificada ou verdadeira.

- três maneiras de abordar a justificação fundamental e não inferencial:
 - a autojustificação;
 - a justificação por meio de experiências anteriores à crença; e
 - a justificação pela fonte confiável de uma crença, uma fonte que não seja em si mesma uma crença (a memória ou a sensação, por exemplo)
- os defensores da "autojustificação" afirmam que uma crença fundamental pode justificar a si mesma, sem recorrer à evidência ou ao apoio de nenhum fator externo
- defensores da justificação fundamental por meio de "experiências anteriores" à crença rejeitam a autojustificação literal
 - experiências perceptivas anteriores às crenças, de que aqui se

trata, não são crenças em si mesmas, muito embora possam dar sustentação a algumas crenças, em específico a crenças acerca das mesmas experiências

A teoria confiabilista da justificação fundamental faz apelo à confiabilidade, ou qualidade de conduzir à verdade, das fontes da crença, ao passo que a corrente anterior, não confiabilista, invoca as experiências perceptivas particulares que subjazem às crenças fundamentais.

- teoria não confiabilista alega que a experiência da percepção pode justificar uma crença mesmo que essa percepção não seja totalmente confiável
- para o confiabilismo, as fontes das crenças — fontes essas que são as responsáveis pela justificação das mesmas crenças — têm de ter o poder de conduzir à verdade

Alguns confiabilistas defendem uma versão do "naturalismo epistemológico moderado": de que vêm a epistemologia como uma ciência quase totalmente (senão exclusivamente) empírica e procuram na psicologia empírica uma explicação de como funciona o processo de constituição das crenças.

- os confiabilistas procuram a todo custo evitar
 - uma especificação exageradamente estreita e implausível, segundo a qual todas as crenças verdadeiras são formadas por meios confiáveis; e,
 - uma especificação exageradamente ampla, e igualmente implausível, segundo a qual os processos que em situações normais produzem crenças falsas são confiáveis mesmo assim (digamos, numa situação estranha ou que vá contra a realidade dos fatos).
- Wilfrid Sellars (1975) e Laurence Bonjour (1985) apresentaram argumentos fortes contra todas as teorias fundacionalistas da justificação não inferencial:
 - nenhuma crença pode ter uma justificativa epistêmica não inferencial, pois a crença só pode ser epistemicamente justificada se tivermos bons motivos para pensar que ela é verdadeira

- a justificação de uma crença supostamente fundamental passa a depender, na verdade, de um argumento semelhante a este:
- Minha crença fundamental *P* tem a característica *F*
- As crenças que têm a característica *F* têm grande probabilidade de ser verdadeiras.
- Logo, minha crença fundamental *P* tem grande probabilidade de ser verdadeira.
- Se a justificação das crenças fundamentais depende de um tal argumento, elas não podem ser consideradas fundamentais de modo algum.
- Sua justificação dependerá da justificação de outras crenças: as crenças representadas pelas premissas do argumento apresentado acima. De qualquer modo, segundo esse ponto de vista, a própria idéia de uma crença fundamental, não justificada pela inferência, não passa de um mito.
- Os debates atuais sobre o "internalismo" e o "externalismo" na justificação epistêmica dizem respeito ao tipo de acesso que o crente tem de ter às bases de sustentação de suas crenças justificadas.
- epistemólogos favoráveis ao externalismo afirmam que a justificação depende essencialmente, posto que não exclusivamente, da natureza do mundo exterior ao sujeito

Pode acontecer, por exemplo, de uma crença perceptiva justificada ser constituída por processos causais inacessíveis. É nesse contexto que os externalistas lançam mão do conceito de fenômenos subdoxásticos [...] — estados intencionais primitivos e inacessíveis à consciência; assim, ficam fora do domínio dos fenômenos que podem ser objeto da epistemologia, fenômenos esses que são tipicamente evocados pelos internalistas. [...] diferenças entre o internalismo e o externalismo envolvem muitas distinções técnicas e ainda não foram resolvidas pela epistemologia contemporânea.

- defensores do fundacionalismo modesto, ao contrário dos fundacionalistas radicais, admitem a possibilidade de a justificação epistêmica ser transmitida por vínculos probabilísticos e não

dedutivos

- problema da justificação não inferencial ou fundamental das crenças subjetivas acerca do que a pessoa parece estar vendo, ouvindo, sentindo, cheirando e provando com o paladar deparam com um problema que já foi constatado há muito tempo
- têm de explicar como essas crenças subjetivas podem fornecer a justificação de crenças relacionadas aos objetos físicos externos e independentes da mente
- “As crenças subjetivas não acarretam logicamente as crenças nos objetos físicos.” — a alucinação é sempre possível

3.2.3.2.5 O contextualismo epistêmico

- "quarta solução" não cética ao problema da regressão: "contextualismo epistêmico"
- sugerida por Ludwig Wittgenstein (1969) e
- formulada explicitamente por David Annis (1978).
- Wittgenstein: "na base de qualquer crença bem fundada há uma crença sem fundamento" (On certainty, 1969, parágrafo 153).
- na base das crenças justificadas há crenças não justificadas: chegamos a uma alternativa ao infinitismo, ao coerentismo e ao fundacionalismo.
- para o contextualismo, em qualquer contexto investigativo, as pessoas envolvidas simplesmente pressupõem (a aceitabilidade de) certas proposições como pontos de partida de sua investigação — proposições “contextualmente básicas”
- "a justificação varia muito de acordo com o contexto social"
- problema: crenças injustificadas podem fornecer a justificação epistêmica de outras crenças
- a aceitação dessa idéia leva ao problema de evitar a opinião implausível de que qualquer crença injustificada, por mais que seja evidentemente falsa, pode fornecer a justificação em determinados contextos

- costumamos tomar certas coisas como pressupostos, mas isso não corrobora a idéia de que existem proposições injustificadas capazes de justificar outras.
- Talvez os pressupostos contem com o apoio de boas razões.
- Se não contarem, precisaremos de um outro meio pelo qual possamos distingui-los das crenças injustificadas que não têm o poder de dar justificação a outras crenças.
- Os contextualistas terão de explicar, nesse caso, como uma crença injustificada — mas não qualquer crença injustificada — pode conferir a justificação epistêmica a outras crenças.
- *os contextualistas não chegaram ainda a um acordo quanto a essa necessária explicação.*

Conclusão:

Em suma, o problema da regressão epistêmica para a justificação pela inferência é, como muitos outros problemas filosóficos, um osso duro de roer. O infinitismo, o coerentismo, o fundacionalismo e o contextualismo podem até vir a oferecer-lhe soluções viáveis, mas só depois que os epistemólogos resolverem os problemas que indicamos.

Pronto. Aí está o texto.

O que vimos até agora?

A definição tradicional de conhecimento e as discussões em torno dos termos básicos dessa definição.

Ficamos sabendo que não é fácil, mas é fascinante, fazer filosofia.

Sobre aquilo que parece estar estabelecido, sobre o que todo mundo acha que não há mais o que dizer, o filósofo problematiza, levanta problemas que somente aqueles que “pensam com a própria cabeça” são capazes de entender.

E, ..., quando parece que tudo foi estabelecido, vem Gettier.

Para encerrar esta discussão, vá ao AVA e faça o exercício Ex. 14.
--

3.3 O problema de Gettier

Tanto o texto de Nunes quanto esse último texto que discutimos terminam com o “famoso” *Problema de Gettier* ou *Os contraexemplos de Gettier e Russell*, que expõem algumas limitações, “defeitos”, da definição tradicional de conhecimento.

Esse debate, recente, iniciado no século passado (1964), deixa aberta, ainda, a discussão sobre a natureza do conhecimento. E, vimos, as novas investigações das neurociências e compreensão científica das funções superiores do cérebro, abrem novas perspectivas.

3.4 A justificação e a argumentação

No fim das contas, a questão principal fica aberta e a discutiremos, sob outra perspectiva, durante a Unidade 2 do curso, a partir de um ponto de vista que pode ser atribuído a Aristóteles em *Segundos Analíticos*.

Unidade II

Capítulo 4 - Apresentação da Unidade II

A Unidade II está assim definida no Plano de Ensino:

UNIDADE II

1. A teoria clássica da argumentação

1.1. A lógica

1.2. A retórica

2. O argumento como estrutura discursiva/dialogal

2.1. A identificação de argumentos

3. A forma lógica dos argumentos

4. A representação e a análise dos argumentos

4.1. A representação dos argumentos

4.2. A análise dos argumentos

4.3. O válido e o falacioso

5. A refutação

Veja que, agora, vamos mudar um pouco a perspectiva, para tratar de questões tradicionais de Lógica. A razão para isto é que Aristóteles, nos *Segundos Analíticos* ou *Analíticos Posteriores* (APo), faz uma apresentação do conhecimento a partir de um ponto de vista completamente diferente do que já discutimos.

Vá ao AVA e leia os “Fragmentos de Analíticos Posteriores”. Tente entender como o texto trata das relações entre conhecimento, e

aprender e ensinar, e isso depende estreitamente de ideias desenvolvidas no contexto da lógica.

Depois de ler e reler até entender o texto de Aristóteles, veja, nas anotações de leitura seguintes, o que precisa ficar muito claro. O que aí está são minhas anotações de leitura. Destaco o que é importante para as discussões da disciplina. Há resumos e reproduções de trechos, esquematizações, indicações de leituras e outras informações que julguei interessantes para facilitar a leitura de Analíticos Posteriores, de Aristóteles.

Capítulo 5 - Anotações de Leitura de Fragmentos de Analíticos Posteriores

Veja se você encontrou ideias parecidas com as seguintes:

5.1 Livro I

Capítulo 1

Todo **conhecimento transmitido** e todo **conhecimento recebido por via intelectual** vêm de um **conhecimento precedente** pela:

- admissão do fato
- compreensão do significado do termo usado
- isto se manifesta em qualquer aprendizagem:
 - na matemática e nas outras artes
 - nos argumentos dialéticos:
 - por dedução (assumindo que as premissas são admitidas pelo outro) ou
 - por indução (demonstrando o universal a partir do particular estabelecido)
- nos argumentos retóricos, pelo uso de:
 - exemplos (indução retórica),
 - entimemas (dedução retórica).

Capítulo 2

Definição: *Saber é o ato de conhecer através da demonstração.*

- é necessário que a ciência demonstrativa parta de premissas:
 - verdadeiras,
 - primeiras,
 - imediatas,
 - mais conhecidas do que a conclusão,

- anteriores a esta, e
- da qual elas são as causas.

Definição: *São anteriores e mais conhecidos os **objetos** mais próximos da sensação.*

Definição: *Anteriores e mais conhecidos **de modo absoluto** são os objetos mais distantes dos sentidos.*

Definição: *As **causas** mais universais são as mais afastadas dos sentidos, enquanto as causas particulares são as mais próximas, e opõem-se exatamente assim umas às outras.*

Definição: *Um princípio de demonstração é uma proposição imediata.*

Definição: *Uma proposição imediata é a que não tem outra proposição anterior a ela.*

Definição: *Uma proposição é uma parte ou outra parte de uma enunciação, quando predica um só predicado de um só sujeito:*

- *é dialética, propõe-se uma ou outra parte da enunciação indistintamente;*
- *é demonstrativa, propõe-se uma parte porque esta é verdadeira.*

Definição: *Enunciação é uma ou outra parte de uma contradição.*

Definição: *Uma contradição é uma oposição que não admite por si mesma qualquer termo intermédio.*

Definição: *A parte de uma contradição que une um predicado a um sujeito é uma afirmação, e a parte que nega um predicado de um sujeito, uma negação.*

Até aí tudo claro? Descubras o alcance de

Além disso, se quisermos possuir a ciência que procede por demonstração, não basta que o conhecimento dos princípios seja maior, a convicção formada mais sólida do que o que é demonstrado; é também necessário que não haja algo que nos seja mais garantido nem melhor conhecido do que os opostos dos princípios, de onde partirá o silogismo que conclui pelo erro contrário, pois a convicção da ciência pura deve ser imperturbável.

Capítulo 3

Neste capítulo, veja com cuidado o parágrafo sobre as **objeções cétricas**

[...]

Capítulo 6

- o conhecimento demonstrativo descansa em princípios necessários
 - o objeto do conhecimento não pode ser distinto do que é.
- os predicados essenciais pertencem necessariamente aos sujeitos
 - uns pertencem à essência dos seus sujeitos, e
 - outros contêm os seus sujeitos a título de elementos da própria natureza, e,
 - para estes últimos predicados, os opostos pertencem necessariamente ao sujeito
- é evidente ser de certas premissas deste tipo que o silogismo demonstrativo se constituirá;

- todo predicado pertence a um sujeito, ou deste modo, ou de modo accidental, mas os acidentes não são necessários.

[...]

Capítulo 10

- dentre os princípios dos quais nos servimos nas artes demonstrativas:
 - uns são peculiares a cada ciência,
 - outros comuns, mas
- definições não são hipóteses:
 - elas não se pronunciam sobre o ser e o não-ser
- “Há hipótese quando, sendo feitas certas proposições, o simples fato de elas serem feitas envolve uma conclusão.”

Veja com cuidado a observação sobre o falso na geometria.

- “O geômetra não tira qualquer conclusão da linha particular a que se refere, mas somente das noções que as figuras simbolizam.”
- toda hipótese, como todo postulado, é ou universal, ou particular, enquanto as **definições são neutras**.

Capítulo 11

- é necessário que um mesmo predicado seja afirmável de sujeitos vários; sem isto não haveria universal
- não havendo universal, não haverá termo médio, nem, por conseguinte, demonstração.
- “O princípio pelo qual é impossível afirmar e negar ao mesmo tempo um predicado de um sujeito, não é proposto por nenhuma demonstração, a não ser quando a conclusão se expressou também segundo esta forma.
- Neste caso, a demonstração toma como premissa maior que é verdadeiro afirmar o maior do médio e não verdadeiro o negá-lo.”

[...]

Capítulo 13

**O conhecimento do *que*, do fato,
difere
do conhecimento do *porquê*, do fato raciocinado.**

Primeiramente diferem em uma mesma ciência, por duas razões:

- 1 quando o silogismo procede de causas não imediatas (porque a causa próxima não se acha contida nelas e essa causa (próxima) é uma condição necessária para o conhecimento do **fato raciocinado**);
- 2 quando o silogismo procede através de premissas imediatas mas, em vez da causa, se toma como termo médio o mais conhecido de dois termos recíprocos, pois, de dois predicados recíprocos, o que não é causa pode muito bem ser mais conhecido e, deste modo, funcionar como termo médio da demonstração.

Veja nos exemplos seguintes como funciona essa diferença. Se parecer muito complicado, não desista. Mais tarde, com a Linguagem Silogística, tudo isto ficará bem claro. Lembre-se, a novidade é, justamente, esta: Aristóteles constrói sua ideia de conhecimento a partir de uma visão lógica do uso da linguagem.

Exemplo: *A razão 2 é o caso quando demonstramos a proximidade dos planetas por eles não cintilarem. Admitamos:*

– *C ser Planeta,*

– *B não-cintilar, e*

– *A estar próximo.*

Premissa: *B afirma-se com verdade de C [todo C é B] (os Planetas não cintilam)*

Premissa: *A também se afirma de B [todo B é A] (o que não cintila está próximo) — esta proposição se obtém por epagoge, por indução*

Conclusão: *A predica-se necessariamente de C [todo C é A] (os Planetas estão próximos.)*

Em todo o caso, este silogismo não se refere ao porquê, refere-se simplesmente ao quê.

Exemplo: *Os Planetas não estão próximos por não cintilarem mas, pelo contrário, não cintilam porque não estão próximos.*

Podemos demonstrar o efeito pela causa, e teremos aí a demonstração do porquê. Sejam:

– *C ser Planeta,*

– *B estar próximo, e*

– *A não-cintilar.*

Premissa: *B diz-se de C [todo C é B], e*

Premissa: *A, se diz de B; [todo B é A]*

Conclusão: *A diz-se também de C [todo C é A]*

e o silogismo contempla o porquê, pois se tomou a causa próxima para termo médio.

Observação: *Veja que esses dois argumentos (silogismos) têm a mesma forma:*

todo C é B

todo B é A

∴ todo C é A.

A diferença está na interpretação (simbolização) de B, que é o Termo Médio.

Isso será aprofundado mais adiante, quando for estudada a Linguagem Silogística.

Tenha calma! Vai ficar claro!

Exemplo: *Outro exemplo: quando se demonstra a esfericidade da Lua pelo aumento da sua luminosidade.*

*Se, na verdade, o que assim aumenta é esférico, e se a Lua aumenta, torna-se evidente que a Lua é esférica. Enunciado desta forma, obtemos um **silogismo relativo ao QUE**, mas se a posição do termo médio for invertida, teremos um **silogismo relativo ao PORQUÊ**, por não ser em virtude dos aumentos que a Lua é esférica, pois é em virtude de ser esférica que ela cresce (a Lua pode figurar-se por L, esférica por E, e aumento por A).*

Arg I (o que)

Premissa: E diz-se de A, [todo A é E]

Premissa: A diz-se de L [todo L é A]

Conclusão: E diz-se de L [todo L é E]

Arg II (porquê)

Premissa: E diz-se de L, [todo L é E]

Premissa: A diz-se de E [todo E é A]

Conclusão: A diz-se de L [todo L é A]

Observação: *Mais adiante, com os recursos da Lógica Silogística, quando discutirmos melhor esses argumentos, notaremos que há uma imprecisão muito grande no tratamento que se dá à Lua. Ela deve ser tratada como **objeto particular**, portanto, representada por **termo singular**.*

[...]

Capítulo 18

- aprendemos, ou por indução, ou por demonstração
 - a demonstração efetua-se a partir dos universais, e
 - a indução, a partir dos particulares.

é impossível adquirir o conhecimento dos universais a não ser por *epagoge* (indução), pois mesmo isso que designamos por abstrações matemáticas só pode ser acessível por indução, quer dizer, somente porque cada sujeito possui, em virtude de determinado caráter, certas propriedades, estas podem ser tratadas como autônomas, mesmo quando não sejam separadas.

Mas a *epagoge* (indução) é impossível a quem não dispõe de **sensação**, pois a sensação aplica-se aos particulares; e, para estes, não pode haver ciência, pois não a podemos extrair dos universais por indução, nem obtê-la por indução sem a sensação.

Capítulo 19

“Todo o silogismo se constrói com **três termos**. Uma espécie de silogismo serve para demonstrar que *A* é predicável de *C*, porque *A* se predica de *B*, e *B* de *C*; outra espécie é o **silogismo negativo**, em que

uma das premissas exprime que um termo se predica de outro, e a segunda, pelo contrário, que um termo não se predica de um outro. É evidente que estas são as formas principais e que designamos por **hipóteses silogísticas.**” (Enfatizei.)

[...]

Capítulo 22

- quando o predicado se predica como próprio e não como acidente do sujeito, desta predicação dependem as demonstrações
- quando um predicado singular se predica de um sujeito singular, a predicação se refere à definição, seja da qualidade, seja da quantidade, da relação, da ação, do lugar ou do tempo
- um sujeito não pode ser uma qualidade de outro sujeito, e esta uma qualidade da primeira;
- por outras palavras, um sujeito não pode ser uma qualidade da sua qualidade.

[...]

Capítulo 28

Definição: *Ciência una é a que contém gênero uno, ou seja, todos os sujeitos constituídos a partir dos primeiros princípios do gênero, as partes do sujeito total, e as suas propriedades definitivas.*

Definição: *Uma ciência é diferente de outra quando os seus princípios não têm, nem uma origem comum, nem derivam uns dos outros.*

[...]

Capítulo 30

Não há arte demonstrativa do que acontece por acaso. O que acontece por acaso não acontece,

nem por necessidade, nem as mais das vezes, antes acontece fora destas duas ordens.

Capítulo 31

Não há também arte demonstrativa do conhecimento adquirido por sensação.

Mesmo que a sensação tenha por objeto uma qualidade, e não apenas uma quiddidade, temos de sentir pelo menos necessariamente tal coisa determinada, num lugar, e num tempo definidos.

[...]

Capítulo 33

- A ciência e o seu objeto diferem da opinião e do seu objeto:
 - a ciência é universal e procede através de proposições necessárias
 - o que é não pode ser dito de outro modo
 - a opinião se refere ao que, sendo verdadeiro ou falso, pode ser de outro modo
 - a opinião é a apreensão de uma premissa imediata e não necessária
- **O objeto da opinião e da ciência não é totalmente idêntico, mas o modo de conhecimento não é o mesmo.**

5.2 Livro II

Capítulo 1

- O número de questões que nos propomos é proporcional ao que conhecemos.
- As questões que nos propomos são de quatro espécies:
 - o que,
 - o porquê,

- se é e,
- o que é
- são estas, pois, as quatro espécies de questões que nos propomos, e é nas respostas a estas questões que o nosso saber consiste.

Capítulo 2

Veja como o *termo médio* é importante na teoria aristotélica.

- quando inquirimos o que, ou quando procuramos saber se algo é em acepção simples, procuramos saber se aí há ou não há um termo médio;
- quando procuramos o porquê ou a essência da coisa, nesse caso estamos a inquirir qual é o termo médio
- o termo médio é a causa, sendo ele o objeto de todas as nossas inquirições.
- conhecer o que é significa conhecer a causa pela qual o que é é
- **"É, pois, evidente, que todos os problemas consistem na inquirição do termo médio."**

Capítulo 3

- a questão, agora, é a determinação:
 - do modo de mostrar o que algo é, e
 - como a definição é redutível à demonstração,
 - do que é a definição e
 - do que há definição
- dificuldade: é possível conhecer a mesma coisa segundo o mesmo processo, simultaneamente por definição e por demonstração, ou é impossível?
 - a definição parece realmente referir-se ao que o que é é,

- e tudo o que explica o que é, é universal e afirmativo,
- os silogismos podem ser, uns, negativos, e, outros, não universais.
- razão disso: saber o que é demonstrável é deter a demonstração; logo,
- se pode haver demonstração destas conclusões, é porque não pode haver definição delas;
- de outro modo, poder-se-ia também conhecer uma destas conclusões em virtude da definição, sem demonstração dela, porque nada obsta a que possuamos uma sem a outra.
- os princípios das demonstrações são as definições, porque
 - os princípios são demonstráveis, tal como os princípios dos princípios, e assim até ao infinito, ou
 - os princípios primeiros são definições indemonstráveis.

Capítulo 4

“O silogismo demonstra um predicado de um sujeito através do termo médio, e, além disso, a sua natureza definível é própria de um sujeito, e predica-se dele como pertencente à sua essência. Mas, neste caso, o sujeito, a sua definição e o termo médio são necessariamente recíprocos, porque se A é peculiar a C , torna-se evidente que A é peculiar a B , e B a C , de modo que todos estes termos são peculiares uns aos outros; e, por outro lado, se A estiver contido na essência de todo B , e se B for afirmado universalmente de todo C como pertencendo à essência de C , A deve necessariamente afirmar-se de C como pertencendo à sua essência.”

Olhe aqui:

todo B é A

todo C é B

logo, todo C é A .

e

todo A é B

todo B é C

logo, todo A é C .

[...]

Capítulo 10

“Dado que definição é definida como a frase que explica o que uma coisa é, logo é evidente que uma das suas espécies será um juízo explicativo do significado do nome, quer dizer, um juízo puramente nominal, diferente desse que explica a essência.”

Capítulo 11

- Sabemos conhecer quando conhecemos a causa.
- As causas são em número de quatro:
 - uma, a forma definível ou quiddidade;
 - outra, que, dado um antecedente, há necessariamente um conseqüente;
 - outra, o princípio do movimento ou causa eficiente: e,
 - por último, o fim em vista do qual algo é, a causa final.

“Todas estas causas podem servir de termos médios à demonstração, pois, ainda que a inferência de um antecedente a um conseqüente não é necessária,

quando se propõe uma só premissa, se pusermos duas, a inferência obtém-se se tiverem um único termo médio comum. Este único termo médio proposto, a conclusão, segue-se necessariamente.”

[...]

Por fim, duas notas que esclarecem algumas coisas importantes.

5.3 Nota 28

- oito regras gerais das consequências, extraídas da lógica aristotélica (regras da validade do silogismo):

1ª - Do verdadeiro não se segue senão o verdadeiro; porém, o verdadeiro segue-se tanto do verdadeiro como do falso.

2ª - Do falso pode seguir-se o verdadeiro e o falso; porém, o falso não se segue senão do falso.

3ª - Do necessário não se segue senão o necessário; o necessário, porém, segue-se de qualquer outro, isto é, do necessário, do contingente e do impossível.

4ª - Do contingente nunca se segue o impossível, mas o necessário ou o contingente; o contingente, porém, nunca se conclui do necessário, mas do contingente ou do impossível.

5ª - Do impossível segue-se qualquer outro, isto é, o necessário, o contingente, ou o impossível; o impossível, porém, não se segue senão do impossível;

6ª - Tudo o que está com o antecedente está com o consequente; mas nem tudo o que está com o consequente está com o antecedente.

7ª - Tudo o que repugna ao consequente repugna ao antecedente; todavia, nem tudo o que repugna ao antecedente repugna ao consequente.

8ª - De onde se seguir o antecedente segue-se o consequente; e tudo o que se seguir do consequente, segue-se do antecedente.

(Cf. Pedro da Fonseca, Instituições Dialécticas, VI, 5. (apud Pinharanda Gomes, APo, p. 169))

[...]

5.4 Nota 78

- As causas são quatro:
 - material,
 - formal,
 - eficiente
 - final.
- A causa final é a causa por excelência no realismo aristotélico.

“O fim costuma dizer-se de todas as causas, porque antecede as outras causas na ordem da natureza”.

“A causa eficiente, se não for movida pelo desejo do fim, nunca realizará nada”.

(Pedro da Fonseca, ob. cit., VII, 22.)

Pronto! Primeira parte desta Unidade II terminada. Se você não entendeu o que está acontecendo, releia os Fragmentos de Analíticos Posteriores e

Dever de Casa: *Vá ao AVA e leia o artigo de J. Stefani --- 012*
Conhecimento e argumentação em Aristóteles.

Capítulo 6 - A teoria clássica da argumentação

Para fixar algumas ideias sobre a teoria clássica da argumentação, vamos nos valer do artigo de Álvaro Nunes, *Argumentação e Retórica*, que você encontra no AVA e, originalmente, em criticanarede.com.

Para facilitar a compreensão da discussão que faz Nunes, examine a estrutura do artigo, passando as folhas para encontrar:

- Introdução
- 1.Preâmbulo histórico
- 2.A definição de Retórica
- 3.A Retórica antiga
 - 3.1.A natureza da Retórica
 - 3.2. Definição aristotélica de Retórica
 - 3.3.Gêneros de discurso retórico
 - 3.4. Tipos de provas
 - * O *logos*
 - * O *ethos*
 - * O *pathos*
 - 3.5. Partes da Retórica
 - * A invenção
 - * A disposição

- * A elocução

- * A memória

- * A ação

- 4. A nova Retórica

- 4.1. Demonstração e argumentação

- 4.2. A lógica do preferível

- 4.3. Os pontos de partida da argumentação

- * Fatos, verdades, presunções, valores e lugares

- * Figuras Retóricas

- 4.4. O auditório

- * Auditório particular e auditório universal

- * Discurso persuasivo e discurso convincente

- 4.5. As técnicas argumentativas

- * Argumentos quase lógicos

- * Argumentos fundados na estrutura do real

- * Argumentos que fundam a estrutura do real

- * Dissociação de noções

- 4.6. A eficácia da argumentação

- 4.7. Retórica e filosofia

- Bibliografia

Viu como o artigo é interessante?

Dever de Casa: *Vá ao AVA (ou ao endereço www.criticanarede.com) e leia com muita atenção o texto 013 *Argumentação e Retórica*.*

Para testar sua leitura, examine se você entendeu bem as questões e soluções que listo a seguir. Essas notas não são um texto reelaborado a partir de ideias de Nunes mas, simplesmente, o destaque de fragmentos do texto *Argumentação e Retórica* para ajudar a localizar alguns temas importantes para a continuidade do curso.

6.1 Temas importantes de *Argumentação e Retórica* (de Álvaro Nunes)

6.1.0 Introdução

- lógica formal e lógica informal têm objetivo comum: distinguir
 - os argumentos válidos dos argumentos inválidos e
 - os argumentos bons dos argumentos maus.

- a lógica formal e a lógica informal não são as únicas disciplinas que estudam os argumentos
 - a retórica é caracterizada como a arte da persuasão
 - a arte que estuda os procedimentos que permitem a um orador fazer um auditório aderir aos pontos de vista que defende

6.1.1 Preâmbulo histórico

- questões históricas: Homero (século IX ou VIII a.C.), Aristóteles, Empédocles de Agrigento (pré-socrático do século V a.C.), Górgias, Córax e Tísias (Sicília em meados do século V a.C.)
- democracia, tribunais, assembleias
- professores itinerantes, “sofistas” e “mestres de Retórica” (os mais famosos: Protágoras e Górgias)
- sofistas e retores investigaram:
 - a erística (arte da discussão com o objetivo de vencer uma contenda verbal) e
 - a gramática (teorias sobre a persuasão e sobre o discurso, e pesquisas sobre técnicas de argumentação).
- oradores e retores ilustres: Lísias(c.445-380a.C.), Isócrates (436-338 a.C.), Demóstenes (384-322 a.C.)
- com Aristóteles (384-322 a.C.), que não era sofista nem retor mas filósofo --- **a Retórica grega clássica atingiu o ponto máximo de sofisticação e sistematização**
- Cícero (106-43 a.C.), em plena República romana: orador, teórico, historiador, professor e filósofo da Retórica de grande estatura.
- advento do cristianismo: Tertuliano (c.155-225 d. C.) (divulgar e espalhar a nova religião)
- “verdade revelada” e Retórica cristã (por exemplo, de Santo Agostinho)
- **renascimento:** redescoberta dos autores antigos, aumenta o interesse pela retórica:
 - retórica literária,
 - retórica do *ethos*
 - retórica do *pathos*
 - Pedro Ramus (1515-1572): separa as componentes lógicas da Retórica das estéticas (origem do declínio da Retórica)
- segunda metade do século XX, há um recrudescimento do interesse pela Retórica :
 - Chaïm Perelman (1912-1984)

- Stephen Toulmin (1922-2009)
- Hans-Georg Gadamer (1900-2002) e o Grupo 'Mu'

6.1.2 A definição de Retórica

- “Retórica” deriva do grego *rhêtorikê* = “arte da palavra”
- definições clássicas:
 - Córax e Tísias, Górgias e Platão: geradora de persuasão;
 - Aristóteles: descobrir os meios de persuasão relativos a um dado assunto;
 - Hermágoras: a faculdade de falar bem no que concerne aos assuntos públicos;
 - Quintiliano: a ciência de falar bem.
- definição mais comum e mais aceite é a da Retórica como arte da persuasão (“arte” como técnica ou sistema de regras práticas)

Em resumo, a Retórica é uma técnica ou um sistema de regras de comunicação que visam à persuasão e tem por base um conhecimento prático ou, na opinião de alguns, empírico.

6.1.3 A Retórica antiga

- não há uma Retórica clássica: um sistema de Retórica único e uniforme
- há um conjunto de características principais que a maior parte dos autores antigos concorda em atribuir à Retórica: investigadas de forma sistemática por Aristóteles, na obra Retórica

6.1.3.1 A natureza da Retórica

- Aristóteles: arte que trata de questões que são do domínio do conhecimento comum e para as quais não existe resposta científica e que podem ser objeto de deliberação por parte de um auditório

- utilidade da retórica: **A verdade e a justiça não devem ser vencidas.**
- instrumento que tanto pode ser usado para o bem como para o mal

6.1.3.2 Definição aristotélica de Retórica

Definição: *A Retórica é a arte que permite determinar quais são os meios de persuasão mais adequados a cada caso. (Aristóteles)*

- essa capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir não é seguramente a função de outra arte

6.1.3.3 Gêneros de discurso retórico

Examine com atenção o Quadro que está no texto.

- algumas das características relacionadas com um gênero de discurso não são exclusivas desse gênero

6.1.3.4 Tipos de provas

- As que residem no caráter moral do orador (*ethos*);
- As que se encontram no modo como se dispõe o auditório (*pathos*);
- As que residem no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar (*logos*).
- método: **argumentação Retórica --- entimemas e exemplos**
 - entimema — forma de argumento dedutivo:
 - É usado em domínios em que as coisas podem ser de forma diferente;
 - É formado a partir de poucas premissas (para poder ser acompanhado por um auditório que não está habituado a seguir longas cadeias de inferências);

- Tem premissas que, embora sejam aceitas pelo auditório, são apenas prováveis.
 - Há duas espécies de entimemas:
 - os demonstrativos (demonstram que algo é ou não é) e
 - os refutativos (refutam que algo seja ou não seja)
 - há entimemas aparentes: parecem e pretendem ser formas válidas de dedução, mas que na verdade não são — falácias
 - outra forma de prova:
 - o exemplo — semelhante à indução do particular para o particular e pode basear-se em fatos passados ou em histórias inventadas pelo próprio orador
 - as máximas — afirmações gerais que podem ser aceites ou rejeitadas e que se referem a ações
- segundo tipo de prova técnica — depende do carácter do orador, que deve se mostrar: pessoa prudente, virtuosa e benevolente.
- terceiro tipo de prova se relaciona com o auditório — o orador deve procurar suscitar sentimentos e emoções no auditório que o predisponha de forma favorável para a tese que defende

Existe uma relação estreita entre o *logos*, o *ethos* e *pathos*, uma vez que as emoções (*pathos*) que o discurso (*logos*) do orador suscita no auditório têm um papel importante na construção da imagem que este faz do caráter (*ethos*) do orador e, desse modo, da sua capacidade de persuasão.

6.1.3.5 Partes da Retórica

- A **invenção**: o orador procura descobrir e conceber os argumentos mais apropriados à tese que pretende defender

- lugar: um tipo de argumento provável, um esquema ou quadro argumentativo que pode assumir os mais diversos conteúdos
 - lugares comuns são os que podem ser usados nos três gêneros de discurso
 - lugares específicos são aqueles que tratam de temas que são próprios de um determinado gênero retórico
- estados da causa (aplica-se sobretudo ao discurso judicial)
 - 1. O estado de **conjectura**: trata-se de saber se o fato em questão ocorreu efetivamente; por exemplo, se uma pessoa que é encontrada ao lado de um cadáver matou;
 - 2. O estado de **definição**: trata-se de, uma vez estabelecido o fato, saber como designar esse fato do ponto de vista jurídico; por exemplo, se a pessoa matou, tratou-se de um homicídio voluntário ou involuntário?
 - 3. O estado de **qualidade**: trata-se de saber como caracterizar esse fato e de apreciar as circunstâncias, o resultado e a responsabilidade; por exemplo, a morte é útil, justa, oportuna ou há circunstâncias atenuantes?
 - 4. O estado de **transferência**: trata-se de saber se o tribunal é competente para julgar um caso ou se esse caso deve ser transferido para outra instância.
- A **disposição**: forma como os argumentos devem estar ordenados no discurso
 - O **exórdio** é a parte introdutória do discurso e tem por objetivo principal captar o favor e a atenção do auditório.
 - A **narração** consiste na exposição dos fatos e, para ser eficaz, deve ser clara, breve e crível.
 - A **confirmação** serve para o orador provar a tese que defende, apresentando os argumentos que a sustentam; e a refutação para destruir os argumentos contrários a essa

posição. Estas duas partes são frequentemente agrupadas servindo para apresentar e encadear os **argumentos**.

- A **peroração** ou epílogo é a conclusão do discurso e nela o orador visa normalmente três objetivos: recapitular a argumentação, realçar os argumentos principais e comover o auditório, suscitando piedade ou indignação.
- A **elocução**: redação e estilo do discurso.
 - duas questões essenciais: a clareza de expressão e o ornamento.
 - teoria dos três estilos: simples, agradável, elevado — **veja quadro de relações no texto**.
 - princípio de conveniência: o discurso varia conforme as circunstâncias
 - gênero
 - assunto
 - confirmação *versus* refutação
 - relação parte da disposição *x* tipo de prova
 - figuras: de pensamento e de palavras
- A **memória**
 - Quintiliano: **mnemotecnica**
 - decompor o discurso em partes, aprendidas de cor, associadas a sinais mentais que facilitem a sua recordação
 - a memória depende também do estado físico do orador (é necessário ter dormido bem e estar de boa saúde) e da estrutura do discurso (isto é, da sua maior ou menor coerência).
- A **ação**
 - pronúncia efetiva do discurso
 - presença física do orador face ao auditório
 - teoria da ação interessa-se por: a respiração, a colocação e o tom de voz, a mímica da face, a atitude do corpo e os gestos.

6.1.4. A nova Retórica

- final dos anos 1950 e princípios dos anos 1960: a nova Retórica (movimento não-homogêneo):
 - Grupo 'Mu' e Roland Barthes
 - Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca: **Tratado de argumentação** (1958)
 - ponto de partida: problema da justificação dos juízos de valor (moral, direito e política)

6.1.4.1 Demonstração e argumentação

- Aristóteles distingue dois tipos de raciocínios: analíticos (inferências válidas, silogismos científicos) e dialéticos (premissas apenas prováveis, ou geralmente aceites, seja por todos os seres humanos seja pela maioria ou apenas por alguns)
- Perelman: silogismos dialéticos têm por fim persuadir ou convencer (não são inferências formais, válidas e constringentes)
- Descartes: regras da dedução válida para todo o domínio do conhecimento humano
- identificação da lógica com a lógica formal: desvalorização da Retórica
- negação da razão prática e a impossibilidade da constituição de uma filosofia moral, de uma filosofia política e de uma filosofia do direito

6.1.4.2 A lógica do preferível

– Perelman: "não existe uma lógica dos juízos de valor."

– quando se trata de valores a questão não é estabelecer o que é válido, mas o preferível.

– método: analisar todo gênero de argumentos que visa a provocar e ganhar a adesão do auditório às teses que lhe são apresentadas.

Perelman considerou ser necessário alargar a noção de razão e, a fim de conciliar:

- * o pensamento e a ação,
- * a razão teórica e a razão prática,
- * juntar ao estudo da lógica formal o estudo dos raciocínios cujo fim é persuadir ou convencer.

– a nova retórica dirige-se a toda e qualquer **espécie de auditório**:

- * toda a humanidade,
- * opinião pública nacional ou internacional,
- * uma multidão,
- * um conjunto de especialistas,
- * um indivíduo ou
- * “nós próprios quando intimamente deliberamos sobre um dado assunto”

– objeto da retórica:

“o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que são apresentadas ao seu assentimento.”

– a nova retórica, ao contrário da antiga, deve estudar sobretudo os textos impressos

– existem outros métodos de persuasão, como a carícia ou a bofetada, mas **só a persuasão pela linguagem é do domínio da retórica.**

Esta lógica do preferível, a teoria da argumentação, distingue-se da demonstração de várias maneiras.
Veja com atenção o quadro do texto.

“A força de um argumento depende, segundo Perelman, das premissas e da pertinência da argumentação, das objeções que lhe podem ser feitas e de como podem ser refutadas e tudo isto depende

das convicções, das tradições e dos métodos de raciocínio do auditório”.

6.1.4.3 Os pontos de partida da argumentação

- objetivo do orador: adesão do auditório às teses que defende;
- mostrar que essas teses se seguem de premissas aceitas pelo auditório;
- estas teses podem **incidir sobre o real** (fatos, verdades e presunções) ou **sobre o preferível** (valores, hierarquias e lugares do preferível).

Fatos, verdades, presunções, valores e lugares

- fatos e verdades são objetivos e impõem-se a todos (mas podem ser contestados)

“A verdade não é absoluta nem subjetiva. É um fenômeno social que resulta de um acordo do auditório universal.”

- presunções não são pontos de partida tão seguros quanto os fatos e as verdades, mas têm por base o que normalmente ocorre e o que é razoável pressupor.
- “Valores permitem estabelecer uma ruptura da indiferença ou da igualdade entre as coisas, colocando uma delas acima ou julgando-a superior a outra, enquanto as hierarquias expressam os valores hierarquizados”.
- tipos de valores:
 - * os valores positivos e negativos (afirmam uma atitude favorável ou desfavorável a respeito de algo);
 - * os valores abstratos (como beleza e justiça);
 - * os valores concretos (estão ligados a um ser, um grupo ou uma instituição, valorizando a sua unicidade).
- lugares do preferível têm um papel idêntico ao das presunções e podem ser divididos em:

- * lugares comuns
- * lugares específicos
- * lugares da quantidade
- * lugares da qualidade
- * lugares da ordem (que afirma a superioridade da causa sobre o efeito),
- * lugares do existente (que justifica a preferência por aquilo que é sobre o que é apenas possível),
- * lugares de essência (que confere superioridade àquilo que representa melhor a essência) ou
- * lugares da pessoa (que exprime a superioridade do que lhe está ligado sobre aquilo que diz respeito às coisas ou aos outros seres).

Figuras retóricas

– principais figuras da retórica:

- * Amplificação — que consiste no desenvolvimento oratório de um assunto;
- * Congérie — que é a amplificação por enumeração das partes de um conjunto;
- * Pseudodiscurso — pelo qual se atribui ficticiamente palavras a alguém;
- * Hipotipose — que consiste em descrever um acontecimento como se se desenrolasse diante de nós;
- * Enálage do tempo — que consiste na substituição de um tempo verbal por outro contrariando as regras da gramática (“se falas, estás morto”).

– Perelman: figuras têm uma função persuasiva e que, “por este motivo, devem ser consideradas figuras retóricas ou de estilo, consoante a função que tenham no discurso”.

6.1.4.4 O auditório

“nem sempre o auditório é constituído por aqueles a quem o orador se dirige diretamente”.

Auditório particular e auditório universal

– o auditório é constituído pelo “conjunto daqueles que o orador quer influenciar pela sua argumentação” (Chaïm Perelman, *O Império Retórico*, p. 33) e, por isso, pode ser de dois tipos:

- auditório particular (variedade infinita — pode ser constituído por um único indivíduo ou por qualquer grupo restrito de pessoas);
- auditório universal (“é constituído por todos aqueles que são capazes de seguir uma argumentação, competentes e razoáveis, e cujo acordo determina o que é verdade objetiva”).

Discurso persuasivo e discurso convincente

Definição: *O discurso persuasivo é aquele que visa persuadir os auditórios particulares por intermédio de argumentos que lhes são adequados.*

Definição: *O discurso convincente é o que se dirige ao auditório universal e cujas premissas e argumentos são universalizáveis, isto é, podem ser aceites por todos os membros do auditório universal, tendo assim este auditório o papel de decidir do carácter convincente da argumentação.*

6.1.4.5 As técnicas argumentativas

– argumentos usados para intensificar a adesão do auditório constituem meios de prova.

– paralelamente à lógica tradicional, que usa como meios de prova argumentos dedutivos e argumentos indutivos, é necessário também

admitir os argumentos dialéticos ou retóricos, que podem ser de três tipos:

- argumentos quase lógicos (semelhantes a raciocínios formais):
 - a incompatibilidade — que lembra o princípio da contradição;
 - a identificação total ou parcial — que lembra o princípio da identidade formal e resulta da definição ou da análise;
 - a regra de justiça;
 - a reciprocidade;
 - a transitividade — que lembra uma transitividade formal;
 - a inclusão, a divisão, a comparação e a probabilidade não calculável.
- argumentos fundados na estrutura do real (baseiam-se em ligações entre elementos do real):
 - ligações de sucessão, que unem coisas da mesma natureza, como a relação de causa a efeito;
 - ligações de coexistência, que estabelecem relações entre realidades de níveis diferentes, das quais uma é tomada como a expressão ou a manifestação da outra, como a relação que existe entre a pessoa e os seus atos, juízos ou obras;
 - ligações simbólicas, que se caracterizam por uma relação de participação entre os símbolos e aquilo que eles evocam, aquilo que é por eles simbolizado.
- argumentos que fundam a estrutura do real (criam ou completam esta estrutura tornando visíveis ligações que tinham estado até aí invisíveis):
 - o exemplo, que permite a partir de um caso particular fundar uma previsão ou uma regra;
 - a ilustração, que permite tornar presente à consciência uma regra já estabelecida;
 - o modelo, que apresenta um caso particular como algo a imitar, permitindo fundar o que deve ser;

- a analogia, que estabelece uma semelhança e assimila duas relações com o objetivo de esclarecer, fundar ou avaliar por meio de uma relação conhecida, a que se chama foro, uma relação menos conhecida, a que se chama tema;
 - a metáfora, que é uma analogia condensada, como o mostra o caso de “a velhice está para a vida assim como a noite para o dia”, de que derivam as metáforas “a velhice do dia” ou “o anoitecer da vida”.
- dissociação de noções (estabelecer pares hierarquizados e resolver as dificuldades dando a preferência a um dos pares)
- * par principal que resulta da dissociação de noções:
- aparência/realidade, do qual derivam:
 - opinião/verdade,
 - nome/coisa,
 - sujeito/objeto,
 - meio/fim,
 - relativo/absoluto,
 - acidente/essência,
 - individual/universal,
 - teoria/prática.
 - os pares de Platão:
 - aparência/realidade,
 - opinião/ciência,
 - corpo/alma,
 - devir/imutabilidade;
 - os pares de Espinoza:
 - imaginação/entendimento,
 - universal/individual,
 - abstrato/concreto,
 - contingência/necessidade.
 - o par fundamental de Kant:
 - realidade fenomênica/realidade numêmica

6.1.4.6 A eficácia da argumentação

– “A eficácia da argumentação não depende apenas do efeito de argumentos isolados, mas também da totalidade do discurso, da interação entre os argumentos e até dos argumentos que ocorrem espontaneamente no espírito de quem ouve o discurso”.

– organização da argumentação:

- * ordem de força crescente,
- * ordem de força decrescente e
- * ordem nestoriana

Todas estas considerações permitem distinguir a argumentação da demonstração que, como já dissemos, não precisa ter em conta as relações entre orador e auditório.

6.1.4.7 Retórica e filosofia

“Ora, é esta impossibilidade de negligenciar o auditório a que sempre se dirige que faz com que a argumentação filosófica seja, inevitavelmente, tributária duma teoria da argumentação ou duma teoria do discurso persuasivo de que é, sustenta Perelman, uma aplicação particular. Enunciada com toda a clareza, a tese [...] é a de que “a prova filosófica é de natureza retórica e, na medida em que o raciocínio filosófico se apoia em premissas que lhe são próprias, liga-se a teses comumente admitidas, que são os princípios comuns, as noções comuns e os lugares comuns”. (Rui A. Grácio, *Racionalidade Argumentativa*, p. 88.)

Exercício: *Vá ao AVA e resolva o exercício Ex. 0a.*

Capítulo 7 O argumento como estrutura discursiva/dialogal.

Vamos começar a tratar, de forma mais rigorosa, problemas que já foram apresentados.

Lembra-se das primeiras leituras? Frege? Cláudio Costa sobre Wittgenstein? Aí foi estabelecida a necessidade de um tratamento rigoroso de questões relacionadas com o uso da linguagem natural ou linguagem ordinária. A preocupação com a precisão da argumentação na ciência, no direito, e nas conversas do dia a dia levou muitos filósofos à Lógica e à Teoria da Argumentação.

Lembre-se que estabelecemos uma relação fundamental entre conhecer e argumentar, e apresentamos a lógica proposicional — um conjunto de recursos de simbolização de frases da linguagem natural que permite decidir, por cálculo de tabela de verdade, sobre a validade de argumentos — como recurso técnico para a avaliação de argumentos. Quando discutimos os problemas de justificação (conhecimento é crença verdadeira **justificada**) questões sobre dedução e validade foram discutidas ao lado de problemas da indução, da analogia e outras formas de justificação não válidas.

Agora, vamos retomar essas discussões, refinando os recursos que já utilizamos para identificar argumentos e prepará-los para avaliação. Vamos adotar um ponto de vista lógico para ver as questões relativas à argumentação. Por isso,

Dever de Casa: *Vá ao AVA e comece a ler os Capítulos 1 e 2 da Apostila. Anote o que não ficou claro para estudo posterior.*

Importante!!! Leve em conta a recomendação de fazer exercícios para dominar as técnicas que são apresentadas. Lembre-se de que todo grande instrumentista começou a dar concertos tocando com partitura.

Vamos trabalhar com os aspectos lógicos da argumentação!!

Vamos supor que as questões retóricas sobre relações com um interlocutor, estrutura do discurso, tipos de provas, recursos para persuasão e convencimento estão resolvidas, isto é, analisadas criticamente e avaliadas conforme os critérios de alguma teoria retórica.

O que sobra?

A avaliação dos argumentos. Lembre-se: quando se estudou as *Partes da retórica*, na disposição, está explicitamente colocada a função retórica da argumentação:

A **confirmação** serve para o orador provar a tese que defende, apresentando os argumentos que a sustentam; e a **refutação** para destruir os argumentos contrários a essa posição. Estas duas partes são frequentemente agrupadas servindo para **apresentar e encadear os argumentos**.

Viu? A **confirmação** é a parte do discurso que tem a função de apresentar os argumentos que sustentam a tese do orador e destruir os argumentos contrários.

Basta? Lembrou-se disso tudo? Se não, vá um pouco mais atrás e reveja as questões de lógica que vêm desde a Unidade I.

Agora, vamos adiante.

7.1 A identificação de argumentos.

Argumentos serão a matéria de análise de agora em diante. Logo, é preciso saber o que são argumentos e como identificá-los.

Então, vamos às definições básicas:

Definição: (Argumento) *Um argumento é um conjunto de sentenças das quais uma delas é chamada de conclusão e as outras de premissas.*

Para refrescar a memória:

Definição: (Sentença) *Uma sentença é uma frase que pode ser verdadeira ou falsa.*

Definição: (Conclusão) *A conclusão de um argumento é a sentença que expressa o ponto de vista que é defendido pelo orador ou oferecido à adesão de um auditório ou indivíduo.*

Definição: (Premissa) *Uma premissa em um argumento é uma sentença que oferece apoio, ou fundamento, ou base, ou justificativa, ou razão para a conclusão.*

Estas definições caracterizam bem um argumento. Assim, os fragmentos argumentativos podem ser identificados em qualquer texto.

Outra informação auxiliar: a identificação de certas expressões linguísticas que comumente acompanham premissas ou conclusões de argumentos, que são chamadas **indicadores** de premissa ou de conclusão.

Veja uma lista de alguns desses indicadores:

Indicadores de conclusão:	Indicadores de premissas:
logo	porque
daí	pois
assim	uma vez que
portanto	posto que
por isso	tendo em conta que
consequentemente	em virtude de
segue-se que	devido a
então	dado que
...	ora
	...

É útil, também, levar em conta algumas expressões que ligam premissas:

Expressões que, usualmente, ligam razões (premissas):
e
mas
, (vírgula)
. (pontofinal)
; (pontoevírgula)

Ora, como um argumento é válido por causa de sua forma lógica, é importante levar em conta:

Definição: *Um argumento é válido quando não é possível (é contraditório) que suas premissas sejam todas verdadeiras e sua conclusão falsa.*

Definição: *Um argumento é correto quando for válido e, além disso, todas as suas premissas forem de fato verdadeiras.*

Dever de Casa: *Outra vez, leia os Capítulos 1 e 2 da Apostila e os Capítulos 1, 2 e 3 de Para Todxs (que estão no AVA). Lá, você encontrará explicações adicionais sobre isso, exemplos e exercícios. Lembre-se da necessidade de “treinar” (fazer exercícios) para dominar essas ideias.*

Observação: *Lembre-se que “treinar”, fazer exercícios, começa “tocando com partitura” (o nome comum para isso é “colar”). Consulte o texto para elaborar suas respostas. Não há questões do tipo “qual é a terceira letra da palavra ‘que’ que ocorre na quinta linha do texto?”. Se você acertar como consultar o texto, fizer uma “cola” crítica, você estará aprendendo.*

Exercício: *Vá ao AVA e faça o exercício Ex. 01 (da Unidade II).*

Lembre-se sempre:

- Os adjetivos **verdadeiro** e **falso** são usados para qualificar sentenças, não argumentos.
- Os adjetivos **válido** e **inválido** são usados para qualificar argumentos, não sentenças.

Capítulo 8 A forma lógica

Definição: (Forma lógica) *A forma lógica de um argumento é determinada pelo arranjo das noções lógicas e das frases componentes que nele ocorrem.*

A ideia de forma lógica e sua utilização para determinar se um argumento é válido é antiga. Aristóteles, em sua teoria do silogismo, definiu as regras de avaliação sobre a forma deste tipo de argumento. Isto se deve a propriedades bem elementares da linguagem, como a estrutura das frases definida pela atribuição de uma propriedade (predicado) a um objeto (sujeito). Assim, toda sentença passa a ser definida pela forma '*S é P*'. Exemplos não faltam.

Exemplo: *Examine:*

- *Sócrates é homem.*

- *Sujeito: Sócrates*

- *Predicado: é homem.*

- *Todo estudante universitário é candidato a título de bacharel.*

- *Sujeito: estudante universitário*

- *Predicado: é candidato a título de bacharel*

Observe os sujeitos (*S*): ‘Sócrates’ é nome de um objeto singular — aquele filósofo grego que tinha nariz de grão de bico; ‘estudante universitário’ é nome de propriedade, predicado, conjunto, classe.

Viu como há uma diferença fundamental na caracterização destes sujeitos?

Olhe para os predicados (*P*) e veja que são, nos dois exemplos, da mesma natureza: nomes de classes, predicados, propriedades, conjuntos.

Estes problemas serão sanados com a Linguagem Silogística.

Dever de Casa: *Volte à Unidade I e reveja aquelas aplicações que foram feitas da linguagem proposicional. Observe que aquela linguagem captura a forma das sentenças da linguagem natural para exibir, mais claramente, a relação que os operadores lógicos estabelecem entre elas. Reveja, também, os exercícios daquela unidade.*

Veja agora, algumas formas de argumentos comuns, simples que, certamente, ocorrem nos exercícios e você usa com frequência.

Forma do Argumento	Exemplo
P Q <hr/> $P \wedge Q$	José está em Natal. João está em Natal. <hr/> José e João estão em Natal.
P <hr/> $P \vee Q$	José está em Natal. <hr/> José ou João está em Natal.
$P \supset Q$ P <hr/> Q	Se José está em Natal, então João está em Natal. José está em Natal. <hr/> João está em Natal.

E muitas outras formas. Viu como, a partir destas formas, outros argumentos podem ser construídos pela simples mudança das sentenças simbolizadas? Esta é uma das vantagens das formas. Uma vez caracterizada a validade de uma forma, todos os argumentos desta mesma forma são válidos.

A Apostila é rica em formas.

O que vem a seguir é um refinamento dessa linguagem do cálculo proposicional.

Capítulo 9 A representação e a análise dos argumentos

Lembrete importante: Frege e Wittgenstein (estudado através de C. Costa) chamaram a atenção para as fragilidades da linguagem natural quando usada para a representação precisa dos argumentos na ciência, no direito, na discussão do dia a dia. Uma das soluções propostas para superar essas limitações foi a Linguagem do Cálculo Proposicional já apresentada. Agora, uma linguagem mais poderosa, capaz de representar sentenças e argumentos mais complexos, é apresentada.

Freeman, em seu *Argument Structure* afirma:

Ao discutir a estrutura do argumento no contexto da argumentação, deve-se começar enfatizando a distinção, já observada no Prefácio, entre a microestrutura do argumento e a macroestrutura do argumento. Por *microestrutura* de um argumento, queremos dizer sua forma lógica conforme estudada na lógica dedutiva ou indutiva. [...] A análise microestrutural, portanto, diz respeito à estrutura interna das sentenças constituintes de um argumento. Em contraste, a *macroestrutura* de um argumento diz respeito a como suas afirmações componentes (junto talvez com outros elementos) se encaixam como um todo para supostamente dar suporte a alguma conclusão ou conclusões. (FREEMAN, 2011) (Traduzi.)

Por isso, vamos estudar uma linguagem que permite exibir a microestrutura de um argumento sem disfarçar sua macroestrutura.

A Lógica Silogística estuda argumentos cuja validade depende das palavras “todo”, “nenhum”, “algum”, “é”, “não” e noções similares. Este ramo da lógica é estudado desde Aristóteles, que o desenvolveu e é

instrumento de análise da maioria dos argumentos do dia a dia, na ciência, no direito e nas discussões informais.

9.1 A representação dos argumentos

Veja na Apostila, que os

COMPONENTES BÁSICOS DA LINGUAGEM SILOGÍSTICA são:

- LETRAS MAIÚSCULAS: serão usadas para categorias gerais (tais como "lógicos", "seres humanos", "mortais", ...).
- LETRAS MINÚSCULAS: serão usadas para indivíduos específicos (tais como "Daniel", "Sócrates", ...).
- PALAVRAS: há 5 palavras nessa linguagem:

todo nenhum algum é não

Com este material, os argumentos nos quais ocorrem "palavras" serão simbolizados e as sentenças daí resultantes serão chamadas **fbfs** (fórmulas-bem-formadas).

Definição: (fbf) *Fbfs são sentenças com qualquer uma das oito formas abaixo, nas quais as letras maiúsculas e minúsculas podem ser quaisquer outras:*

<i>todo A é B</i>	<i>algum A é B</i>	<i>x é A</i>	<i>x é y</i>
<i>nenhum A é B</i>	<i>algum A não é B</i>	<i>x não é A</i>	<i>x não é y</i>

Veja com cuidado, na Apostila, as observações sobre:

- SINGULAR E PLURAL e
- VERBO SER

Dever de Casa: *Leia com atenção a Apostila e acompanhe com cuidado os exemplos de trabalho com essa nova linguagem.*

Exercício: *Há exercícios no AVA sobre isso. Vá lá e resolva os exercícios Ex. 02 e Ex. 03.*

Até aí, cuidou-se da **representação** dos argumentos. É fundamental que se disponha de um padrão de representação que exiba com precisão a **forma** dos argumentos. Isto é condição para uma análise rigorosa, que permita uma **avaliação da validade**, que é uma condição para a aceitação ou refutação de argumentos.

Você percebeu que esta simbolização é mais "complexa" que a que foi estudada antes na Lógica Proposicional ou Lógica Vero-Funcional?

É isto mesmo. Instrumentos que permitem simbolizações mais detalhadas, mais complexas dão conta de aspectos particulares da linguagem natural e da linguagem científica e levam a análises mais

seguras sobre a qualidade dos argumentos. Observe que estes instrumentos formais não dão conta dos aspectos "retóricos" da argumentação que dizem respeito a questões dialogais, às relações que se estabelecem entre os participantes de um diálogo argumentativo, que vão além de questões ligadas à linguagem.

9.2 A análise dos argumentos

9.2.1 O Silogismo

Um silogismo é um argumento escrito com fbfs da linguagem silogística.

Definição: *Um silogismo é uma sequência vertical de uma ou mais fbfs na qual cada letra ocorre exatamente duas vezes e as letras formam uma cadeia, ou seja:*

- Cada fbf tem pelo menos uma letra em comum com a fbf exatamente abaixo dela, se houver alguma, e a primeira fbf tem pelo menos uma letra em comum com a última fbf.

O diagrama da Figura 1 mostra como as letras de um silogismo formam uma cadeia.

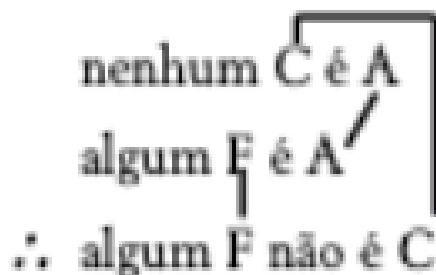


Figura 1 – Exemplo de Cadeia no Silogismo

- A última *fbf* em um silogismo é a conclusão. Todas as outras *fbfs* são as premissas.
- Um silogismo sem premissas é válido se, e somente se, for impossível que sua conclusão seja falsa.

Dever de Casa: *Agora, vá ao texto da Apostila e veja essa mesma matéria com mais detalhes e exemplos. Isso é importante para fazer os exercícios.*

Exercício: *Vá ao AVA e resolva o exercício Ex.004.*

9.2.2 O Teste Estrela

Uma das maneiras de decidir se um argumento é válido é o Teste Estrela desenvolvido por H. Gensler em 1973 e discutido amplamente na Apostila de Lógica (Gensler).

É fundamental que se possa decidir se um argumento é válido ou inválido. Este é o primeiro critério para se pensar sobre a possibilidade de aceitação de um argumento. Desde que caracterizados os argumentos como silogismos (veja acima as definições), dispor de um teste para avaliar sua validade é fundamental para separá-los em dois grupos que se excluem: os argumentos (silogismos) **válidos** e os argumentos (silogismos) **inválidos**.

Já se estudou, para os argumentos que podem ser expressos através da Lógica Proposicional ou Lógica Vero-funcional, que as Tabelas de Verdade são um teste muito simples para fazer a identificação de argumentos válidos. Agora, com os argumentos que podem tomar a forma de silogismos, é necessário um novo instrumento de teste. Este teste será o **Teste Estrela**.

Vejamos.

Dispondo da representação do argumento na Linguagem Silogística, os passos seguintes para a decisão sobre **validade** começam com a identificação das letras distribuídas.

Definição: (LETRA DISTRIBUÍDA:) *Uma letra é distribuída em uma fbf se ela for a primeira letra que ocorre depois da palavra “todo” ou de “não é”, ou se for qualquer das letras que ocorre em uma fbf que comece com “nenhum”.*

As letras distribuídas das <i>fbfs</i> abaixo são as que estão sublinhadas :			
todo <u>A</u> é B	algum A é B	x é A	x é y
nenhum <u>A</u> é <u>B</u>	algum A não é <u>B</u>	x não é <u>A</u>	x não é <u>y</u>

Observação: Sublinhar uma letra distribuída é apenas um recurso mnemônico para as fases seguintes do teste.

Agora, o mais **Importante!!!**

A definição do Teste parte da identificação das letras distribuídas e sua marcação de acordo com a posição que ocupam, nas premissas ou na

conclusão do argumento. Lembre-se: antes do Teste Estrela, o argumento deve ser simbolizado, formalizado, na linguagem silogística. A 'estrela' é, simplesmente, um asterisco (*).

Definição: (TESTE ESTRELA) *Marque com uma estrela (*) as letras **distribuídas das premissas** e as letras **não distribuídas da conclusão**.*

O silogismo é VÁLIDO se e somente se cada letra maiúscula estiver marcada exatamente uma vez e há exatamente uma estrela no lado direito do silogismo.

Dois exemplos pequenos, porém confusos.

a não é b* Válido
∴ b* não é a ∴ todo A é A* Válido

- Como não há letra maiúscula no primeiro silogismo, então é verdade que nele, cada letra maiúscula tem * exatamente uma de suas ocorrências. Repare também que há exatamente um * no lado direito do silogismo. Portanto, o primeiro silogismo passa no teste e é válido.
- Como o segundo silogismo não tem premissas, marcamos apenas a conclusão. Ali, A tem exatamente uma ocorrência com * e é justamente a do lado direito do silogismo. Portanto, o segundo silogismo também passa no teste e é válido.

Dever de Casa: *Você já dispõe de informações suficientes para fazer os exercícios Ex. 01 a Ex. 07 desta segunda unidade. Reveja com atenção toda matéria, e vá ao AVA.*

Exercício: *Vá ao AVA e continue a fazer os exercícios de Ex. 01 a Ex.07.*

Não se preocupe se você enfrentar dificuldades maiores do que as que imaginou para resolver estes exercícios. Isto está previsto. Volte à Apostila, ou ao Para Todxs, ou use este Libreto como referência rápida e “cole”. Desculpe, resolva “por partitura”. Lembre-se de que “treinar” faz você aprender.

Observação: *Em português, as palavras “algum” e “alguns” podem ter vários significados, tais como “um ou mais”, “dois ou mais”, “pelo menos uns poucos”, “um ou mais, mas não todos”, “dois ou mais, mas não todos”, “uns poucos, mas não todos”. Em lógica, no entanto, usaremos a palavra “algum” apenas com o sentido de “um ou mais”. Os outros sentidos possíveis desta palavra podem ser expressos em um outro sistema lógico mais amplo, que não estudaremos nesta disciplina chamado de lógica de primeira ordem ou cálculo de predicados.*

9.2.3 Argumentos em português

9.2.3.1 Faça duas análises por argumento

- Trabalhe com os argumentos em português (linguagem natural) com duplo cuidado.

- Primeiro, utilize a intuição. Leia o argumento e pergunte-se se ele parece válido. Em várias ocasiões isso será claro, mas algumas vezes, não.
- Só após esta primeira análise, traduza o argumento para a linguagem silogística formal e aplique o teste estrela para decidir sobre sua validade.
 - Se sua intuição e o teste de validade concordarem, então você tem uma base mais forte para a sua resposta.
 - Se sua intuição e o teste de validade discordarem, então algo está errado. Você terá que reconsiderar sua intuição, ou sua tradução, ou seu uso do teste de validade.

9.2.3.2 Cuidados com a formalização

- Utilize sempre a mesma letra para a mesma ideia, e letras diferentes para ideias diferentes.
- Cuidado, pois em português (linguagem natural), muitas vezes a mesma ideia pode estar escrita de maneiras diferentes.
- Para ajudar a lembrar que letra traduz cada ideia, em um argumento, sublinhe a frase do argumento e escreva a letra que a traduz acima da frase sublinhada.
- Cuidado com a distinção entre termos gerais (letras maiúsculas) e termos singulares (letras minúsculas).

Dever de Casa: *Vá ao AVA e faça os exercícios Ex. 07 e Ex. 08.*

9.2.4 Traduções mais complexas

Todo mundo já enfrentou dificuldades na hora de falar com mais precisão usando somente as formas mais comuns de se expressar na

linguagem natural. “Não entendi. Pode repetir?”, “Não foi isso que eu disse.”, “Você não me entendeu!”, ...e muita “cara feia” ocorre, com frequência, em conversas informais. Já discutimos isso. A riqueza e flexibilidade da linguagem do dia a dia torna-a fonte de “mal-entendidos e erros no pensamento e na ciência” (lembrou-se de Frege?).

Pois bem!

A seguir, soluções para alguns problemas para diferentes formas de dizer.

Formas de dizer **todo** A é B

Cada (qualquer) A é B .

Quem quer (qualquer coisa) que seja A é B .

A 's são B 's.

Aqueles que são A são B .

Se alguém é A , então é B .

Se você for A , então você é B .

Apenas B 's são A 's.

Nada (ninguém) além dos B 's são A 's.

Ninguém (nada) é A a menos que seja B .

Uma coisa (alguém) não é A a menos que seja B .

É falso que algum A não seja B .

Tabela – Formas de dizer **todo** A é B

Formas de dizer nenhum A é B

A 's não são B 's.

Cada (qualquer) A não é B .

Quem quer (qualquer coisa) que seja A não é B .

Se alguém é A , então não é B .

Se você é A , então você não é B .

Ninguém (nada) que seja A é B .

Não há (existe) um único A que seja B .

É falso que haja uma A que seja B .

É falso que algum A é B .

Tabela – Formas de dizer **nenhum** A é B

Formas de dizer algum A é B

Alguns A 's são B 's

A 's algumas vezes são B 's

Um ou mais A 's são B 's

Um ou mais A é B

Há (existem) A 's que são B 's

Há (existe) A que é B

É falso que nenhum A é B

Tabela – Formas de dizer **algum** A é B

Formas de dizer algum A não é B

Alguns A 's não são B 's

Há (existem) A 's que não são B 's

Há (existe) A que não é B

Nem todos os A 's são B 's

Nem todo A é B

É falso que todos os A 's são B 's

É falso que todo A é B

Tabela – Formas de dizer **algum A não é B**

Observação: *As fórmulas “nenhum A é B ” e “algum A é B ” são contraditórias. Ou seja, dizer que uma delas é falsa, é equivalente a dizer que a outra é verdadeira, e vice-versa. Similarmente, “todo A é B ” e “algum A não é B ” também são contraditórias.*

CONSELHOS ÚTEIS:

- Estude as regras de tradução com cuidado. Sentenças em linguagem natural, muitas vezes com expressões idiomáticas, são difíceis de interpretar corretamente, mesmo que sejam usadas na linguagem do dia a dia.
- As regras apresentadas cobrem muitas, mas não todas as expressões possíveis que devem ser traduzidas na linguagem formal. Cuidado com exemplos que não forem cobertos pelas

regras apresentadas.

- Com a técnica do Teste Estrela pode-se, também, inferir (descobrir) uma conclusão que não foi explicitada de um conjunto qualquer de premissas. Veja na Apostila, na seção 2.5, Inferindo a Conclusão, o passo a passo para isto:
- (1) traduza as premissas para a linguagem formal e marque-as com *;
- (2) descubra quais devem ser as letras da conclusão;
- (3) descubra qual deve ser a forma da conclusão;
- (4) adicione a conclusão às premissas e faça o teste estrela.

Obteve um argumento válido? Pronto.

Não obteve um argumento válido? Refaça todo o procedimento.

Lembre-se: um dos recursos retóricos muito usados no dia a dia e no direito (e muito raramente em artigos científicos) é o envolvimento do interlocutor na construção da tese que o orador quer apresentar. Oferecer premissas e deixar que o auditório “conclua” é uma forma de antecipar a adesão ao que se quer apresentar.

Esta mesma técnica permite “descobrir” uma premissa que tenha sido intencionalmente omitida.

Dever de Casa: *Leia com atenção as seções que falam sobre isto na Apostila. Assim, você se preparará para os exercícios que testarão sua aprendizagem.*

Exercício: *Vá ao AVA e resolva os exercícios Ex. 09, Ex. 10 e Ex. 12.*

Completamos mais uma parte importante do conteúdo. Dispomos de recursos para avaliar alguns tipos de justificação. Não custa lembrar: conhecimento é **crença verdadeira justificada**. Toda essa discussão sobre a representação e a avaliação da validade de argumentos serve para refinar a análise do conhecimento, i.e., para adotar postura crítica diante do que é proposto.

É prática corrente a série de perguntas do tipo “por que?” para se pedir a justificação do que é afirmado, seja novo ou já conhecido, e isto representa a requisição de justificativa, uma postura crítica que aguarda resposta que resista à aplicação dos critérios de avaliação da validade dos argumentos apresentados.

Agora, um novo problema. Se estamos diante de um argumento não válido, como proceder?

9.3 O válido e o falacioso.

No começo de *Tópicos*, para distinguir o argumento dialético que “é o objeto de nossa pesquisa no tratado que temos diante de nós”. (**TÓPICOS**, [Aristóteles](#), 100a 24) Aristóteles apresenta e define os tipos fundamentais de argumentos:

- o argumento demonstrativo (100a 26);
- o argumento dialético (100a 30);
- o argumento erístico (ou contencioso) (100b 24); e
- o paralogismo (101a 5).

O argumento demonstrativo e o argumento dialético já foram bem discutidos. Interessa, agora, entender melhor o argumento contencioso.

Veja a definição, conforme a tradução publicada na coleção Os pensadores, da Abril Cultural, em 1978:

O raciocínio (c) é “contencioso” ou “erístico” quando **parte de opiniões que parecem** ser geralmente aceitas, mas não o são realmente, ou, então, se apenas **parece raciocinar** a partir de opiniões que são ou parecem ser geralmente aceitas. (TÓPICOS, [Aristóteles](#), 100b 24-26). (Destaquei.)

O que está destacado?

Dois tipos de erros de argumentação: (1) **partir de opiniões que parecem ser aceitas** e (2) **parecer raciocinar**. Daí, Aristóteles chamar atenção para:

em nenhuma das opiniões que chamamos geralmente aceitas, a ilusão é claramente visível, como acontece com os princípios dos argumentos contenciosos, nos quais a natureza da **falácia** é de uma evidência imediata, e em geral até mesmo para as pessoas de pouco entendimento. Assim, pois, dos argumentos erísticos que mencionamos, os primeiros merecem realmente ser chamados “raciocínios”, mas aos segundos devemos reservar o nome de “raciocínios erísticos” ou “contenciosos”, e não simplesmente “raciocínios”, visto que parecem raciocinar, mas na realidade não o fazem. (TÓPICOS, [Aristóteles](#), 100b 28-101a 4). (Destaquei.)

Para ficar mais claro, podemos adotar:

• *sofisma* para o primeiro tipo de erro de argumentação, i.e., argumentar a partir de opiniões que **parecem** ser aceitas por todos etc.; e

• *falácia* para o segundo tipo de erro de argumentação, i.e., **parece** argumentar. Este é o significado tradicional, associado à expressão “falácia lógica”, i.e., um erro parecido com uma forma válida de argumentar.

O paralogismo é um erro de argumentação que ocorre nos contextos demonstrativos: partir de premissas que contêm erro científico aparente ou não facilmente detetável.

Mas, voltemos ao que interessa: falácias.

A partir dessas definições de Aristóteles, a literatura sobre falácias se desenvolveu largamente, como mostra (HINTON, 2021), até chegar a um ponto que permite avanços consideráveis em nossa discussão. Vejamos:

Woods então passa a examinar a literatura sobre as falácias mais conhecidas para ver o que se pensa que as torna falaciosas e chega à conclusão de que há um ‘consenso notável no sentido de que o erro embutido na maioria dessas falácias é o erro de invalidez ou erro de fraqueza indutiva’ (2007: 79). (HINTON, 2021, p. 100) (Traduzi.)

Vamos olhar para estas coisas. O mais fácil de identificar é o argumento falacioso que contém um erro formal de argumentação — **argumento não válido (ou inválido)** — detectável por tabela de verdade ou teste estrela. Neste caso, coisas interessantes acontecem: a conclusão pode ser verdadeira, as premissas podem ser verdadeiras, e a conclusão e as premissas podem ser verdadeiras, mas não há aquela relação entre premissas e conclusão que permite admitir que a conclusão está fundamentada, está sustentada pelas premissas.

Todas as formas não válidas de argumentação, falaciosas, já foram detestadas e eliminadas do contexto das discussões da lógica, até que a **lógica informal** chamou a atenção para o uso corrente — na ciência, no direito e no dia a dia —, de argumentos como as induções, em geral: enumeração, analogia; e outros como o uso da opinião de perito (“expert”), argumento a partir de posição de conhecer, argumento a partir de testemunho, argumento da causa ao efeito, e muitos outros (ver (WALTON; REED; MACAGNO, 2008)).

O recurso atualmente mais utilizado para o estudo deste tipo de argumento é o “esquema”, que corresponde à “forma” da lógica formal tradicional e as “questões críticas” como critério de avaliação — não há mais “validade”, mas força argumentativa, definida pela resposta adequada às questões críticas. As “questões críticas” enquanto permitem a avaliação de um argumento têm, pelo menos, duas funções primordiais:

- pelo lado do interlocutor opositor, oferecem elementos para a refutação do argumento, a partir da exibição da inadequação apontada pela questão que não recebe resposta satisfatória. E

- pelo lado do proponente, oferecem elementos para a correção e o reforço do argumento, pelo ajuste às questões que recebem resposta inadequada.

Veamos alguns desses “esquemas”, que transcrevo (e traduzo) de (WALTON; REED; MACAGNO, 2008).

9.3.1 Argumento por enumeração (ou por exemplo)

Este tipo de argumento é muito usado. No dia a dia, na ciência, no direito, por exemplo, a argumentação por enumeração é usada com frequência. Veja:

- 1) quando afirmamos "Todo mundo faz 'isso'", o que está por trás é uma enumeração:
 - a) Fulano faz 'isso';
 - b) Beltrano faz 'isso';

- c) Sicrano faz 'isso'; e segue a enumeração das pessoas que se sabe que faz 'isso'.
Daí, se conclui: Todo mundo faz 'isso' .

- 2) Veja um exemplo comum da História da Ciência:
- a) O cobre é um metal e se dilata sob a ação do calor;
 - b) O alumínio é um metal e se dilata sob a ação do calor;
 - c) O ferro ... e segue a enumeração dos metais submetidos à ação do calor (não é exatamente assim, sem a medição precisa do observado!!);
Daí, vem a lei conhecida: Todo metal se dilata sob a ação do calor.
- 3) Veja no direito, tanto em petições como em contestações e decisões, o uso da jurisprudência:
- a) o tribunal tal decidiu 'assim';
 - b) o tribunal qual decidiu 'assim';
 - c) e segue a lista;
Daí, esse caso deve ser decidido 'assim'.

Observe que estes argumentos seguem um "esquema":

Esquema

Premissa: O indivíduo a tem a propriedade F e também a propriedade G .

Premissa: O indivíduo b tem a propriedade F e também a propriedade G .

Premissa: O indivíduo c tem a propriedade F e também a propriedade G .

Premissa ...

Premissa: a, b, c, \dots são tipicamente objetos que têm a propriedade F e podem ou não ter a propriedade G .

Conclusão: Geralmente, se x tem a propriedade F , então (usualmente, provavelmente, tipicamente) x tem também a propriedade G .

Como fazer a avaliação de um argumento deste tipo, para decidir se ele é "forte", aceitável? Através das questões críticas. Se a resposta a cada uma das questões é favorável ao que foi afirmado, o argumento pode ser aceito. E, se o proponente faz uma avaliação deste tipo, pode melhorar seu argumento, melhor adequando as premissas e a conclusão ao que pedem as questões. Então, veja as

Questões críticas

- 1) Realmente, a, b, c, \dots têm as propriedades F e G ?
- 2) Os exemplos a, b, c, \dots realmente apoiam a afirmação geral? São exemplos da generalização?
- 3) a, b, c, \dots são casos típicos do tipo de casos a que se aplica a generalização?
- 4) A generalização é forte e largamente aplicável?
- 5) Há alguma circunstância especial atinente a a , ou a b , ou a c, \dots que impeça a generalização?

9.3.2 Argumento por analogia

Quantas vezes você já disse ou ouviu: "Isso" é igualzinho "àquela coisa" que Fulano acha muito bom. Vou comprar uma para mim.?

Aí há uma analogia e a justificação para um ação (comprar) é apresentada na forma de um argumento por analogia. Veja o esquema seguinte:

Esquema

Premissa: Geralmente, o caso C_1 é similar ao caso C_2 .

Premissa: A é verdadeira (falsa) no caso C_1 .

Conclusão: A é verdadeira (falsa) no caso C_2 .

Questões críticas

- C_1 e C_2 são similares a respeito do que é citado?
- A é verdadeira (falsa) em C_1 ?
- Há diferenças entre C_1 e C_2 que poderiam minar a força da similaridade citada?
- Há algum outro caso C_3 que também é similar a C_1 , mas no qual A é falsa (verdadeira)?

Conseguiu entender? A ciência muito se vale de analogias (lembra-se do sistema solar e o átomo?). No direito, além da referência explícita à analogia na LINDB, os precedentes só têm sentido se fundados em argumentos por analogia.

Nota importante: *Sobre analogia, deve-se considerar:*

- *Uma analogia é uma comparação entre dois objetos, ou sistema de objetos, que destaca aspectos nos quais são pensados como similares. Um raciocínio analógico é um tipo de pensamento que repousa sobre uma analogia.*
- *Um argumento por analogia é uma representação explícita de uma forma de raciocínio analógico que cita similaridades aceitas entre dois sistemas para apoiar a conclusão que alguma similaridade adicional existe.”(BARTHA, 2013) (Traduzi.)^a*

- *muitas vezes o argumento por analogia está fundado sobre semelhanças de estrutura ou relações e não propriedades conhecidas de objetos. (Lembre-se da analogia entre o Sistema Solar e o Átomo.)*

Boa discussão sobre analogia se encontra em (RIBEIRO, 2014), especialmente em (BERMEJO-LUQUE, 2014)

9.3.3 Argumento por uso da opinião de um perito (“especialista”)

"Fulano de tal disse P . Portanto, P ."

Você já ouviu isso? Você já usou alguma citação em uma dissertação?

Pois bem, compare estas situações com o esquema seguinte:

Esquema

Premissa: E é um perito no domínio S que contém a proposição A .

Premissa: E assevera que a proposição A é verdadeira (falsa).

Conclusão: A é verdadeira (falsa).

Observação: *Examine as duas premissas seguintes, em geral omitidas, que completam este tipo de argumento:*

Premissa de conexão (Garantia): Se E é um especialista no domínio S que contém a proposição A e E assevera que a proposição A é verdadeira (falsa), então A é verdadeira (falsa).

Premissa de Respaldo: Todo especialista que tem conhecimento sobre um assunto e fala sobre ele, faz afirmações verdadeiras.

A avaliação deste tipo de argumento é feita pelas seguintes

Questões críticas:

- *E* é uma fonte especializada confiável?
- *E* é um especialista na área de *A*?
- O que *E* realmente asseverou que implica *A*?
- *E* pessoalmente é uma fonte confiável?
- *A* é consistente com o que outros especialistas asseveraram?
- A asserção de *E* é baseada em evidência?

Nota: *É muito importante distinguir este esquema do esquema do Argumento de autoridade, pois há quem faça muita confusão. Os especialistas, os peritos, podem ser considerados “autoridades” naquela área técnica ou de conhecimento que dominam, mas há autoridades, vamos dizer, com ‘A’ maiúsculo, que impõem, justificam, apoiam suas afirmações no “poder” que detêm. Quer ver? Quando o pai, a mãe, diz: “Não faça isso, menino!” ou quando o professor diz: “Se não entregar no prazo, é zero!” Nestes casos, qual é a premissa, a justificativa? “Porque eu estou dizendo!” I.e., “tenho autoridade” para isto.*

Assim, o critério para a avaliação da força de um argumento desse tipo é a competência da autoridade envolvida. É um argumento semelhante ao Argumentum ad baculum, que significa mais ou menos, apelo à força física (‘baculum’ pode ser traduzido como ‘porrete’, ‘cacetete’).

Veja mais alguns esquemas e construa argumentos com matéria que você conhece.

9.3.4 Argumento por uso de posição de conhecimento

Esquema

Premissa: A fonte *a* está uma posição de saber que *A* é verdadeira (falsa).

Premissa: *a* assevera que *A* é verdadeira (falsa).

Conclusão: *A* é verdadeira (falsa).

Observação: *Examine as duas premissas seguintes, em geral omitidas, que completam este tipo de argumento:*

*Premissa de conexão (Garantia): Se a fonte *a* está em uma posição de saber que *A* é verdadeira (falsa) e *a* assevera que *A* é verdadeira (falsa), então *A* é verdadeira (falsa).*

Premissa de Respaldo: Todos os que têm conhecimento sobre um assunto e falam sobre ele, fazem afirmações verdadeiras.

Questões críticas

- *a* está em uma posição de saber se *A* é verdadeira (falsa)?
- *a* é uma fonte honesta (confiável)?
- *a* asseverou que *A* é verdadeira (falsa)?

Observou a semelhança deste esquema com o anterior? Pense nas diferenças e nas situações características que é usado.

9.3.5 Argumento por uso de declaração de testemunha (“Witness Testimony”)

Este tipo de argumento é comum nos tribunais, mas muito usado no dia a dia. Pense. Quantas vezes recorreremos à declaração de uma pessoa para garantir que afirmamos?

Esquema

Premissa: A testemunha W está em posição de saber se A é verdadeira ou não.

Premissa: A testemunha W está dizendo o verdadeiro (como W sabe).

Premissa: A testemunha W afirma que A é verdadeira (falsa).

Conclusão: A deve ser, plausivelmente, tomada como verdadeira (falsa).

Questões críticas

- O que a testemunha disse é internamente consistente?
- O que a testemunha disse é consistente com os fatos conhecidos do caso (baseado em evidência diferente do que a testemunha assevera)?
- O que a testemunha disse é consistente com o que outras testemunhas disseram independentemente?
- Há algum tipo de tendência que pode ser atribuída ao que disse a testemunha?
- A afirmação A asserida pela testemunha é plausível?

9.3.6 Argumento por uso da Opinião popular

Esquema

Premissa: A é geralmente aceita como verdadeira.

Premissa: Se A é geralmente aceita como verdadeira, isso apresenta razão a favor de A .

Conclusão: Há razão a favor de A .

Questões críticas

- Que evidência, como resultado de uma consulta ou um apelo ao conhecimento comum, apóia a afirmação de que A é geralmente aceito como verdadeiro?

- Mesmo se A é geralmente aceita como verdadeira, existem quaisquer boas razões para duvidar de que seja verdadeira?

9.3.7 Argumento de "Correlação à Causa"

Esquema

Premissa: Há uma correlação positiva entre A e B .

Conclusão: A causa B .

Questões críticas

- Há uma correlação positiva entre A e B ?
- Há uma quantidade significativa de correlações positivas entre A e B ?
- Há boa evidência que a relação causal vai de A a B e não de B a A ?
- Pode-se descartar que a correlação entre A e B seja explicada por algum terceiro fator (uma causa comum) que causa A e B ?
- Se houver variáveis intervenientes, pode ser mostrado que a relação causal entre A e B é indireta (mediada por outras causas)?
- Se a correlação não se mantiver fora de uma certa faixa de causas, então os limites dessa faixa podem ser claramente indicados?
- Pode-se demonstrar que aumentos ou mudanças em B não se devem apenas à forma como B é definido, à forma como as entidades são classificadas como pertencentes à classe de B , ou à mudança de padrões, ao longo do tempo, da forma como os B s são definidos ou classificados?

9.3.8 Argumento da "Causa ao Efeito"

Esquema

Premissa: Geralmente, se A ocorrer, então B irá (ou poderá) ocorrer.

Premissa; Neste caso, A ocorre (ou pode ocorrer).

Conclusão: Neste caso, *B* irá (ou poderá) ocorrer.

Questões críticas

- Quão forte é a generalização causal (se é que é verdade)?
- A evidência citada (se houver) é forte o suficiente para justificar a generalização conforme declarada?
- Existem outros fatores que podem interferir ou neutralizar a produção do efeito neste caso?

Há muitos outros esquemas — (WALTON; REED; MACAGNO, 2008) lista 63 — e a origem de todo este tipo de caracterização está em (TÓPICOS, Aristóteles).

9.4 A refutação

Tudo o que desenvolvemos até agora foi para garantir que podemos criticar toda pretensão de conhecimento através da avaliação da **justificação** que, na maioria das vezes, toma a forma de um argumento. Assim, se nossas investigações pela justificação levam a formas argumentativas válidas e aceitamos como verdadeiros os fundamentos (as premissas) dos argumentos apresentados, tudo bem. Integramos novos conhecimentos à nossa “base de conhecimentos”. Mas se isto não ocorre, o que vamos fazer? “Botar cara feia”?, “Partir para a briga”?, “Deixar as coisas como estão”?, dizer “Fique com sua verdade que fico com a minha”?, O que vamos fazer?

Veja o que diz (WALTON, 2009):

A noção de argumento racional parece ser baseada em uma noção subjacente de conflito, ou oposição entre um argumento e outro. (p. 1) (Traduzi.)

Entendeu?

A única postura racional, crítica, de não aceitação de um ponto de vista é a **oposição**, cuja nomenclatura corrente nas discussões sobre argumentação gira em torno de: “attack, rebuttal, objection and refutation” (WALTON, 2009, p. 1), que significam, aproximadamente, ataque, réplica, objeção e refutação.

Vamos olhar para estas coisas. Quando discutimos ‘Crença’, ‘Verdade’ e ‘Justificação’ descobrimos que há várias teorias para explicar cada um destes termos. Algumas são mais aceitas do que outras, umas foram superadas, enquanto outras ainda geram discussão entre filósofos. Todas elas servem de base, de uma forma ou outra, para sustentar nossos pontos de vista. Observe que a decisão sobre como argumentar leva em conta o “auditório” a que se dirige. Vamos adiante.

Dispondo das técnicas que apresentamos, ficou fácil identificar argumentos válidos e distingui-los dos falaciosos, utilizando recursos simples como tabela de verdade ou teste estrela. A partir daí podemos construir várias estratégias de **ataque**.

Já caracterizamos os erros fundamentais de argumentação, descritos por Aristóteles ((TÓPICOS, Aristóteles, 100b 24 a 26; 101a 5 a 6; 101a 13 a 15)): o sofisma, a falácia e o paralogismo (demonstração que parte de premissas que contêm suposições não admissíveis).

Vamos tratar de dois destes erros: o sofisma e a falácia.

Como refutar um sofisma?

O mais simples é exhibir, pelo menos, uma premissa falsa ou inaceitável. A maneira de fazer isto depende do auditório (lembre-se dos

ensinamentos retóricos), mas uma teoria qualquer da verdade vai estar em jogo.

A refutação das falácias pode ser resolvida pela simples exibição do erro lógico correspondente. Ou o argumento não é válido, ou o argumento é fraco.

No caso de um argumento inválido, a conclusão pode ser verdadeira, as premissas podem ser verdadeiras, e a conclusão e as premissas podem ser verdadeiras, mas não há aquela relação entre premissas e conclusão que permite admitir que a conclusão está fundamentada, está sustentada pelas premissas. Se isto for suficiente para o interlocutor opositor, basta isto. Se não, devemos enquadrar o argumento em um dos esquemas já estudados e, por meio das questões críticas correspondentes, mostrar que o argumento é fraco.

Pronto! Aí está nosso estudo da refutação.

Obviamente, este tipo de estudo não se encerra assim, facilmente. Há bibliografia suficiente, inclusive na internet, para a continuação destas discussões. Vá lá. Investigue.

Referências

ARISTÓTELES. *Segundos Analíticos*. [S.l.: s.n.].

BARTHA, P. *Analogy and Analogical Reasoning*. Stanford, CA: The Metaphysics Research Lab - CSLI, 2013.

BERMEJO-LUQUE, L. Systematic approaches to argument by analogy. In: . [S.l.]: Springer, 2014. (Argumentation Library 25), cap. The Uses of Analogy, p. 57–71.

FREEMAN, J. B. *Argument Structure: Representation and Theory*. Dordrecht: Springer, 2011.

GENSLER, H. J. *Why does the star test work?*

GENSLER, H. J. A simplified decision procedure for categorical syllogisms. *Notre Dame Journal of Formal Logic*, XIV, n. 4, p. 457–466, October 1973.

GRÁCIO, R. A. *Racionalidade Argumentativa*. Porto: Asa, 1993.

HINTON, M. *Evaluating the Language of Argument*. Switzerland: Springer, 2021. (Argumentation Library, 37).

NUNES, Á. Argumentação e retórica. *criticanarede.com*, 2015.

PERELMAN, C. *O império retórico*. Porto: Asa, 1993.

PHILIPPE, M.-D. *Introdução à filosofia de Aristóteles*. São Paulo: Paulus, 2002.

RIBEIRO, H. J. *Systematic Approaches to Argument by Analogy*. Dordrecht: Springer, 2014.

STEFANI, J. Conhecimento e argumentação em Aristóteles. *HYPNOS*, n. 31, p. 199 – 218, 2o semestre 2013.

TÓPICOS. [S.l.: s.n.], Aristóteles.

WALTON, D. Objections, rebuttals and refutations. In: RITOLA, J. (Ed.). *Argument Cultures: Proceedings of the 8th OSSA Conference*. Ontario, 2009. p. 1 – 10.

WALTON, D.; REED, C.; MACAGNO, F. *Argumentation Schemes*. USA: Cambridge University Press, 2008.



ISBN: 978-65-88305-12-6

CR



9 786588 305126